

ATO 38

2004



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Arqueologia e Antropologia

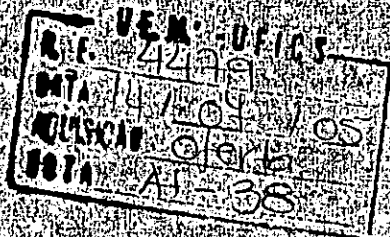
Licenciatura em Antropologia

*Visto
o estudante por ceder
a revisão do trabalho em
conformidade com as recomendações
feitas pelo mestre de Jura
Maputo, 10-11-2004
Salim Crompton Vala
(O SUPERVISOR)*

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA PROMOÇÃO DO

DESENVOLVIMENTO LOCAL: Estudo de caso da Associação de Gestão dos
Recursos Naturais de Gaza - GERAR, em Massingir (2000 - 2004)

«Projecto de investigação apresentado em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a
obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane»



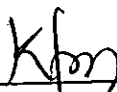
Autor: **Kenete Fernando Mabjaia**

Supervisor: **Dr. Salim Crompton Vala**

MAPUTO, OUTUBRO DE 2004

DECLARAÇÃO

Declaro que este trabalho nunca foi apresentado, na sua essência para obtenção de qualquer grau, e que ele constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicados no texto e na bibliografia as fontes utilizadas.



(Kenete Fernando Mabjaia)

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO	iii
I – INTRODUÇÃO	2
1.1. Tema e sua actualidade	2
1.2. Justificação	4
1.3. Objectivos	6
1.4. Problema	6
1.5. Hipóteses	7
1.6. Estrutura do trabalho	8
II – METODOLOGIA	9
2.1. Procedimento metodológico	9
2.2. Processo de abordagem	9
2.3. Técnicas de recolha de dados	9
2.3.1. Pesquisa documental	9
2.3.2. Trabalho de campo	10
2.4. Constrangimentos da pesquisa	10
III – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL	11
3.1. A teoria da Sócio-Antropologia do Quotodiano	11
3.2. A teoria do Capital Social	12
3.2.1. Pertinência da teoria do Capital Social	13
3.3. Conceitos e sua operacionalização	15
3.3.1. Desenvolvimento e desenvolvimento local	15
3.3.2. Comunidade (Rural)	16
3.3.3. Capital social	19
3.3.4. Participação e participação comunitária	20
3.3.5. <i>Empowerment</i>	23

IV – CARACTERIZAÇÃO DO DISTRITO DE MASSINGIR -----	24
4.1. O sul do rio Save -----	24
4.2. O Distrito de Massingir -----	24
4.3. Aspectos sócio-culturais e económicos -----	26
V – SITUAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM MOÇAMBIQUE -----	31
5.1. Enquadramento legal e institucional -----	31
5.2. Principais actores e suas responsabilidades na promoção da participação -----	33
5.3. Algumas experiências relevantes de participação em Moçambique -----	34
5.4. Principais problemas de participação comunitária em Moçambique -----	36
5.5. Oportunidades e perspectiva futuras da participação comunitária em Moçambique -----	37
VI – O ESTUDO DE CASO: A ASSOCIAÇÃO GERAR -----	39
6.1. As formas de organização sócio-económicas da população local -----	39
6.2. A Associação GERAR: sua origem e objectivos -----	40
6.3. A produção de carvão como principal fonte de rendimentos alternativos -----	43
6.4. A sustentabilidade da exploração carvoeira -----	44
6.5. A GERAR e a promoção da participação das comunidades -----	47
6.6. As motivações da participação comunitária no desenvolvimento local -----	49
6.7. A articulação entre a GERAR e outros agentes de desenvolvimento -----	51
6.8. O fortalecimento da participação comunitária -----	53
6.9. Mecanismos de ajuda mútua e solidariedade social -----	56
6.9.1. Fontes de rendimento das famílias rurais de Massingir -----	59
6.9.2. Os conflitos e as dificuldades no seio da GERAR -----	60
6.9.3. Que se espera do processo de participação das comunidades em Massingir? -----	62
VII – SÍNTESE E REFLEXÃO FINAIS -----	65
BIBLIOGRAFIA -----	72

ANEXOS

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à família Mabjaia.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é, em larga medida, o resultado da colaboração de inúmeras pessoas de boas-vontades. E para não deixar ninguém, por um eventual lapso, de a especificar e agradecer uma por uma, começo, desde já, expressar o meu sincero agradecimento a todos, que duma forma directa ou indirecta, pessoal ou institucional, colaboraram comigo na realização deste trabalho.

Quero deixar expresso o meu reconhecimento as seguintes pessoas e entidades:

- ao Departamento de Arqueologia e Antropologia da UEM, com destaque para a Dra. Maria José Arthur, pelo apoio prestado incansavelmente; vai também para o Dr. José Teixeira, Dr. Alexandre Mate, Dr. Agostinho Manganhela (o meu grande professor de história), Dr. Rafael da Conceição e ao Dr. Paulo Granjo, pois as suas aulas foram cruciais para o desenvolvimento do tema;

- aos professores visitantes Dr. José Luis Molina e Dra. Aurora González Echevarría, por terem contribuído com os seus conhecimentos e experiência na realização deste projecto;

- ao Dr. Salim Cripton Valá, por ter aceite o desafio de ser o orientador deste projecto e, acima de tudo, pela sua disponibilidade e interesse no acompanhamento de todo o processo, e pelo incentivo e confiança que sempre depositou em mim;

- à DDPAR de Gaza, na pessoa do seu director, o Engº Mohomed Rafik Valá, que por intermédio dele, consegui o apoio do sector da FFB, na pessoa do Sr. Raimo Barraca e, para este, vai um especial agradecimento pelo acompanhamento em Massingir, dizer que a sua "carrona" ajudou-me bastante nas deslocações;

- à DDADR de Massingir, na pessoa do seu director, o Sr. Alexandre Filimone, pelo apoio institucional que me foi prestado, e ainda para outros funcionários que se prontificaram a me ajudar nomeadamente, dona Nelinha, Floriano Muchave e António Tamele;

- à direcção da Associação GERAR, os Srs. Cláudio Zitha e Mário Chongo pelo acolhimento que me dispensaram e facultaram as informações disponíveis;

- aos "cafres", os colegas da "famosa" turma de Antropologia: Alamba, Célia, Chiluvane, Danúbio, Ferrão, Folige, Ofélia e Tomás, pelas críticas, comentários e encorajamento no desenvolvimento deste projecto;

- finalmente, um obrigado específico aos meus familiares e amigos, pelo seu apoio e incentivo incondicional, pelo afecto que sempre me deram no processo de concretização deste trabalho e, em particular, o obrigado à Karin, pela sua disponibilidade em aliviar-me do stress.

RESUMO

Neste estudo procurou-se perceber o papel da participação comunitária no processo desenvolvimento local, em Massingir, a partir do estudo de caso da Associação GERAR, uma organização comunitária, promovida pelo Estado para estimular a participação das comunidades locais. O presente estudo mostrou-se muito pertinente porque o tema se enquadra nas estratégias actuais de busca de soluções para os problemas sociais e económicos do mundo rural, em que se procura potencializar o capital social comunitário através do envolvimento directo das populações locais na busca de soluções alternativas locais para a satisfação das suas necessidades básicas.

Para a realização do trabalho usou-se técnicas de pesquisa documental, entrevistas semi-estruturadas com grupos proeminentes do processo e a observação directa. Os marcos teóricos seleccionados permitiram reafirmar a importância que joga a participação comunitária no processo de desenvolvimento e a necessidade de observação mais ampla e minuciosa do comportamento e das práticas diárias dos indivíduos e das instituições envolvidas no processo participativo.

Com efeito, no presente projecto de pesquisa, constatou-se que a participação comunitária possibilita a consecução de políticas "*down-top*", e toma-se em consideração as iniciativas das comunidades, em que a interacção entre diversos actores é um elemento chave. Por outro lado, o associativismo local contribui para uma maior mobilização das comunidades para a sua participação nas tarefas de desenvolvimento e, o Estado tem um lugar decisivo na promoção e fortalecimento do processo e de outros agentes de desenvolvimento.

Em Massingir, a GERAR, em parceria com as autoridades da FFB da DPADR-Gaza e DDADR-Massingir, tem vindo a tomar dianteira na transformação social, nos últimos quatro anos, mobilizando as pessoas para se envolverem cada vez mais na exploração dos recursos florestais para a produção de carvão, de forma a conseguir rendimentos complementares ou alternativos face à improdutividade da agricultura; e neste trabalho associativo e cooperativo, o impacto é positivo, visto que verifica-se uma maior participação da população e melhoria em todos os níveis da sua vida.

I. INTRODUÇÃO

"Fazer dos últimos os primeiros"

- Robert Chambers, 1995 (1983).

1.1. Tema e sua actualidade

O presente projecto de pesquisa tem como tema "*Participação Comunitária na Promoção do Desenvolvimento Local: Estudo de caso da GERAR, em Massingir*". O trabalho pretende analisar a participação dos carvoeiros, organizados em associação, na promoção do desenvolvimento local, no Distrito de Massingir, Província de Gaza.

As abordagens participativas são, ultimamente, usadas em muitos projectos de desenvolvimento das zonas rurais, principalmente em países em vias de desenvolvimento, como Moçambique. Através delas procura-se envolver directamente as comunidades locais no desenho, na tomada de decisões, implementação e monitoria de programas e projectos que visam promover o seu próprio desenvolvimento.

Segundo Vijfhuizen & Cavane (2001), o conceito de "participação comunitária" como tal, é pouco conhecido pela maior parte da população rural, mas elas o usam à muito tempo, possuindo os seus próprios conceitos para a ajuda mútua, cooperação, solidariedade social e envolvimento em actividades comunitárias. Estas autoras indicam que, tradicionalmente, em muitos países de África, é habitual que no início das campanhas agrícolas as pessoas planifiquem conjuntamente o trabalho de preparação das machambas e usem sistemas de ajuda mútua para não ter atrasos no cumprimento do calendário agrícola. Cita-se os exemplos de *kupfunana*, *xikropa*¹, *tsima*² etc.

A actualidade das abordagens participativas é patente pelo facto de, por um lado ter-se tornado muito popular, o que pode ser provado pelo crescente número de publicações acerca delas e, por outro, pelo seu amplo uso no planeamento da pesquisa e em diferentes etapas do ciclo dos projectos de desenvolvimento. Pijnenburg (1998) considera que, no início dos anos 70, a palavra "participativo" foi introduzida na discussão para a concepção de programas e modelos de desenvolvimento, como instrumento para melhorar a eficiência e a eficácia dos mesmos, e nos últimos anos como garante da estabilidade (Vijfhuizen & Cavane, 2001:103-104).

Artur (2001: 101-102) refere que o conceito de participação local substitui a metodologia de transferência de conhecimentos e tecnologias quando a partir das décadas 80 e 90, se reconhece a necessidade de incorporar a comunidade local no desenvolvimento da sua região. Dadas as circunstâncias, a palavra "*participação*" passou a ser a palavra da "moda". Muitos projectos

¹ Noutras regiões como Maputo, designa-se *xitoko* que significa "biscato". Consiste na contratação de mão-de-obra mediante o pagamento em dinheiro, géneros alimentares, gado (caprino, principalmente) de acordo com o valor combinado entre as partes, para a execução de um trabalho. Porém, o trabalho deve ser concluído no mesmo dia e o pagamento também é imediato. Pode ser aplicado na sementeira, sacha ou cultivo da machamba, construção de casa ou do celeiro (Entrevista com Rebeca Tchaúque, Chinhongane, 27. 04. 2004).

² Vide Valá (2001).

desenhados nas décadas 80 e 90 tinham como elemento central "a participação da comunidade local".

Devido à preocupação pela 'deterioração das condições económicas e humanas em África, na década de 80, o reconhecimento do fraco progresso em alcançar a participação popular e a fraca apreciação do papel que joga no processo de reconstrução e desenvolvimento' levaram à realização, em Fevereiro de 1990, em Arusha, Tanzânia, duma Conferência Internacional sobre a *Participação Popular na Reconstrução e Processo de Desenvolvimento em África*, onde foi assinada a "*Carta Africana para a Participação Popular na Reconstrução e Processo de Desenvolvimento*". Esta conferência foi organizada pela Comissão Económica para a África (ECA) das Nações Unidas (Ballerstaedt, 1999:1).

A realização desta conferência mostrou o compromisso dos governos africanos em obter uma participação directa e activa das comunidades, de forma a assumirem junto com os seus governos e sociedade civil uma responsabilidade e compromisso para um desenvolvimento social e económico sustentável.

Nos últimos anos, principalmente nos países da América-Latina, o conceito de participação comunitária é associado ao de capital social, porque "*no quadro de um fraco envolvimento cívico o mais importante a fazer é buscar um 'capital social' visando reverter esse quadro para o bem do desenvolvimento*" (Matsinhe, 1999: 22) como é o caso de *capacity-building* (capacitação dos recursos humanos) e também de *empowerment*, para dar poder de decisão às comunidades locais.

Como refere Milani (2003:21), "*a participação e o capital social deixam de ser temas marginais no campo do desenvolvimento e, não só interessa as ciências sociais que tradicionalmente analisaram fenómenos sociais locais desde a perspectiva dos grupos sociais e dos indivíduos (sobretudo a sociologia, a antropologia e a psicologia)*".

Na óptica de Molyneux pretende-se, com isto, envolver as pessoas e os grupos sociais na tomada de decisões (*empowerment*) de forma a que mobilizem e apliquem seus recursos "*a fim de maximizar suas capacidades e atingir seus objectivos*" (Milani, 2003: 21).

Em Moçambique, o Governo e as ONG's têm vindo a promover associações locais de pequenos produtores, nas áreas rurais, como forma de obter maior participação das populações locais e para facilitar a alocação dos seus recursos e mobilização das populações a se envolverem nos seus programas e projectos de desenvolvimento local.

Assim, em Massingir, nasce a Associação GERAR com o objectivo de aumentar o envolvimento das populações locais na tomada de decisões que afectam as suas vidas. Neste contexto, a GERAR aposta na exploração dos recursos florestais para a produção do carvão que permite a geração de rendimentos para a satisfação das necessidades sociais básicas das famílias

locais, uma vez constatado que a actividade agrícola não é sustentável devido à frequência de desastres naturais, como cheias, seca e pragas de gafanhotos.

1.2. Justificação

A maior parte das regiões rurais do nosso país tendem a viver graves problemas conjunturais como a falta de infra-estruturas económicas e sociais³, que levam à deterioração das condições de vida das suas populações. A pobreza rural é agravada pelo elevado nível de analfabetismo da maior parte da população, pela vulnerabilidade face aos choques naturais e ausência de tomada de decisões políticas coerentes no concernente à promoção do desenvolvimento comunitário.

Para a grande maioria dos que vivem nestas regiões, a sobrevivência, a garantia da reprodução das condições de vida e de trabalho, constituem os objectivos principais, levando-a à construção duma teia de soluções de diversa natureza e alcance, em múltiplos domínios e planos (funditários, produtivo, laboral, matrimonial, de fertilidade, etc.) analiticamente distintos mas, na prática, quase complementares e confluentes (Ribeiro, 1997:17).

É dentro deste contexto que o tema *Participação Comunitária* mostra-se bastante pertinente para estudo porque enquadra-se no processo de busca de soluções para o problema do desenvolvimento rural, e neste caso, o engajamento das populações do distrito de Massingir na procura de outras fontes alternativas de geração de rendimento face à insuficiência dos resultados da produção agrícola na satisfação das necessidades básicas das populações..

Por outro lado, os processos actuais do desenvolvimento, baseados na economia de mercado, associados ao processo de globalização tornam importante o estudo das "*iniciativas do desenvolvimento local, comunitário e participativo*" (Valá, 1998) por forma a entender as lógicas e dinâmicas do desenvolvimento local e a forma como tem sido potencializado o *capital social* local para o alcance de resultados sociais de desenvolvimento, visto que as relações sócio-económicas estão imersas na cultura e a *participação é o mecanismo adequado para operacionalizar esse capital social* (Milani, 2003).

De acordo com Matsinhe (1999), é preciso que os especialistas em desenvolvimento, gestores e mentores de políticas públicas tenham mais atenção na qualidade do 'capital social' e buscar diversos modos, formular e produzir estratégias de promoção humana, buscando garantir que as populações e/ou comunidades sejam envolvidas e se comprometam na sua reprodução. As estratégias de promoção do capital social por parte das organizações multilaterais, bilaterais e governamentais e não-governamentais devem considerar a cultura local por forma a que os projectos ou políticas de desenvolvimento tenham correspondência com as expectativas sócio-culturais locais (Matsinhe, 1999:22).

³ Pode-se exemplificar pela deficiência de vias de acesso, ausência de agro-indústrias, deficiente sistema de regadio, rede escolar e hospitalar fracas, do sistema de comercialização agrícola (sempre desfavoráveis para essas populações).

Chambers (1995) mostra o quão importante é a participação das comunidades em actividades para o seu desenvolvimento por forma a evitar as inversões que se têm verificado nesse processo e, portanto, garantir o sucesso e a sustentabilidade dos projectos, visto que o desenvolvimento de uma região deve ser feito pelos locais porque são eles que conhecem melhor as suas necessidades e aspirações, e os agentes externos devem apoiar nesse sentido.

É a partir das necessidades e prioridades, conhecimentos e capacidades locais que os agentes externos de desenvolvimento juntamente com as comunidades-alvo devem desenhar suas estratégias e áreas de actuação para se alcançar esses benefícios sociais e económicos de forma pacífica e sustentável.

Em suma, do ponto de vista teórico, o conhecimento sobre o tema mostra o compromisso das ciências sociais, em geral, e da antropologia, em particular, em contribuir para a compreensão dos fenómenos sociais que ocorrem nas comunidades como, por exemplo, a pobreza absoluta que afecta o seu desenvolvimento e os mecanismos locais para a sua superação.

Por outro lado, esta atitude dos antropólogos permite mostrar a complexidade e multidimensionalidade dos problemas do mundo rural, onde a lógica da vida comunitária assenta, principalmente nas práticas, costumes e crenças tradicionais locais que moldam todo o tipo de comportamento social, incluindo a vida económica e política, dos seus agentes sociais e que, em última análise, afectam todos os processos que visam o desenvolvimento local. É neste sentido que a Antropologia Económica, de Desenvolvimento e das Comunidades Rurais buscam compreender as lógicas e racionalidades económicas e de processos de desenvolvimento que caracterizam os grupos humanos.

Do ponto de vista prático, o conhecimento sobre a participação das comunidades e suas estratégias de geração de rendimentos alternativos, suas interrelações e dimensões locais, no meio rural, pode elucidar algumas pistas para a aplicação prática e na formulação de políticas eficazes de intervenção para a solução de diversos problemas de desenvolvimento em contextos locais, porque, como diz Carrasco (1988:109) citado por Ribeiro (1997:22), *"existe o conhecimento de que a ciência e a tecnologia podem contribuir decisivamente para melhorar o nível de vida dos pequenos agricultores, sobretudo se se partir do conhecimento e análise dos seus problemas e comportamento"*.

Massingir demonstra-se ser um terreno fértil para o estudo, visto que, actualmente verifica-se um interesse em todos os níveis por aquela região motivado pelo projecto do Parque Transfronteiriço de Limpopo e também pela Barragem de Massingir, bem como o trabalho da DDPDR-Gaza/DDADR-Massingir em promover associações locais de pequenos produtores e de conservação dos recursos naturais e mobilização das comunidades a envolverem-se mais nos projectos de desenvolvimento local. Portanto, Massingir, aparece como exemplo de busca de

alternativas de geração de rendimentos não-agrícolas – a produção do carvão – que influencia a grande dinâmica de *transformação social* que se verifica no local depois de longos anos de isolamento e que torna necessário ser acompanhado por diversos sectores da sociedade – académico, político, empresarial, entre outros.

1.3. Objectivos

O objectivo geral do trabalho é *compreender o papel da participação das comunidades locais na busca de alternativas sócio-económicas para desenvolvimento local*. Especificamente pretende-se:

- *descrever as formas de organização sócio-económica das comunidades locais e perceber as motivações para o envolvimento comunitário;*
- *analisar, a partir da GERAR, a importância das associações locais na promoção da participação das comunidades, assim como verificar até que ponto os mecanismos legais e institucionais promovem e facilitam a participação das populações no processo de desenvolvimento bem como os mecanismos de articulação entre os actores sociais;*
- *mostrar a importância da produção de carvão como uma das fontes alternativas de geração de rendimento das famílias rurais, em contextos de insuficiência agrícola.*

1.4. Problema

Nos últimos anos, devido à insatisfação com os resultados do uso das abordagens de cima para baixo, “*top-down*”, “aumento da pobreza e incapacidade de conceber metodologias e políticas adequadas para combatê-la, as ONG’s adoptaram a abordagem participativa para intervenção conjunta com grupos-alvo” (Valá, 2000:1) e na última década, segundo Ballerstaedt (1999:1), a participação era vista como uma saída à instabilidade democrática, aos governos autoritários e à deterioração das condições de vida da população.

De acordo com Engel (1997), acredita-se que a participação comunitária assegura o desenvolvimento de uma certa região, porque os locais são envolvidos numa forma consciente no processo de desenvolvimento e tem sido também chave para o financiamento de projectos. Porém, a interpretação ou uso do conceito depende dos objectivos que se pretende atingir (Vijfhuizen & Artur, 2002:3).

Mesmo assim, a necessidade de participação comunitária tem assumido um lugar de destaque nos discursos sobre o desenvolvimento rural, onde também a forma de organização social local tem vindo a ser aceite como *capital social* através do qual as agências de desenvolvimento se podem ancorar com vista ao alcance dos objectivos sociais do desenvolvimento (Valá, 2002:1).

Entretanto, verifica-se que as agências de desenvolvimento que actuam no meio rural, continuam a relegar as populações locais para o segundo plano, isto é, não são envolvidas na tomada de decisões, nem tidas em conta as suas reais aspirações e prioridades, daí a sua fraca participação. As comunidades aparecem como simples "recipientes" dos projectos e programas dos agentes de desenvolvimento, e assim, dificilmente se resolvem os problemas centrais das comunidades gerando, em alguns casos, conflitos entre as comunidades e os agentes de apoio.

Como constata Chambers (1995), no processo de desenvolvimento rural verifica-se inversões porque em todos os projectos de desenvolvimento, em geral, os beneficiários são colocados em último plano, sem serem auscultados e desprezando-se o seu conhecimento.

Por seu turno, Matsimbe (2000), no seu estudo sobre a gestão dos recursos naturais no Posto Administrativo da Praia de Bilene, identificou um défice de participação das comunidades locais no uso e aproveitamento dos recursos 'naturais' locais de propriedade comum, devido principalmente à divergência de interesses que opõem os diferentes actores no processo de gestão dos recursos. Portanto, a gestão comunitária é caracterizada por conflitos de diferentes níveis e categorias que envolve as autoridades administrativas e as comunidades locais, o que resulta no mau uso e maneiio dos recursos.

Entretanto, interessa levantar algumas questões que ajudam a compreender este fenómeno: quais são as percepções e visões locais sobre as abordagens participativas; será que os dispositivos legais e institucionais que promovem e facilitam a participação são conhecidos pelas populações locais; será que a GERAR responde aos anseios da comunidade ou é mais um instrumento ao serviço do agente promotor; será que o associativismo local pode fomentar a participação das comunidades; qual é o papel do Estado neste processo; que problemas enfrenta a participação comunitária em Moçambique; que estratégias sociais as populações locais desenvolvem para a solução dos diversos problemas que enfrentam e quais as fontes de rendimentos familiares existentes no local.

A partir desta problemática formulou-se a seguinte pergunta de partida: *até que ponto a participação das comunidades, através da associação GERAR, na produção carvoeira contribui para promoção do desenvolvimento local no Distrito de Massingir?*

1.5. Hipóteses

- A Associação GERAR mobiliza e sensibiliza as comunidades e os seus membros (carvoeiros locais e externos que actuam no local) para o uso racional dos recursos florestais, realizando assim, uma gestão comunitária, que contribui para a sustentabilidade das florestas;
- A participação comunitária permite aumentar a interacção entre as comunidades organizadas em associações locais e os agentes de apoio envolvidos em diferentes actividades

sócio-económicas através do envolvimento da população local na tomada de decisões e execução de actividades para o seu próprio desenvolvimento, assim como contribui para a sua capacitação e operacionalização do seu capital social;

- A Associação GERAR foi promovida por uma agência externa para assegurar a participação plena e organizada das comunidades no desenvolvimento local. No entanto, essa participação ao nível da GERAR é limitada, não só pelos elevados níveis de pobreza e de analfabetismo, mas também pelos conflitos internos motivados pela diferença de interesses entre os seus membros e destes com os agentes de apoio.

1.6. Estrutura do Trabalho

Na introdução deste trabalho, faz-se uma apresentação do tema em análise, a sua actualidade e importância tanto para ciência antropológica como para a vida prática. Em seguida debruça-se sobre os seus objectivos e a problemática que se pretende discutir. No fim são formuladas as hipóteses que servirão de fio condutor para o desenvolvimento da pesquisa.

No capítulo II será apresentada a metodologia usada neste trabalho: os procedimentos e as técnicas de recolha de dados. No capítulo III, tratar-se-á da discussão dos pressupostos teóricos e conceptuais adoptados para a abordagem do presente tema assim como a sua operacionalização para esta pesquisa. Os conceitos de desenvolvimento, participação, comunidade e capital social são discutidos na sua profundidade, de forma a permitir o seu esclarecimento exaustivo. No IV capítulo, apresentar-se-á as principais características do distrito de Massingir, nomeadamente, os aspectos geográficos, administrativos e sócio-económicos.

No V capítulo, apresentar-se-á um panorama geral da participação popular em Moçambique, com maior destaque para o quadro legal e institucional, os principais actores, as experiências de participação desde o período colonial à actualidade, os seus problemas e oportunidades que podem melhorar a participação social no processo de desenvolvimento local.

O VI capítulo será dedicado ao estudo de caso da Associação GERAR, onde se dará maior ênfase na produção de carvão como principal fonte alternativa das famílias locais para a satisfação das suas necessidades básicas e outros aspectos que rodeiam a participação da GERAR no desenvolvimento local. Com o estudo da GERAR pretende-se mostrar a importância das organizações comunitárias no processo de transformação social nas zonas rurais.

No VI capítulo e último procurar-se-á sintetizar os principais resultados e apresentar as considerações finais da pesquisa. Essas reflexões constituem o comentário e a posição preliminar do autor sobre os diversos assuntos abordados nesta pesquisa.

II. METODOLOGIA

2.1. Procedimento metodológico

Neste estudo aplicou-se a *monografia rural*⁴ que permitiu colher dados mais pertinentes da vida comunitária de Massingir, através da realização de um "Estudo do Caso". Estudou-se, em primeiro lugar os aspectos da vida económica e social das populações locais por forma a "evitar a prematura dissociação dos elementos (...) e respeitar a 'totalidade solidária' dos grupos" (La Play citado por Lakatos & Marconi, 1999:36).

A monografia ou "estudo de casos" ou "análise intensiva", segundo Greenwood (1965) reúne três características principais que fazem do método ser vantajoso: *intensidade* – multiplicidade de facetas a explorar na unidade de análise e profundidade dessa exploração, envolvendo a dimensão histórica; *flexibilidade* – selecção e utilização de uma ampla gama de técnicas disponíveis como documental, observação participante e não participante; e, *recolha de abundante e heterogêneo material informativo* (Ferreira de Almeida, 1977:790).

2.2. Processo de Abordagem

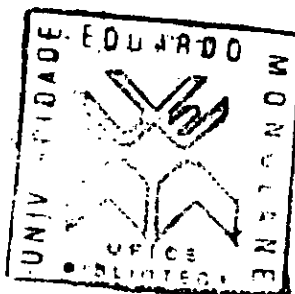
Neste trabalho optou-se pela formulação de hipóteses abertas para permitir o alargamento do estudo, abstraindo-se dos vários aspectos em volta da *participação*. Tratando-se da análise duma realidade social, por si só, complexa e dinâmica, as hipóteses reforçaram o campo de análise estudado. Não se procurou, portanto, corroborar esses pressupostos, mas confrontá-los com a realidade empírica que se verifica no terreno. Portanto, as hipóteses serviram de fio condutor para a pesquisa. De referir que esta pesquisa é marcadamente *qualitativa*.

2.3. Técnicas de Recolha de Dados

2.3.1. Pesquisa documental

O trabalho compreendeu a consulta duma vasta gama de documentação: livros, artigos, publicações, jornais e outros documentos escritos. Fez-se a selecção, leituras críticas, confrontação das mesmas e a compilação dos textos. As consultas foram feitas nas Bibliotecas da UFICS, NET- Faculdade de Letras, FAEF, na UEM; CDA do MADER, LINK, DDADR-Massingir. Essa informação escrita foi agrupada em quatro blocos de assuntos sobre desenvolvimento, participação comunitária, capital social e Distrito de Massingir.

⁴ Segundo Ferreira de Almeida (1977:797-798) para a utilização da monografia rural é preciso ter em conta os conflitos e a heterogeneidade do espaço comunitário rural definido a partir das estruturas e das práticas sociais que nele se inscrevem e se articulam, que desempenham certas funções 'internas' específicas e que tendem a preservar a coesão das colectividades rurais através da produção e reprodução da vida material e social nas suas múltiplas dimensões e também funções genéricas 'externas'.



2.3.2. Trabalho de campo

A chegada ao campo implicou, em primeiro lugar, o contacto com as estruturas administrativas do distrito (em particular, a DDADR). No local, foi seleccionada a associação GERAR como objecto de análise. Os dados recolhidos foram submetidos à classificação e interpretação e, à luz dos conteúdos teóricos, seguiu-se uma reflexão sistemática para torná-los inteligíveis, isto é, *pô-los a falar*- usando as palavras de Karl Popper.

As principais técnicas de recolha de dados no campo foram as *entrevistas semi-estruturadas, dirigidas e livres, conversas informais e observação directa*. A opção pela conjugação de entrevistas dirigidas e livres permitiu que se seguisse o roteiro de questões e simultaneamente levando o informante a manifestar espontaneamente suas ideias, sem a interferência do entrevistador (Lakatos & Marconi, 1999:40). Nesse caso, algumas entrevistas confundiam-se com conversas informais. Por outro lado, as entrevistas semi-estruturadas permitiram inquirir membros comuns das comunidades e alguns informantes-chaves, isto é, pessoas que possuem algum tipo de conhecimento especial.

A amostra compreendeu 25 elementos todos seleccionados aleatoriamente, o que permitiu que *"cada membro da população tivesse a mesma probabilidade de ser escolhido"* (Lakatos & Marconi, 1992:108). Os grupos de entrevistados foram membros da associação GERAR, líderes comunitários e administrativos locais, representantes de instituições de apoio: Estado e ONG's e camponeses. Com o trabalho de campo pretendia-se entrar em contacto directo com os sujeitos e obter a perspectiva local do processo estudado.

2.4. Constrangimentos da Pesquisa

Esta pesquisa não esteve isento de constrangimentos. Estas limitações prenderam-se com a insuficiência de obras para uma abordagem mais aprofundada e consistente sobre o tema, o que obrigou a recorrer a teses e dissertações de Diploma e a alguns artigos, relatórios de estudos ou de seminários e trechos de obras existentes na *Internet*. Portanto, salientar que não se encontrou nenhuma bibliografia exaustiva dos estudos antropológicos sobre a participação comunitária o que constituiu uma grande limitação para uma abordagem antropológica mais segura.

A permanência no terreno foi curta devido à falta de recursos materiais que pudessem permitir uma presença e uma vivência no local mais prolongada e ainda o problema de difícil acesso a áreas da acção da GERAR. Muitas instituições governamentais e ONG's locais não possuem documentação sistematizada sobre suas actividades no local. O distrito dispõe de pouca informação registada e não possui condições suficientes para a produção de fotocópias. A própria GERAR ainda não possui nenhuma informação documentada e ainda está em fase de legalização.

III. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

3.1. A Teoria da Sócio-Antropologia do Quotidiano

A teoria sócio-antropológica do quotidiano, de Michel Maffesoli, situa-se na abordagem fenomenológica-compreensiva, que procura compreender os fenómenos sociais através das práticas diárias dos indivíduos. Esta abordagem de quotidiano de Maffesoli privilegia a *socialidade*, ou seja, a experiência colectiva, e não o sujeito individual (porque é ao nível colectivo, social que o indivíduo manifesta o seu comportamento).

Maffesoli parte duma crítica à maioria das pesquisas sociológicas por restringirem o seu objecto de investigação ao político e ao económico (mundo de produções), que ele chama de '*o lado iluminado*' da vida social. Considera que esses grandes sistemas de interpretação, sejam positivistas, funcionalistas ou marxistas, encontram-se bastantes saturados. Maffesoli propõe um enfoque voltado para as múltiplas e minúsculas situações e práticas sociais da vida quotidiana, '*o lado de sombra*' do social, onde se dá a conservação de cada indivíduo e de cada espécie (Sanchez Teixeira, 1990:98).

Segundo Maffesoli, "a realidade é um misto de elementos homogéneos e heterogéneos e que o indivíduo não pode existir isolado desta pluralidade de elementos, uma vez que está ligado pela cultura, pela comunicação, pelo lazer e pela moda a uma comunidade afectual. Portanto, é para a vida quotidiana que devemos voltar nossa atenção se quisermos compreender a sociabilidade, pois ela é o lugar privilegiado onde se pode apreender o não racional, a desordem, o acaso, a diferença, isto é, o '*lado de sombra*' do social" (Sanchez Teixeira, 1990:140).

Esta abordagem permite fazer uma crítica ao conceito de *comunidade*, negando o predomínio de elementos homogéneos apenas. Por outro lado, esta teoria permite ao investigador ler os comportamentos perversos que os indivíduos manifestam na relação com o outro através da *aceitação da vida ou destino, da duplicidade e a máscara, astúcia e o silêncio, solidariedade orgânica*⁵, que Maffesoli chama de categorias compreensivas para a análise do quotidiano que

⁵ *Aceitação da vida ou destino* – está ancorada profundamente na consciência da morte, do limite. Essa '*passividade fecunda*' (expressão de Durand) garante a permanência da socialidade (Sanchez Teixeira:142-143); *Duplicidade e a máscara* – trata-se do jogo duplo que relativiza a imposição das normas e dos poderes constituídos sem que seja preciso enfrentá-los abertamente e apoia-se num cinismo e encontra-se na base de todas as relações interpessoais. A duplicidade e a máscara constituem meios de protecção contra as formas de absolutização, na medida em que, permitem a contornação dos valores que se mostram incómodos e '(...) oferecem um refúgio bastante seguro, permitindo existir (...) fazendo como todo mundo'. A duplicidade é a forma como cada indivíduo tenta assegurar a soberania sobre a sua própria vida, face às imposições sociais (Ibidem:145 a 147); *Astúcia e o silêncio* – estes são vistos na vida social como meios de existência e de resistência. Essas minúsculas situações de vida quotidiana possuem uma extraordinária carga subversiva, que permitem os indivíduos escaparem aos constrangimentos do controlo social. Por meio da *camuflagem (máscara)*, da *aceitação* de inúmeros valores, às vezes, antagónicos e contraditórios, o indivíduo consegue resistir e sobreviver. Esta força que mantém a socialidade, e a própria vida, permanece oculta e se funda em parte no silêncio e no refúgio, no '*lado de sombra*' do social. O silêncio e a astúcia abrem brechas que vão permitir a manutenção da identidade e do reconhecimento, portanto, respondem à necessidade de busca do refúgio, no qual, hábitos e costumes permitem a um grupo de indivíduos se reconhecerem enquanto tal

tornam possível a resistência e a permanência da socialidade. Maffesoli introduz os conceitos de *ideologia de participação e pseudo-participação*⁶ ou *participação perversa*⁷.

Portanto, a teoria de Maffesoli tem o mérito de chamar atenção às pequenas práticas diárias dos indivíduos, que à primeira vista permanecem invisíveis, mas que estruturam a vida social. Essas minúsculas práticas e situações da vida quotidiana estruturam as relações e comportamentos dos indivíduos e das colectividades e, como considera Maffesoli, "*abrem um vasto campo de investigação*", isto é, "*estudando estes lados obscuros da vida social, talvez se chegue a iluminar um pouco o rumo que devem tomar as nações, a sua moral ao mesmo tempo que a sua economia*" (Mauss, 1950:199).

3.2. A Teoria do Capital Social

A ideia que se apresenta de capital social é de que "*existem recursos a que somente se pôde aceder e mobilizar através das relações (quer seja de pessoas ou organizações)*". Portanto, "*o capital social reside na rede de relações*" (Molina, 2001). Nesse âmbito, o conceito de *participação* aparece como elemento "operacionalizador" do capital social, cujo elemento "mobilizador" do primeiro, são essas redes de relações como por exemplo as associações locais.

Segundo Molina (2001), "*o capital social não deixa de ser capital*", porque "*recursos convenientemente utilizados permitem obter benefícios*". Por exemplo, diz o autor, aumentar o capital social dos empregados equivale a que estes mobilizem de forma mais eficiente seus recursos para conseguir seus próprios objectivos.

Maxime Molyneux (2000), refere que "*o capital social é fonte de recurso; é conjunto de normas, instituições e organizações; é a forma de reconceptualização do papel que as normas e valores desempenham na vida económica*" (Milani, 2003:19). Para Milani, o capital social não pode ser isolado de seu contexto e construído artificialmente, visto que tem impacto em uma série de comportamentos humanos e actividades sociais devidamente contextualizados e está fundado em relações sociais (Idem).

Para este autor, o *capital social* é uma categoria de *capital* bastante particular. O capital social é um bem colectivo que garante o respeito de normas de confiança mútua e de compromisso

(Ibdem:147 a 148); *Solidariedade orgânica* – Maffesoli inverte os conceitos de solidariedade mecânica e de solidariedade orgânica de Durkheim⁵: é devido à existência da solidariedade orgânica mantendo os laços sociais, que a duplicidade, a astúcia e o silêncio podem ser usados como forma de resistência, como aceitação de um destino vivido e afrontado colectivamente pelo grupo. Esses mecanismos de resistência só funcionam porque existe, unindo os membros de um corpo social, um espírito colectivo – a solidariedade orgânica, a partir da qual pode se entender o papel do sentimento, da emoção e da empatia na determinação do destino comum que, ao garantir o conformismo dos indivíduos às regras do grupo permite a resistência e a permanência do mesmo. Portanto, por meio da noção de solidariedade orgânica, é possível a apreender a uma gama de relações conflitivas e dinâmicas que garante a sobrevivência social (Ibdem:149 a 151).

⁷ Que baseando na teoria de escolha racional "*os homens agem enquanto maximadores de utilidade individual com base em informações transparentes e acessíveis a todos*" (Milani, 2003:22).

cívico; depende directamente das associações horizontais entre pessoas (redes associativas, redes sociais), das redes verticais entre pessoas e organizações⁸, do ambiente social e político em que se situa a estrutura social⁹ e do processo de construção e legitimação do conhecimento social (a transformação de informações atomizadas ou práticas referentes a apenas alguns grupos em conhecimento socialmente compartilhado e aceite).

No campo de *desenvolvimento local*, o capital social é entendido enquanto “propriedade de uma sociedade (*civicness*, para Molyneux), propriedade de uma comunidade ou um recurso operacionalizado por indivíduos a fim de maximizar suas capacidades e atingir seus objectivos”. São fontes do capital social a família, sociedade civil, comunidade, etnia, sector público, género. As relações possíveis entre o capital social e as várias questões do desenvolvimento são crime e violência, economia, comércio e migração, educação, meio ambiente, finanças, saúde, etc. (Milani, 2003:21 e 25).

O capital social não se gasta com o uso; ao contrário o uso do capital social o faz crescer. É nesse sentido que a noção de capital social indica que os recursos são partilhados ao nível de um grupo ou sociedade, mais além dos níveis do indivíduo e da família. O capital social cresce a partir das relações de confiança e cooperação e não das relações baseadas no antagonismo. Além disso, o capital social é «capital» porque ele se acumula, ele pode produzir benefícios, ele tem estoques e uma série de valores. O capital social refere-se a recursos acumulados e que podem ser utilizados e mantidos para uso futuro (Milani, 2003:27).

3.2.1. Pertinência da Teoria do Capital Social

Durston (2002) mostra que o paradigma emergente do capital social sugere a muitos investigadores que os programas de superação da pobreza campesina e do fortalecimento da sociedade civil rural teriam melhores resultados se tomarem em consideração os *sistemas sócio-culturais das comunidades*. Segundo ele, esta proposta baseia-se na ideia de que as *relações económicas estão imersas ou encrustadas no tecido social*, o qual é determinante para as formas e os resultados das actividades económicas. Portanto, a teoria de capital social oferece um marco especialmente adequado para o estudo da sociedade rural, porque a *reciprocidade interpessoal* e a *cooperação comunitária* são dois recursos tradicionais da cultura campesina e são elementos do capital social.

O autor citado considera ainda que o capital social pode fazer um suporte significativo de uma *visão prospectiva e proactiva* do desenvolvimento social rural porque se emana nas novas

⁸ Estas vão além das mesmas classes sociais, das pessoas da mesma religião, membros do mesmo grupo étnico.

⁹ Esta inclui o respeito das liberdades civis e políticas, o ambiente jurídico-legal, o compromisso público, o reconhecimento apropriado do papel e da posição do outro nas deliberações e negociações, a permissão que as pessoas se dão ou não o direito ou o dever de participar dos processos colectivos, bem como as normas dos compromissos assumidos entre o privado e o público.

reformas das políticas sociais, baseadas na *detenção e valorização das potencialidades e capacidades dos próprios grupos, organizações e comunidades pobres*. O *capital social encontra-se contido nos sistemas sócio-culturais das comunidades*. No entanto, a teoria do capital social não está dissociado das abordagens participativas na promoção do desenvolvimento rural porque estas *dão primazia ao envolvimento activo das comunidades e ao conhecimento, hábitos, práticas e recursos locais* (Durstun, 2002).

Putnam (1993), "*associa o êxito duma região de um país com a rede de organizações cívicas*". Segundo ele, em uma comunidade com elementos significativos de capital social como redes sociais de compromisso cívico incitam a prática geral de reciprocidade e facilitam o surgimento de confiança mútua. Esses aspectos de organização social tais como redes, normas e intensidade da vida associativa constituem o capital social. A dimensão política, diz Putnam, se sobrepõe às dimensões individuais e colectivas e a *confiança facilitam a coordenação e a cooperação para o benefício mútuo* (associações horizontais) (Milani, 2003:12 e 16).

Portanto, o 'capital social' defendido por Putnam assemelha-se a *Capacity-Building* de Deborah Eade e *Participation* de Majid Rahnema em termos de metodologia para se captar e interagir com as realidades locais, consistindo num estudo profundo da história, dos costumes, da tradição, portanto, do *ethos* social visando implementar políticas de desenvolvimento mais sedimentadas nos sistemas locais. As políticas de desenvolvimento procuram sedimentar sua eficiência na reciprocidade local, na ética do compromisso mútuo, na adesão comunitária e têm a virtude de reconhecer que o desenvolvimento não começa com a vontade dos 'especialistas em desenvolvimento' mas envolve complexas redes de relações, laços de vizinhança, sentimentos de comuna, demandas culturais (Matsinhe, 1999:26 a 28) prioridades e aspirações das populações locais.

As abordagens do capital social *permitem tomar em conta o papel das instituições para o desenvolvimento económico e social, mostrando a existência de elementos de ordem objectiva e subjectiva que explicam o comportamento do indivíduos* (Luckman e Garfinkel lembram o papel das representações, esquemas mentais, saberes e crenças na definição dos interesses dos indivíduos), a noção do *habitus*, como categoria que questiona as condições estruturais – determinismos económicos e culturais – à luz das acções possíveis dos indivíduos (Bourdieu). Por outro lado, as ciências sociais valorizam o *capital social*, porque sempre têm a economia como *alter ego*, tanto no método, como na defesa da hipótese de que "os factores não-económicos produzem crescimento e reduzem desigualdades" (Milani, 2003:22).

Porém, uma das críticas principais feitas ao uso das abordagens sobre o capital social é o facto de ser visto sob perspectiva eminentemente instrumental (sobretudo as Organizações internacionais que trabalham com este tema) entendendo que o capital social pode permitir que

determinadas comunidades apresentem melhores índices de desenvolvimento que as outras e que pode permitir a redução das imperfeições do mercado e não está claro como este mesmo capital social poderia ter um bom ou mau lado para o mercado, nem como o capital social poderia estar ao serviço do mercado ou contra ele (Milani, 2003:24).

3.3. Conceitos e sua operacionalização

3.3.1. Desenvolvimento e Desenvolvimento Local

A fundação *Dag Hammarskjold* (1975), considera “o desenvolvimento como um todo – um processo cultural integrado e carregado de valores; engloba o ambiente natural, as relações sociais, a educação, a produção, o consumo, o bem-estar”. Para Endberg, “o desenvolvimento é um processo de mudança progressiva que conduz a benefícios económicos e sociais para todas as pessoas, a diferentes níveis (nacional, regional, distrital, comunitário, doméstico e individual)” (Valá, 1998:3-4).

Castanheiro & Cossa (1999), definem o “desenvolvimento como uma mudança, ou conjunto de mudanças, uma situação conducente a uma nova situação existente, mas de acordo com as metas, objectivos e alvos de indivíduos ou grupos numa sociedade, num ponto específico”. Para Endberg e Castanheira & Cossa, desenvolvimento significa mudança de uma situação para uma outra mais satisfatória.

As definições acima mostram claramente que o desenvolvimento é um processo dinâmico com vista ao melhoramento de todas as condições de vida humana. Porém, para este estudo adoptou-se a definição do Ferrinho que vê o desenvolvimento como “*mudança de todo um ecossistema de que faz parte o meio natural, o meio cultural, o meio social e a personalidade dos indivíduos*” (Ferrinho, 1978:114). Para este autor, toda a comunidade que aspira desenvolvimento deve considerar o progresso técnico, o crescimento económico, o homem e a sociedade, isto é, “*enquadrar a estratégia técnico-económica numa estratégia humana e social*” (Idem:116).

Contudo, o desenvolvimento, segundo Giddens (1991); Long (2001), deve ser visto como um “*processo construído pela sociedade*”¹⁰ em geral “*onde várias forças actuam*”¹¹ porque é um processo de mudanças na sociedade visto que esta é dinâmica e tem vários arranjos num certo período e resultam aspectos negativos e/ou positivos dependendo de quem os define, flexibilidade nos projectos e planos desenhados (Vijfhuizen & Artur, 2002: v).

A partir dos anos 90, o universalismo do desenvolvimento é questionado e desafiada a imposição a realidades tão diversa de normas e técnicas uniformes e universalizantes definidas, sobretudo nas grandes capitais dos países ocidentais. Nega-se a legitimação do desenvolvimento independentemente das suas dimensões sociais e culturais. Assim, surgem novos temas como

¹⁰ *Development as social construction process* (Giddens, 1991; Long, 2001). In: Vijfhuizen & Artur (2002: v).

¹¹ Crchan & Von Oppen (1998); Rolling (2000). In: Op. Cit.

participação, governação local, emergência da sociedade civil, descentralização, capital social, que apesar de origens distintas todos têm relação directa com aspectos culturais, políticas, sociais e institucionais para o desenvolvimento (Milani, 2003:7 a 9).

Portanto, a partir desta crítica, as abordagens do desenvolvimento passam a pôr enfoque na *diversidade e particularidade* dos contextos locais. Reconhece-se que cada contexto tem a sua necessidade e demanda próprias, assim, respostas particulares e diferentes em termos de políticas públicas e projectos de desenvolvimento local (Idem: 9-10), onde a *população local participa activamente* desse processo.

Neste âmbito, e na perspectiva das teorias de capital social enfatiza-se o **local** para analisar o desenvolvimento. De acordo com Milani (2003), Ignancy e Amartya Sen dão relevo ao 'local' como escala de análise e de intervenção em detrimento do nacional. Segundo Milani, o desenvolvimento local é visto como panacéia das crises do desenvolvimento nacional e do Estado-nação e é contraponto do contexto e da diversidade contra a uniformização dos meios e conteúdos (Milani, 2003:10).

Segundo o autor, o *local* pode ser emancipatório, tornar-se fonte de novas utopias e apresentar potencial transformador. Amartya Sen lembra que para fazer o desenvolvimento é fundamental aumentar a capacidade de realização das actividades livremente escolhidas e valorizadas por cada sujeito. Portanto, pensar o desenvolvimento local implica extravasar o *local* limitado por espaço geográfico¹². O local é, nesse sentido, constituído *social e territorialmente*; é delimitado pela permanência de um campo estável de interacção entre actores sociais, económicos e políticos (Idem:11). E assim, o envolvimento da população local permite um desenvolvimento sócio-económico sustentável e culturalmente aceitável ao nível local.

3.3.2. Comunidade

Segundo Ferrinho (1978:108 a 110), uma comunidade é considerada rural onde mercê de uma prolongada e contínua interacção homem - natureza se criou um ambiente essencialmente caracterizado por uma paisagem humanizada pela actividade agrícola e pecuária. Este critério para definir o meio como "rural" é o de uma relativamente fraca densidade populacional, que implica uma divisão de trabalho relativamente pouco complexa, dificuldade em suportar certas instituições especializadas, e a fonte de subsistência da maioria populacional ser a agricultura e/ou a pastorícia.

Smith (1981:113) enfatiza que cada comunidade rural é uma área de participação social, de interesse e identificação mútuas e de actividades colectivas de vários tipos. Ela constitui uma parte

¹² Milani (2003:11) considera que "o local constitui-se territorialmente (levando a que alguns pensem mais em termos de desenvolvimento territorial) e conduz-nos a analisar a endogenia (o desenvolvimento local torna efectiva e dinamiza as potencialidades locais próprias) e a particularidade (factores locais) do contexto em que se situa".

específica do mundo, da nação ou do estado. Portanto, comunidade rural também é uma área de integração social, parte de uma categoria geral de "grupos de localidade", mas difere-se dos outros grupos dessa classe, a família e a vizinhança. Pode abranger centenas de famílias e dezenas de vizinhança. A comunidade pode incluir pessoas e famílias que nem sequer se conhecem.

No domínio de antropologia o conceito de "comunidade" tem sido veemente "criticado, atacado, rejeitado, marginalizado, dissecado, reformulado e ressuscitado (...). A comunidade rural – seja ela europeia, mediterrânica, africana, asiática, norte-americana, latino-americana, melanésia, polinésia, indonésia, malásia, micronésia ou australiana – tem sido erroneamente rotulada com uma extensa e colorida lista de epítetos aviltantes do género: fechada, isolada, harmoniosa, tradicional, pequena, homogénea, simples, primitiva, iletrada, analfabeta e idílica" (O'Neill, 1988:1331).

O'Neill (1988) revela que apesar dos esforços de muitos antropólogos para superar esta pesada conceptualização cheia de restrições teóricas e metodológicas, permanecem ainda alguns analistas agarradas às ideias mais homogeneizantes do conceito de comunidade, portanto reproduzindo essa herança conceptual transmitida pelos fundadores das ciências sociais aos antropólogos modernos através das noções aparentadas entre si como 'solidariedade mecânica', *Gemeinschaft* e a microscópica *little community*.

O exemplo mais clássico destas imperfeições teóricas e metodológicas do conceito de comunidade é de Redfield (1953), que definiu a comunidade rural como uma entidade bem delimitada espacialmente, pequena, homogénea e auto-suficiente. Trata-se de um erro escasso de primitivizá-la e de diminuir ou subestimar o peso dos longos tentáculos do Estado. Segundo O'Neill, ao caracterizar assim, Redfield impediu desde logo qualquer visão das práticas dos camponeses que pudesse basear-se na sua acção social, iniciativas ideológicas ou resistência consciente.

Contudo, autores como Madureira Pinto afastam-se das teorias homogeneizantes e culturais de Redfield e mostra que as colectividades rurais não constituem de modo algum 'microcosmos funcionalmente equilibrados e autónomos' em relação ao mundo exterior, mas estas unidades locais se articulam com outros espaços locais (O'Neill, 1988:1339-1340 e 1342).

Em termos globais, a comunidade pode referir-se tanto 'um complexo de relações sociais' como 'um complexo de ideias e sentimentos'. De acordo com Calhoun (1980:109) 'o sentimento de pertença a uma comunidade funda-se directamente nas relações sociais através das quais se pode pertencer a uma comunidade'.

Porém, o que transforma um grupo de pessoas em uma comunidade é a força do investimento realizado por cada um num conjunto de interesses comunalmente definidos. Enfim Calhoun diz que 'a comunidade deve ser vista como uma variável', no sentido de que pode ser mais forte ou

mais frágil, podendo existir como unidade no interior de comunidades e comunidades que se criam em detrimento de outras (Pina-Cabral, 1989:151-152).

Deste lado, entende-se que comunidade é o produto da acção consciente em que os valores estão incorporados nas pessoas e os seus sentimentos reproduzidos pelos próprios actores sociais de forma a impedir a sua desagregação. A desagregação e o conflito social podem ocorrer na comunidade devido à "*competição com fins económicos e de prestígio*" e são vistos como poderosos obstáculos à realização dos ideais da vida da comunidade e, assim são reconhecidos e deplorados através de "*um conjunto de instituições, prescrições, proibições, cujo propósito é controlar essa tendência desagregadora e criar e consolidar a experiência da comunidade*" (Pina-Cabral, 1989:152). Segundo Pina-Cabral a competição interna e os conflitos podem também produzir a ordem social.

Maffesoli refere que, por complexa e orgânica, a comunidade não elimina a diferença, mas integra num todo que permite a harmonia conflitual de diferentes elementos que a constituem. É através desse jogo de diferença (jogo antinómico) que permite a permanência de socialidade. A comunidade se compõe em relações que se exercem na mais absoluta reciprocidade e há uma conjugação de contrários que, apesar disso, permanecem opostos. É nesse sentido, que Maffesoli fala de uma ordem incorporada regida por três princípios: distância em relação à autoridade opressiva, total ajuda mútua e socorro aos necessitados (Sanchez Teixeira, 1990:137).

Os alguns autores americanos definem a comunidade como uma unidade de seres humanos com relações recíprocas para a satisfação total das suas necessidades sociais. Para eles, a comunidade não é necessariamente uma autarquia, ou seja, um grupo que se basta totalmente na realização de todas as necessidades sociais, mas apenas um grupo que *participa* de modo parcelar na realização de todos. Uma pequena comunidade pode estar incluída em comunidades mais vastas, como a família está incluída na localidade e esta na província, etc. Para que a colectividade seja comunitária, é condição necessária e suficiente que *participe* na satisfação de todas as necessidades sociais; não se exige que as realize plenamente por si só (Virton, 1979:139).

Para efeitos deste estudo, *comunidade* é, antes, *um objecto teórico*, porque não é um conjunto de casas, mas de *práticas e representações comunitárias* que afirmam os valores da comunidade. A comunidade é, uma *construção social* do investigador para interpretar, compreender e explicar uma realidade social bem determinada – é, portanto, categoria sociológica, é uma unidade analítica.

Segundo Burke (1990), uma comunidade rural é um objecto teórico construído, onde os intervenientes dessa vida social partilham economia, língua, religião e estão encerrados em si, mas estão em contacto com outras comunidades e outros contextos, dentro da comunidade há competição interna intergeracional a qual funda a comunhão existente. A competição procura a

diferenciação e valorização dos grupos domésticos, parentesco, linhagens e são estas relações que estabelecem redes de ajuda, reciprocidade, redes de solidariedade e outras estratégias de sobrevivência e de reprodução social. Os grupos domésticos "estrategizam" as suas relações sociais que reproduzem a comunidade rural.

Em suma, estudar as comunidades não é estudar o local, *mas os processos de articulação social, económica e política com outros contextos globais e adjacentes que influenciam os processos sociais locais*. Mas estas não são passivas, elas *reinterpretam-integrando-os no seu contexto com base nos seus mecanismos e capacidades*. Estas comunidades (rurais) não são isoladas, mas *articulam-se com outros contextos, mantendo sua autonomia* porque prevalecem as suas relações de parentesco, de linhagem e de vizinhança e os seus valores sócio-culturais.

Desta feita, a participação da comunidade na promoção do desenvolvimento funda-se na articulação com outros contextos, visto que, em geral, são os agentes externos que veiculam as acções para os beneficiários-locais; *mas esse envolvimento comunitário, é com base nas lógicas endógenas e não exógenas, porque não alteram a sua estrutura social*.

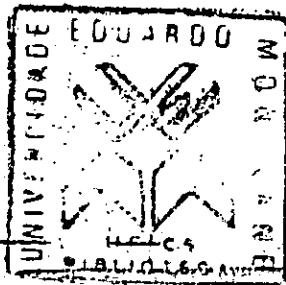
3.3.3. Capital Social¹³

Molina (2001) mostra que o elemento fundamental da definição do conceito de capital social é de que este conceito compartilha com o de capital financeiro e o de capital humano a característica de ser susceptível de *gerar benefícios*. A primeira formulação deve-se a Pierre Bourdieu (1980) que define capital social como 'o conjunto de recursos existentes ou potenciais relacionados com a posse de uma rede estável de relações mais ou menos institucionalizadas de mútua familiaridade ou reconhecimento'.

Para Bourdieu (1980), *capital social* é o conjunto de relações e redes de ajuda mútua que podem ser mobilizadas efectivamente para beneficiar o indivíduo ou a sua classe social. O capital social é propriedade do indivíduo e de um grupo. É base de um processo de acumulação que permite às pessoas inicialmente dotadas e situadas de terem mais êxito na competição social. A ideia de capital social remete aos recursos resultantes da participação em redes de relações mais ou menos institucionalizadas. *Capital social* é quase-propriedade do indivíduo porque propicia benefícios de ordem privada e individual (Milani, 2003:12).

Bourdieu desenvolve o conceito de *capital social* em termos de estratégia de classe e, assim, para ele, o capital social tem um carácter instrumental (da mesma forma que o capital económico

¹³ Consta-se que as discussões acerca da atribuição da autoria do termo "capital social" parecem estérteis e sem nenhum interesse académico. Simplesmente regista-se a definição de Lyda Hanifan (1916), que considera "*como o conjunto de elementos tangíveis que mais contam na vida quotidiana das pessoas, como a boa vontade, a camaradagem, a simpatia, as relações sociais entre indivíduos e família*". Hanifan parte da ideia de que "*as redes sociais podem ter valor económico*" (Milani, 2003:11). De acordo com Putnam (1995), a urbanista Jane Jacobs teria sido a primeira analista social a utilizar, em 1961, o termo "capital social" com o seu significado actual (Idem).



ou o capital cultural) que os actores racionais utilizam para manter ou reforçar o seu estatuto e seu poder na sociedade. Bourdieu parte do princípio de que o capital e suas diversas expressões (económico, histórico, cultural, simbólico e *social*) podem ser projectados a diferentes aspectos da sociedade capitalista e a outros modos de produção, desde que sejam considerados *social* e historicamente limitados às circunstâncias que os produzem: individuais e para a classe social a que pertencem os indivíduos beneficiados (Idem: 12 e 16).

James Coleman (1990) define o capital social pela sua função - como uma variedade de entidades (*entity*) tendo duas características em comum: são uma forma de estrutura social e facilitam algumas acções dos indivíduos que se encontram dentro desta estrutura social (sistemas e apoio familiar, organizações verticais e horizontais). David Robinson (2002) define capital social como um conjunto de recursos acessíveis a indivíduos ou grupos enquanto são de uma vontade de uma rede de conhecimento mútuo. Esta rede é uma estrutura social e tem aspectos (relações, normas e confiança) que ajudam a desenvolver a coordenação e cooperação e a produzir benefícios comuns (Milani, 2003:18).

Para Mark Granovetter (1973), as redes sociais são potencialmente criadoras de capital social, podendo contribuir na redução de comportamentos oportunistas e na promoção da confiança mútua entre os agentes económicos. O capital social é, ao mesmo tempo, um bem público e um bem privado. Para John Durston (2003), capital social corresponde ao conteúdo de certas relações sociais - combinam atitudes de confiança, reciprocidade e cooperação. O capital social está para o plano das condutas e estratégias. O capital social pode ser individual, comunitário, grupal, de ponte, de escada e de sociedade como um todo¹⁴ (Ibdem:17-18).

Na obra intitulada *Comunidade e Democracia - A experiência da Itália*, Robert Putnam (1993) define o capital social como "*característica da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade facilitando as acções coordenadas*". A definição de Putnam mostra-se pertinente para este estudo, na medida em que dá primazia ao associativismo como instrumento de cooperação e participação dos indivíduos na vida social das suas regiões.

3.3.4. Participação e Participação Comunitária

Em sociologia, *participação*, aparece como um conceito genérico usado, às vezes, como sinónimo de integração, para indicar a natureza e o grau de incorporação do indivíduo no grupo e,

¹⁴ Capital Social: *Individual* - relações entre pessoas em redes egocentradas; *Grupal* - extensão de redes egocentradas; *Comunitário* - carácter colectivo, ser membro é um direito; de *Ponte* - acesso simétrico a pessoas e instituições distantes; de *Escada* - relações assimétricas que, em contextos democráticos empoderem e produzem sinergias (Milani, 2003:17). Segundo Molina (2001) existem três maneiras para o uso do conceito: o capital social centrado na pessoa (ego), o capital social centrado na rede e o capital social centrado nas associações cívicas (região).

outras vezes, como norma ou valor pelo qual se avaliam tipos de organização social de natureza económica, social, política, etc. (Silva, 1986:869).

Lévy-Bruhl (1949), considera que para a mentalidade primitiva ser é participar. Para ele, participação era uma forma de vinculação do indivíduo ao grupo, um princípio directo de conhecimento, análogo ao princípio de identidade ou de causalidade. O indivíduo na comunidade primitiva adere por uma escolha, mas prolonga sua individualidade na comunidade, vive existencialmente na família, na linhagem, na tribo. É mais que uma simples solidariedade social, é uma coexistência (Idem).

A participação social cívica ou popular vem substituir outros conceitos básicos do desenvolvimento social, como a promoção, o bem-estar e o desenvolvimento das comunidades, reduzindo-os à condição de simples técnicas ao serviço de um processo mais amplo (Ibidem:870) – a participação popular ou comunitária.

De acordo com Loforte e Raimundo (1998), participação é “um processo em que os actores sociais com diferentes poderes e recursos actuam em instâncias formais e informais para discutir os seus interesses, identificar e negociar conflitos e desenvolver acções que tomam em consideração os interesses e preocupações das partes envolvidas” (Matsimbe, 2000:16).

Na definição de Loforte e Raimundo (1998), pode-se perceber que, a participação é uma forma de *interacção* entre vários actores sociais independentemente da sua situação social e económica e instância de actuação. Permite que os indivíduos tomem decisões que visem salvaguardar os seus interesses bem como a identificação e resolução dos seus problemas e desenvolvimento de acções concretas para a satisfação das suas necessidades.

Pijnenburg & Nhantumbo (1998), definem a Participação como um conceito vago, podendo significar “organização externa de camponeses em estes auto-organizarem-se para a implementação de um programa” e, também pode significar “apenas fornecimento de informação ao grupo alvo ou deixá-lo participar na tomada de decisões sobre os objectivos e as actividades, ou ainda dar uma contribuição em valores monetários, bens materiais ou em mão-de-obra”.

Para Mandlhate (1991), a participação comunitária “é um processo segundo o qual os membros duma determinada comunidade participam de forma activa e organizada na identificação e análise dos seus problemas, busca de soluções alternativas, mobilização de recursos e realização de intervenções de desenvolvimento” (Valá, 1998:1-2). A definição de Mandlhate é operacional para esta pesquisa, porque enfatiza a organização das comunidades e mobilização dos seus recursos para realização de tarefas de desenvolvimento.

Valá (1997:5) acrescenta que a participação comunitária significa “a entrega às comunidades locais de instrumentos, conhecimentos e recursos para que elas próprias possam decidir sobre o que querem e como querem, em benefício próprio e de gerações vindouras”.

Existem vários sentidos e diferentes modos de aplicação do conceito, por isso, diversos autores interpretam-no e classificam-no de diferentes maneiras, desde o modo de intervenção, o tipo de actividades, a definição de prioridades e tomadas de decisões, os modos de participação, etc. Pretty et al (1995); Pretty (1994), ao classificar os tipos de participação quanto às suas características apresenta em sete níveis, como pode se ver na tabela abaixo.

Participação passiva	Quando a população é apenas informada sobre o projecto e os objectivos do mesmo
Participação em dar informações	A população limita-se apenas a responder questões colocadas pelos oficiais do projecto
Participação consultiva	Em que a população é consultada sobre questões relevantes para o projecto, para depois através das respostas dadas, o projecto definir os principais problemas da comunidade
Participação por incentivos materiais	A população apenas participa enquanto puder adquirir recursos materiais fornecidos pelo projecto, e geralmente, termina com as actividades quando o projecto cessa
Participação funcional	Há uma certa participação da população sob a orientação dos facilitadores do projecto, principalmente no sentido de formação de grupos de trabalho
Participação interactiva	O grupo-alvo participa na tomada de decisões sobre as acções a serem desenvolvidas pelo projecto
Auto-mobilização	A população organiza-se internamente e desenvolve iniciativas para o seu desenvolvimento com a colaboração de instituições externas, e mantém o controlo sobre o processo

Tabela 1. Fonte: Valá, 2002:6; Jeremias, 1999:5-6.

Biggs (1989) no seu modelo teórico apresenta quatro modos de participação: a *participação contratual* caracteriza-se pela contratação da população local pelo pesquisador para disponibilizar terra e serviços para as actividades que vai-se desenvolver; a *participação consultivo* consiste em o pesquisador consultar a população local sobre os seus problemas e depois desenvolverem soluções; a *participação colaborativa*, o pesquisador e a população local colaboram como sócios no processo de pesquisa; e a *participação colegial*, o pesquisador trabalha para o fortalecimento das capacidades da população local e diagnosticar sistemas em áreas rurais (Valá, 2002:7; Vijfhuizen & Cavane, 2001:104; Jeremias, 1999:5).

Okali et al. (1994), Nelson e Wright (1995), apresenta a distinção da *participação como meio* e *participação como fim*. O objectivo da *participação como meio*, é de realizar um projecto mais eficiente, envolvendo as pessoas a participar no projecto projectado por pessoas de fora e o objectivo da *participação como fim*, é que a comunidade monta um processo para controlar o seu próprio desenvolvimento, e as pessoas de fora apenas tem a função de capacitar nas suas próprias prioridades - o objectivo é a auto-sustentabilidade (Vijfhuizen & Cavane, 2001:104; Jeremias, 1999:7).

A participação comunitária deve ser visto como um processo *criativo e interactivo* envolvendo comunidades e agentes externos de apoio. Através dessa interacção os participantes tentam aumentar a sua percepção sobre as potencialidades sócio-económicas, naturais e humanos localmente existentes, definem conjuntamente os problemas, as prioridades e as oportunidades. A participação comunitária permite a operacionalização do *empowerment* e do capital social local e assenta-se nas relações sociais que os agentes sociais estabelecem no seu quotidiano e suas relações com a natureza.

A participação deve resultar das relações sociais que se operam, necessariamente, nos seres humanos, para a satisfação das necessidades sociais. A participação não se limita no processo de tomada de decisões pela comunidade, mas também nas acções de solidariedade entre os seus membros e desenvolvimento de diversas actividades em todas as esferas da vida social.

3.3.5. Empowerment

O termo *empowerment* é muito usado nas abordagens participativas, fundamentalmente nos projectos de desenvolvimento rural e implica a concessão de plenos poderes às populações locais. De acordo com Nici Nelson & Susan Wright (1957), a questão de poder, ultimamente associa-se a de participação, com a ideia de que alguns podem agir para os outros de modo a dar-lhes poder ou capacitá-los para evidenciar o seu próprio potencial (Vijfhuizen & Cavane, 2001:104-105).

Segundo, Friedmann (1996), o desenvolvimento é também uma luta política pelo *empowerment* das unidades domésticas e dos indivíduos e para tal é necessário um Estado forte que entregue os poderes a unidades de governação ao nível local e às comunidades para gerir problemas locais (Valá, 2002:8).

Neste estudo adoptou-se a definição de Lane (1997). Este considera que o *empowerment* refere-se à "*habilidade dos indivíduos influenciarem todas as decisões a todos os níveis e a todas as esferas, que afectam as suas vidas, suas capacidades e iniciativas, que visam melhorar sua qualidade de vida*". Para o *empowerment*, a participação deve ser voluntária e deve incluir habilidades para mudar o ambiente existente (Vijfhuizen & Cavane, 2001:104-105). A melhoria da qualidade da vida de um indivíduo depende das suas próprias decisões e das oportunidades que lhe são criadas.

O *empowerment* tem enfoque na pessoa individualmente, na medida em que mostra que todos os indivíduos têm a mesma possibilidade e habilidade para influenciar as decisões a seu favor. E este poder não é estático, mas ele evolui infinitamente sem prejudicar outras pessoas. Também mostra a necessidade de envolver as comunidades "marginalizadas" para influenciar a tomada das decisões políticas a seu favor, de forma a se sentir igualmente tratada que os outros grupos e trabalhar para o seu desenvolvimento.

Ferguson (1990) chama atenção para a necessidade de se considerar todo o ambiente social, cultural, administrativo e político que envolve as comunidades assim como as interligações que existem entre elas (Vijfhuizen & Cavane, 2001:105). Segundo Valá (2002:8) o *empowerment* relaciona-se directamente com o tipo de participação que Pretty et al. (1995) considera de auto-mobilização e Biggs (1989) denomina de participação colegial, porque capacita as populações a reflectirem e a agirem perante situações que lhes afectam, a compreender o que está ao seu redor e a dar soluções com *autonomia*, sem infringir os direitos dos outros.

IV – CARACTERIZAÇÃO DO DISTRITO DE MASSINGIR

4.1. O Sul do Rio Save

O sul do rio Save comporta as Províncias de Maputo, Gaza e Inhambane. Este país apresenta um clima tropical, quente e húmido, com duas estações – chuvosa e seca. No sul do Save, as chuvas, produzidas por ocasião das mudanças do vento norte quente para sul frio são muito irregulares na quantidade e distribuição ao longo da estação chuvosa (Feliciano, 1998:47).

Os solos do sul do Save são geralmente, arenosos, instáveis, móveis, muito permeáveis e pobres em húmus, em argila e em elementos férteis, excepto no período que sucede à desflorestação. Embora fáceis de trabalhar, apresentam uma grande capacidade de esgotamento. Existem diferentes tipos de solo, em termos de capacidade produtiva e preferências da chuva, o que delimita grandemente a divisão do sul do rio Save (Idem).

A rede hidrográfica está orientada de Oeste para Leste, exceptuando o rio Changana, que corre no sentido Norte-Sul. O caudal dos rios é em função da época e quantidades de chuvas: se não chove quase todos os rios ficam secos; se chove muito, sofrem grandes inundações e os seus leitos alargam-se. No litoral do rio Save há florestas abertas, savana, mata e espinhosas. No interior há florestas abertas do tipo xenófilo, savanas em que predomina as espinhosas. Sempre que chove, as pastagens constituem em toda a região uma grande riqueza (Ibdem).

A fauna também é muito abundante e na zona de rio Changana há ainda hoje bastantes animais de grande porte. No sul do Save a mosca tsé-tsé, embora exista em pequenas regiões é quase inexistente e, devido à sua ausência e à abundância de pastos, as zonas próximas dos rios Inkomáti, Limpopo e Changana são, em todo o país, as mais ricas do gado (Ibdem:48). O Distrito de Massingir localiza-se nesta região geográfica de Moçambique.

4.2. O Distrito de Massingir

a) Localização Geográfica

O Distrito de Massingir situa-se no sul do rio Save, no Sudoeste da Província de Gaza e tem como limites geográficos os Distritos de Chókwe e Mabalane, a Leste; Chicualacuala, a Norte; Magude (Província de Maputo), a Sul; e, África do Sul, a Oeste. O Distrito ocupa uma superfície de 5 858 Km².

b) Administração Pública

Em termos administrativos, o Distrito de Massingir é constituído por três Postos Administrativos, nomeadamente Massingir-sede, Zulo e Mavodze, compreendendo oito localidades. Para além da Administração Distrital, o governo está representado pelas Direcções

Distritais de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Educação, Saúde, Comércio e Turismo, SISE, Direcção da Mulher e Coordenação de Acção Social, Comando Distrital da PRM, Delegação de Registos e Notariado, Delegação dos Transportes e Comunicações, EDM (Zona da Distribuição de Massingir), Serviços de Barragem, Sector do Meio Ambiente e das Obras Públicas e Habitação. No que se refere aos mecanismos de coordenação intersectorial, realizam-se a nível distrital reuniões ordinárias e extraordinárias do governo local, por vezes alargadas aos chefes de outros sectores de actividades.

c) População

De acordo com a Administração Distrital, Massingir possui actualmente, cerca de 24 883 habitantes, dos quais 12 417 corresponde à população economicamente activa, 10 629 na actividade agrícola, sendo 4 749 famílias, donde 4 065 representa famílias camponesas. Dados divulgados pelo Sistema Nacional de Aviso Prévio indicam que 5, 2396 corresponde a membros por família. Na tabela abaixo apresenta-se a população por Posto Administrativo, número de habitantes e de famílias, respectivamente.

Posto Administrativo	Nº de Habitantes	Nº de Famílias
Massingir-Sede	7 528	1 528
Zulo	7 364	1 492
Mavodze	9 693	1 807

Tabela 2: Fonte: Administração do Distrito de Massingir. In: DDADR & ICRISAT (2003: 8)

d) Desastres Naturais

Massingir é um distrito muito vulnerável às calamidades naturais, tendo um efeito negativo no processo do desenvolvimento local e assim, agravando as condições de vida das populações, já por si só difíceis. Os desastres naturais que mais assolam o distrito são a seca, as cheias e as pragas, sobretudo de gafanhoto.

A seca é um desastre que mais assola quase todo o distrito e como forma de fazer face a este fenómeno, os camponeses cultivam nas zonas baixas, ao longo das margens do rio dos Eléfantos quando este reduz o seu caudal. As pragas que afectam o distrito são combatidos com base num ritual local muito disseminado. As cheias afectam o distrito, sobretudo nas áreas adjacentes da albufeira de Massingir e parte das localidades de Banga, Txaque (Posto Administrativo de Zulo) Bingo e Machamba (Posto Administrativo de Mavodze).

No entanto, as comunidades adoptam estratégias para minimizar os seus efeitos e garantir o auto-sustento familiar. Por estes factos, a agricultura é de alto risco, visto que a probabilidade de se perder toda a produção é maior. Segundo a DDADR local, os mecanismos locais para fazer face às cheias incluem a construção de celeiros elevados e melhorados e, em última instância, sugerir que os camponeses se transfiram das aldeias afectadas para as zonas altas do distrito, o que

cria grandes embaraços para as autoridades locais e para as populações (DDADR & ICRISAT, 2003:9).

Assim, em casos de seca, os camponeses cultivam nas zonas baixas, ao longo da margem do rio dos Elefantes quando esta reduz o seu caudal. Nestas baixas, a produção do milho, batata-doce e abóbora é feita a qualquer altura do ano de acordo com a direcção da redução do caudal. Outra estratégia inclui a venda do carvão e lenha como forma de gerar rendimentos para a obtenção de alimentos e sementes. Por outro lado, a DDADR local incentiva o cultivo de culturas resistentes a seca como a mandioca e a batata-doce (Idem).

e) Recursos Naturais

O distrito de Massingir possui dois rios permanentes, o rio dos Elefantes e o rio Mazimichope e oito rios não permanentes, nomeadamente Chinguize, Machapane, Benhuca, Zambalala, Chivambalane, Nhamavondzo, Nhapombe e Inhatchozoane. Por outro lado, existem neste distrito, dez lagoas: Chileusse, Vele, Dzendzezo, Nhapessane, Malopane, Fulene, Pumbe, Nhavalungo, Nhatindzau e Namagungo.

As potencialidades florestais incluem chanutse, sândalo, canhoeiro, pau-preto, umbila e chafutá. A espécie mais abundante é a chanutse, sendo a mais preferida pela população para vários fins. As infra-estruturas hidráulicas compreende a Barragem e o Sistema de Regadio. Existe também um potencial piscatório na albufeira. A fauna bravia é rica em espécies como leão, cudo, leopardo, elefante, etc.

4.3. Aspectos Sócio-Culturais e Económicos do Distrito

a) A vida sócio-cultural

Em Massingir, o grupo etnolinguístico presente é *Changana*, cuja organização social é de família alargada, onde predomina poligamia masculina (poligenia), isto é, normalmente os homens têm mais de uma esposa. Essa organização social é baseada no Clã. O clã nativo e dominante é *Ngovene*. Os *Ngovene* encontram-se espalhados por todo o distrito. Em seguida, aparece o clã *Zitha*, um grupo que habita uma pequena aldeia – Canhane¹⁵, rodeada por aldeias dominadas pelo clã dominante.

Os hábitos alimentares da população concentram-se no consumo de farinha de milho, batata-doce, feijão-nhemba, abóbora e melância. Em anos de boa colheita, as famílias têm em média três refeições diárias e em situação de emergência como a estiagem que assola o distrito, as famílias

¹⁵ Segundo narrativas conseguidas no local, os *Zitha* são provenientes do Distrito de Guijá, no interior da Província de Gaza, tendo se deslocado e fixado "à força" no local, no tempo das conquistas territoriais de Ngunganhane, temendo a sua subjugação por parte deste. O nome da sua aldeia deriva do facto de os *Zitha* terem-se fixado à força e contra a vontade dos nativos, isto é, fixaram-se *hi ku kanha* – Canhane.

têm tido uma refeição e, geralmente tem sido no fim do dia (DDADR & ICRISAT, 2003: 10). Portanto, a D.N.S. (1998) aponta a *upsa* (xima) de milho como o principal prato para as famílias pobres acompanhada de feijão, gucha, hortaliças, peixe e às vezes carne de caça. Na época em que as mulheres trabalham na machamba comem menos uma refeição.

Há anos atrás, havia o hábito de os homens, principalmente jovens emigrarem para a África do Sul, pela facilidade de acesso à fronteira com este país, donde traziam dinheiro e outros bens para sustentar as suas famílias e, para o caso dos jovens, estes iam a procurar de trabalho assalariado, de forma a obter dinheiro, com o qual compravam o gado para realizar o lobolo, tanto conservado e realizado actualmente, com todos os requintes no local. Porém, este hábito de emigrar para a África do Sul está a desaparecer paulatinamente graças as novas dinâmicas sócio-económicas que oferecem outras oportunidades de vida às pessoas no distrito.

Segundo a DDADR & ICRISAT (2003), as confissões religiosas existentes no distrito são a Católica, Anglicana, Presbiteriana, Assembleia de Deus, Adventista do Sétimo Dia, Testemunhas de Jeová, Doze Apóstolos, Velho Apóstolo, Zione e ZCC. Em relação aos ritos tradicionais locais, incluem os de combate às pragas e de iniciação.

O ritual do combate às pragas consiste na *"reunião de um determinado número de mulheres, normalmente adultas, que passeiam nuas durante o dia pelos campos de cultivo afectados, recolhendo um exemplar de praga invasora para um recipiente ou pano, cantando, insultando e evocando nomes até chegarem ao rio onde deitam a praga. Depois de deitar a praga, elas dirigem-se para a casa do chefe de terra onde vão descansar (dormir). Nestas cerimónias os homens não devem cruzar caminho destas mulheres"* (DDADR & ICRISAT, 2003: 9).

Quanto aos ritos de iniciação¹⁶, estes destinam-se exclusivamente à educação de raparigas, *swikobana*¹⁷. Este ritual realiza-se à noite, ao pôr do sol até ao alvorecer, na época fria (inverno)¹⁸, numa mata reservada para o efeito e vedada por arbustres. Participam raparigas com idade compreendida entre 10 e 12 anos - *swikobana*, orientadas pelas suas madrinhas, as *massungukati*.

Nessa noite as madrinhas ensinam as raparigas os usos e costumes do grupo, regras de conduta para a sua integração social, mas sobretudo estas aprendem a "ser mulheres", são preparadas para a fase seguinte das suas vidas, isto é, para a vida conjugal com os futuros maridos à espera nas aldeias; algumas são incisadas ou escraficadas. Para além desses ensinamentos, as *swikobana* e as suas madrinhas cantam, tocam batuques, dançam e preparam refeições que são

¹⁶ Estas são percebidas, segundo a concepção de "Ritos de Passagem" de Arnold Van Gennep. Esta prática foi narrada pelos nossos interlocutores locais, os Srs. Mário Bada Chongo (representante de CARITAS e vice-presidente da GERAR), Cláudio Zitha (Secretário-geral da GERAR) e J. Ngovene (Ancião da aldeia de Cubo). (22. 04. 2004)

¹⁷ Termo usado para as raparigas não iniciadas ou antes da idade para participar no ritual.

¹⁸ Nesta época do ano há pouca circulação das pessoas, o que evita a presença, ao acaso, de um estranho no ritual.

consumidas no local. Ao alvorecer regressam à aldeia onde os parentes das raparigas (pais, tios e avós) preparam uma grande festa – a festa das *makobas*¹⁹.

Em relação ao matrimónio, informações recolhidas no distrito referem que nos tempos antigos o homem só podia contrair matrimónio a partir dos 25 anos. Actualmente, o homem pode o fazer com 18 anos e a mulher continua a ter possibilidade de casar mais cedo, a partir dos 14 anos, o que explica a frequência de casamentos prematuros que levam à desistência escolar. Geralmente, recorre-se ao casamento tradicional – o *lobolo*, em que não devem faltar cabeças de gado bovino. Nenhum homem tira uma mulher dos seus parentes sem este requisito.

Nota-se aqui, a importância social (e também económica do gado bovino) para as populações deste distrito. A poligamia frequente, no local, obriga o homem a ter gado suficiente para “comprar” as esposas. A preocupação (que chega a ser sonho) de um “massingir” é de criar ele próprio o seu gado – como fonte de riqueza e prestígio e para conseguir mais mulheres. O boi é o ponto de partida e de chegada para as populações daquele distrito.

b) A vida económica

No distrito de Massingir a *agricultura* constitui a actividade mais dominante e envolve a maioria das famílias. Nela predomina o sector familiar de subsistência, daí a importância de uma revista sobre a posse e acesso a terra no local. A área cultivada por este sector corresponde a cerca de 1% (5 360 ha) da área total do distrito.

O acesso a terra é por via hereditária ou simples atribuição quando se atinge a maioridade (preferencialmente indivíduos do sexo masculino) embora através dos líderes locais, familiares ou Estado possa se obter a terra. As principais culturas alimentares são milho, mapira, variedades de feijão (nhemba, jugo, manteiga), amendoim, mexoeira, abóbora, alface, cebola, alho, couve, espinafre, melancia, pimento, repolho, tomate e cana-de-açúcar. O milho, o amendoim e o tabaco são consideradas culturas de rendimento.

De acordo com a ACNUR e PNUD, no “*Perfil de Desenvolvimento Distrital – Distrito de Massingir, 1997*”, este distrito possui uma baixa densidade populacional, daí não registando conflitos significativos sobre terra, água, lenha, pastagens e outros recursos (DDADR & ICRISAT, 2003:10; ACNUR & PNUD, 1997:4). Ademais, o distrito apresenta grandes extensões de terra por explorar.

¹⁹ Depois de iniciadas passam de categoria inferior *swikobana* para a superior *makoba*, porque supõe-se preparadas para a vida de adulta e assumirem elas próprias o seu destino, nomeadamente a escolha do parceiro para o matrimónio.

Um aspecto curioso é que neste ritual há espaço para a participação de mulheres adultas (25, 33 ou 45 anos) que não tenham sido iniciadas na altura (aos 10 – 12 anos), correndo a vergonha de virem a competir com as suas próprias filhas – sendo para as raparigas um motivo de risos ao disputar com uma *xikobana* adulta.

O distrito possui um potencial agrícola devido à existência de regadios, mas a escassez de chuva e de sementes, pragas e cheias limitam fortemente o desenvolvimento desta actividade. A aldeia de Cubo é considerada o "celeiro do distrito", principalmente para o milho que é produzido em qualquer altura do ano devido à proximidade da albufeira, providenciando deste modo a disponibilidade de sementes para os camponeses locais ou outras zonas ou comunidades.

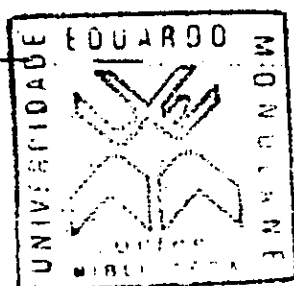
As árvores frutícolas, nomeadamente cajueiro, mangueira, coqueiro, mafurreira e citrinos são pouco abundantes ou raras. As espécies autóctones (canhoeiro, chanatse, pau-preto, umbila, chafuta e sândalo) são importante para a extracção de madeira e estacas para a construção e como fonte de combustível, sendo a lenha recolhida para o uso próprio e o carvão comercializado. O distrito confronta-se já com os problemas de erosão dos solos, desflorestamento e desertificação.

A *pecuária* é outra actividade económica praticada no distrito, criando-se galinhas, patos, porcos, ovelhas, cabritos e bois, os dois últimos têm uma importância comercial. O distrito possui boas condições para a actividade pecuária, especialmente de pequenos ruminantes, devido à grande extensão de zonas de pasto. A fauna bravia local tem, segundo as autoridades locais, uma importância como complemento alimentar das famílias e também tem um potencial turístico. As espécies mais caçadas são as aves, os coelhos e o cabrito-cinzento. A pesca é outra actividade desenvolvida no local, na albufeira de Massingir.

No *sector comercial*, Massingir desenvolve trocas comerciais com distritos vizinhos e com as cidades de Chókwè, Xai-Xai e Maputo. Os produtos mais transaccionados com estas cidades são os animais domésticos e o carvão. Os produtos agrícolas são comercializados nos mercados locais (e também em Chókwè). Não existem actualmente relações comerciais oficiais com países vizinhos, nomeadamente África do Sul e Zimbábwè. Porém, a rede comercial local é fraca devido ao estado de degradação das infra-estruturas.

c) As Infra-estruturas

Um dos elementos essenciais e catalisadores do desenvolvimento numa região são as vias de comunicação. O distrito é servido do transporte rodoviário e também por ligações via rádio e telefónica. As estradas existentes são maioritariamente de terra batida, o que cria dificuldades de trânsito na época chuvosa. Porém, existem algumas estradas construídas com material convencional, mas em precárias condições de trânsito devido ao elevado estado de degradação. As únicas estradas alcatroadas são a EN 256, que liga Massingir a Chókwè (construída no tempo colonial, nos anos 70, nunca conheceu uma reabilitação e apresenta vestígios de cortes sucessivos durante a guerra de desestabilização) e a estrada Massingir-sede – Fronteira (com a África do Sul). Existe no local um aeródromo.



d) O sector social

O acesso à *educação* em Massingir limita-se ao nível primário do primeiro grau (EP1), embora existam duas escolas a leccionarem até 7ª Classe (EP2). Portanto, existem no total 28 escolas das quais 26 do EP1 e duas Completas (EP1 e EP2). Dados disponibilizados pela Direcção Distrital de Educação (DDE) a DDADR & ICRISAT (2003), indicam que o acesso à escola no EP1 é de 50,5% para os rapazes e 49,5% para as raparigas, enquanto que para a EP2 é de 48,5% nos rapazes comparados com 51,5% nas raparigas, revelando uma tendência de aumento das raparigas no EP2 comparativamente à rapazes no mesmo nível de ensino.

Na área de *saúde*, o distrito dispõe de sete unidades sanitárias do SNS, dos quais um Centro de Saúde e também possui duas unidades sanitárias comunitárias. No distrito devido aos problemas de má nutrição registam-se casos de Kwashiorkor e Marasmo. A Direcção Distrital de Saúde (DDS) indica que a malária é a doença que mais mortes causa, seguida por HIV/SIDA.

Entretanto, as principais doenças que enfermam a população do distrito são tuberculose, que incide mais nas aldeias de Tihovene, Mucatine, Cubo e Maconguele; HIV/SIDA, com maior incidência em Cubo, Zona Pesqueira, Mucatine, Tihovene e Macandezulo; a diarreia, incide mais em Maconguele; e a malária, com mais incidência em todo o distrito (DDADR & ICRISAT, 2003:8).

As outras doenças frequentes, segundo a Direcção Nacional de Saúde, são as infecções respiratórias, DTS e sarna. A malária e as diarreias são mais frequentes no primeiro trimestre do ano e sarna no inverno, de Junho a Agosto (D.N.S., 1998:1).

e) A participação comunitária

No distrito já em 1997 existia participação comunitária na construção de infra-estruturas de saúde e na mobilização social para participar em programas de saúde materno-infantil e nas campanhas de vacinação. As ONG's também apoiou na construção e reabilitação da rede sanitária. A comunidade também participa no sector da educação, nomeadamente na ligação escola-comunidade e na construção de casas de professores com material local (ACNUR & PNUD, 1997:11 e 13). Participa na construção de sistema de regadios para a agricultura.

V – SITUAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM MOÇAMBIQUE

5.1. Enquadramento legal e institucional

O desenvolvimento total das capacidades humanas envolve um conhecimento, uso e respeito dos instrumentos legais²⁰ que afectam a vida pessoal e cívica das pessoas, conhecimento esse que mostra o acesso e controle dos cidadãos aos recursos para o seu desenvolvimento bem como para o exercício dos seus direitos e deveres democráticos (Valá, 2002:12; Ballerstaedt, 1999:10).

Em Moçambique, a maior parte instrumentos legais existentes com elementos participativos foram produzidos entre 1990 e 1991 e entre 1997 e 1998. Porém, de acordo com Ballerstaedt (1999), as ONG's e as associações locais reconhecem que as leis existentes no país são pouco conhecidas nas zonas rurais, devido à sua pouca divulgação, sobretudo fora dos âmbitos oficiais, por parte do Governo. Cita-se o exemplo das leis do Mecenato e do Meio Ambiente que são relativamente desconhecidas.

Para as associações locais a obtenção da Personalidade Jurídica é um processo árduo, difícil e oneroso, devido aos problemas financeiros e de procedimentos que são numerosos, em especial para as associações situadas nas Províncias. Por outro lado, as organizações de interesse afirmam que a falta de um espaço de diálogo social com o Governo e as dificuldades internas dessas organizações para a deslocação prejudicam o enriquecimento das propostas dos anteprojectos de leis.

Por exemplo a Lei nº 8/91 que regula a livre associação não especifica a garantia de um espaço jurídico próprio que permita o seu desenvolvimento e clarifique o estatuto das ONG's, os seus direitos e obrigações e, ao mesmo tempo, há uma confusão sobre o lugar de registo, os mecanismos de coordenação e plataformas de diálogo com o governo (Valá, 2002:13; Ballerstaedt, 1999:12). E também algumas leis ainda não dispõem de regulamentos. Esta realidade

²⁰ Ballerstaedt (1999) identificou várias leis e decretos que facilitam a participação, nomeadamente:

- A Constituição Política da República de 1990.
- O Decreto 33/90 sobre a negociação colectiva dos principais conflitos laborais.
- A Lei 8/91 que regula o direito a livre associação. O Decreto 21/91 atribui ao Ministério de Justiça o reconhecimento das associações. O Diploma Ministerial 31/92 assinala os procedimentos para o registo de associações.
- A Lei 23/91 que regula a actividade sindical.
- A Reforma do Sistema Nacional de Educação 1991.
- A Lei Eleitoral.
- A Lei 9/94 que regula o Mecenato.
- A Lei 2/97 que regula a constituição das Autarquias.
- A Lei 19/97 da Posse de Terra.
- A Lei 20/97 do Meio Ambiente.
- A Resolução 3/98 aprova as linhas gerais para o desenvolvimento rural e os mecanismos de coordenação intersectorial.
- A Lei 8/98 de Trabalho.
- O Decreto 47/98 que regula o exercício de funções de crédito para instituições não bancárias.
- O Decreto 55/98 que cria o quadro legal e define os critérios de autorização para o financiamento das ONG's Estrangeiras.
- O Ante Projecto de Reformas Constitucionais 1998.

dificulta a acção dessas organizações e associações reconhecidas na Constituição da República como

"... organizações sociais, (...) que "desempenham um papel importante na promoção da democracia e na participação dos cidadãos na vida pública" e que "contribuem para a realização dos direitos e liberdades dos cidadãos, bem como para a elevação da consciência individual e colectiva no cumprimento dos deveres cívicos" (Constituição da República de 1990, cap. III, art. 34, números 1 e 2, pp. 18).

Um dos elementos essenciais da vida comunitária são os chefes tradicionais locais que têm um papel de intermediação entre comunidade e entre Governo, comunidade e ONG's. Portanto, foi aprovado o Decreto nº 15/2000 e o seu regulamento como base legal que regula o papel das autoridades tradicionais. Neste decreto definem três categorias de autoridade tradicionais, nomeadamente chefes tradicionais, secretários do bairro e aldeia e outros líderes legitimados, tendo competências no domínio político e cívico, económico e social, físico e administrativo. Algumas leis, como são os casos de Lei nº 19/97 de 01/10 de Terras e o seu Regulamento – o Decreto nº 66/98 de 08/12 e a Lei de Florestas e Fauna Bravia fazem referência ao papel das autoridades comunitárias (Valá, 2002: 13-14).

Sendo assim, Valá (2002) aponta a falta de uma instituição especializada para dar apoio às estruturas de base como razão da fraca ligação entre as organizações comunitárias e os órgãos do Estado. Esta instituição poderia promover, apoiar e providenciar assistência técnica às organizações de base porque se pressupõe que a iniciativa local primária surge das comunidades em que os cidadãos estão inseridos, onde se reflectem os problemas imediatos.

De acordo com o autor, é ao nível das comunidades onde os cidadãos podem efectivamente melhorar as suas condições porque dominam o meio e possuem as capacidades de acção indispensáveis àquele nível, isto é, o seu capital social reside no local e, assim, *"a competência, capacidade de agir e eficácia são maiores quanto mais próximo se está do local em que se vive e se trabalha"* (Valá, 2002:14).

Por outro lado, Ballerstaedt (1999:8) nota que ainda prevalece a insuficiência dos dispositivos legais para a constituição de associações de carácter produtivo e organizações baseadas na comunidade, que para este lado, enriqueceria o capital social das comunidades. E Valá (2002:14) denuncia que há *"ausência de legislação e regulamentação para estimular o desenvolvimento comunitário"*. E a legislação existente sobre a matéria é quase desconhecida por maior parte dos cidadãos, principalmente entre os rurais, devido à sua fraca disseminação.

Ao nível institucional, destaca-se a Direcção Nacional do Desenvolvimento Rural (DNDR), cujas prioridades são entre outras a promoção da participação comunitária, não sendo portanto, um mecanismo de execução, mas de monitoria e assessoria. Nesse sentido, conta-se estudos para

um melhor conhecimento do meio rural e para a identificação de acções concretas de desenvolvimento a serem implementadas com o envolvimento directo das próprias comunidades. O objectivo é tornar as comunidades participantes motivadas e activas em vez de simples beneficiários colaterais de acções de Governo, empresa e ONG's/projecto (Valá, 1997).

5.2. Principais actores e suas responsabilidades na promoção da participação

O processo de participação comunitária e de desenvolvimento rural envolve diferentes actores sociais. Mas são sobretudo as "*organizações associativas*" que "*permitem fazer participar as populações no trabalho de desenvolvimento*"²¹. Entretanto, os principais impulsionadores da participação comunitária e actores do desenvolvimento local são as ONG's nas suas diversas formas, o Governo, as comunidades ou organizações comunitárias de base e o sector privado.

Em Moçambique as ONG's contribuem melhor no reforço das aptidões das populações que dirigem o seu destino e de participar activamente na tomada de decisões que lhes dizem respeito e são vistas como "*catalizadoras do desenvolvimento participativo*"²². Estas organizações têm um papel 'intermediário' entre as populações, Governo e o sector privado. As suas intervenções no desenvolvimento situam-se no apoio às comunidades a envolverem-se nos processos de tomada de decisões – o *empowerment* – que influenciam as suas vidas e na criação de possibilidades e capacidades para as comunidades participarem (Ballerstaedt, 1999:17-18).

O principal protagonista e responsável pelo processo de desenvolvimento é o Estado e a sua justeza expressa-se pela forma como o Governo intermedeia ou arbitra os interesses de todos os intervenientes no processo de geração de iniciativas produtivas, económicas e sociais. No contexto de livre mercado, o Estado através dos órgãos do aparelho do Governo tem um papel essencial na formalização e aplicação de regras e normas – o quadro legal-jurídico – para regular a distribuição de receitas e os impactos das medidas económicas e sociais (Idem:13).

Entende-se, portanto que, o Estado, apesar de reduzido o seu papel na economia, tem uma *responsabilidade política e social insusbtituível*, que consiste na *criação de um marco legal e institucional* e para *regular e intermediar as actividades dos diferentes agentes sociais* e assim *evitar conflitos sociais, proteger os desfavorecidos, evitar monopólios e estimular a participação de todos no desenvolvimento sócio-económico do país*. Segundo Ballerstaedt, a participação do Governo consistiria no *quadro de instituições de prestação de serviços à população e espaços de promoção de fóruns públicos para os cidadãos participarem na governação*.

As comunidades ou organizações comunitárias de base podem ser representadas por associação ou cooperativas de camponeses. Estas tem como papel defender os interesses dos

²¹ O Movimento Associativo em Moçambique Numa Governação Democrática, 1996, KULIMA, Grupo De Pesquisa-Moçambique, Maputo. pp. 30.

²² Op. Cit. pp. 37-38.

camponeses e das comunidades na resolução dos seus próprios conflitos de terra ou de melhoramento das suas condições de vida (Idem:16), mas também envolvem-se em actividades produtivas concretas para a satisfação das necessidades básicas dos seus membros (e suas famílias) e para desenvolvimento local.

Outros actores como as associações de interesse e as organizações sindicais surgem para advogar pelos interesses dos seus membros frente as autoridades, fornecedores de serviços e para sensibilizar a sociedade acerca de amplos sectores sociais e, em segundo lugar, criar consciencia dos cidadãos em relação à defesa dos seus direitos sociais, económicos, cívicos e qualidade de vida (Ibdem:17).

5.3. Algumas experiências relevantes de participação

A participação comunitária (popular) em Moçambique foi desde o tempo colonial um dos mecanismos postos em prática para a promoção do desenvolvimento, embora tenha assumido formas e concepções diferentes, dependendo do contexto político, económico e social de cada período histórico. Ballerstaedt (1999) apresenta algumas experiências da participação em Moçambique.

No período colonial os portugueses permitiram o aparecimento de um pequeno sector de *assimilados*²³ e financiavam algumas organizações próprias de assimilados, como foi o caso da 'Centro Associativo dos Negros'. Por outro lado, algumas igrejas independentes como a Igreja Presbiteriana de Moçambique, participavam na educação da população africana. Durante a luta de Libertação Nacional (1964-1974), a FRELIMO criou nas *Zonas Libertadas* instituições de participação popular na vida social. A comunidade reunia-se e nomeava os seus representantes e ao nível de base, os órgãos de poder popular estimulavam a formação de cooperativas e organizavam um sistema de ajuda mútua nos trabalhos agrícolas entre os camponeses.

Após a independência, no período entre 1975-1987, o governo, embora monopartidário, promoveu a formação dos grupos dinamizadores (GD's) como uma base organizativa nas zonas atingidas pela guerra de libertação e para defender contra sabotagens, roubos e destruição que precederam a saída dos portugueses das empresas e das fábricas e os seus membros eram escolhidos em reuniões públicas. Criou-se também organizações democráticas de massas como OTM, OMM e OJM que faziam ligação entre a população e o partido. Também apareceram ONG's como CARITAS, CCM e CVM que levavam a cabo acções de solidariedade cristã e humanitárias e tinha como único parceiro o Estado.

Nã década 80, a estratégia dessas ONG's concentrou-se na ajuda alimentar e na emergência para minimizar as repercussões negativas da crise económica mundial, seca, fome e ataques da

²³ Assimilado é uma categoria que referia a população negra a qual fora dada a possibilidade de estudar até a terceira elementar, podendo cumprir tarefas de acordo com a sua formação.

RENAMO. Depois de em 1984, o país aderir ao FMI e BM iniciou o processo de liberalização do mercado; entre 1986/87 foi implementado o PRE e as ONG's foram outorgadas confiança para serem agentes sociais activos e ao mesmo tempo iniciou uma abordagem do desenvolvimento participativo por parte das ONG's para que as populações se sintam donas dos seus projectos.

No contexto do PRE (1987-1990), o Estado transfere as suas funções sociais para as iniciativas privadas – ONG's, associações e sector privado. Assim, as ONG's passam a prestar ajuda aos refugiados e deslocados de guerra. As ONG's Estrangeiras tomam posição do relevo fazendo parceria com o governo, em que forneciam meios para este executar programas. Nessa altura, as ONG's eram consideradas como 'parceiros silenciosos'.

No período entre 1990-1996, as ONG's, sobretudo associações de educação cívica e democrática e as de amigos e naturais de províncias e distritos crescem. Por outro lado, a ajuda internacional concentra-se na reabilitação e reconstrução nacional, democratização do país e educação cívica, daí as ONG's Estrangeiras tornaram-se maiores parceiros das ONG's nacionais e locais de forma a responder as necessidades das comunidades, grupos e regiões de maneira directa. Organizaram-se vários fóruns das ONG's, como LINK (1993), Fórum Mulher (1994), MONASO (1996), Rede Criança e Fóruns Provinciais (1997) e renasceram dezenas de congregações religiosas católicas, protestantes e muçulmanas que deram o seu contributo no desenvolvimento de Moçambique.

A partir de 1997, com a aprovação da Lei das Autarquias, a estratégia actual das ONG's nacionais e estrangeiras enfatiza o desenvolvimento económico e social local e as autoridades tradicionais, associações de desenvolvimento local e as organizações comunitárias de base são considerados como parceiros.

As experiências apresentadas pela autora mostram que em períodos históricos diferentes, em Moçambique as *abordagens participativas e associativas nunca foram descuradas, e deram um grande contributo no desenvolvimento do país e as ONG's e associações cívicas de várias naturezas foram os principais promotores do processo.*

A grande limitação dessas ONG's, foi o facto de não ter considerado o capital social das comunidades devido à ausência de *empowerment*, muito delas trabalhavam na filosofia "top-down" não possibilitando a participação activa das comunidades-alvos nem a sua devido aos contextos políticos e ideológicos desses períodos.

Como elucida Chichava (1999) no exemplo dos GD's, em que se reconhece que estas foram formas de organização e participação das comunidades nas tarefas do desenvolvimento e gestão urbanas, mas *não se enquadra nas actuais abordagens participativas* porque naquele contexto do sistema de governação socialista e centralizada as pessoas se exprimiam mediante a ideologia do partido no poder e não se oferecia uma participação democrática de livre expressão.

5.4. Principais problemas da participação comunitária em Moçambique

O maior constrangimento para a participação comunitária, sobretudo na tomada de decisões, é a forte centralização administrativa do sistema nacional de planificação e gestão orçamental e financeira. Por outro lado, a actuação de algumas ONG's baseia-se no conhecimento insuficiente das Políticas Nacionais e prioridades em Moçambique e na insuficiência de coordenação. O outro factor que ameaça todos os processos económicos e sociais, incluindo a participação das comunidades, visando o desenvolvimento comunitário é a pobreza porque não permite a evolução das pessoas e das comunidades. O financiamento a curto prazo que normalmente as ONG's recebem também limita o aprofundamento das práticas participativas no desenvolvimento comunitário (Ballerstaedt, 1999).

Francisco (2003) aponta que o avanço da pobreza destrói o tecido social básico e a célula básica da participação – a família, e que debilita as organizações das populações, o desemprego, os modelos de gestão e organização interna bastante hierarquizados das instituições encarregues de implementar a participação, falta de auscultação da população, ignorância dos líderes legitimados pelas populações, utilização de métodos inadequados de capacitação das populações comunitários, por estes não corresponderem à situação real e às necessidades das populações, exclusão dos beneficiários devido a prevalência em alguns sectores sociais de que a participação diminui a eficiência e falta de esclarecimento da população como grande impedimentos da participação (Francisco, 2003:38-39).

Ballerstaedt (1999) aponta outros problemas que afectam a participação das populações no desenvolvimento como o caso de auto-censura pessoal e institucional perante temas de interesse social e nacional; os conflitos de interesse no Governo entre grupos empresariais ou ambições pessoais e os interesses do povo; falta de informações dirigidas às províncias e aos camponeses; falta de meios para actividades de formação e capacitação; lacunas legais e pouca clareza dos procedimentos jurídicos e falta de conhecimento de mecanismos de mercado que se traduz em não saber onde e como vender os produtos, dificuldade em manter a presença de mulheres na capacitação e sua pouca participação nos encontros e também a exclusão social que cria muito sofrimento e frustração nos camponeses.

Por outro lado, a participação é usada pelas instituições dominantes para a afirmação do poder, onde com objectivos opostos, é veiculada intensamente nas organizações. Stourdézé mostra como as 'tomadas da fala'²⁴ pelos subordinados estimuladas na organização e a 'permissão da fala' dão-lhes a ilusão de participarem do poder. E, por ser fictícia, esta participação não se funda na circulação, não tendo, portanto, uma função de ligação social. Ela é apenas uma imitação da socialidade, o que significa que não existe troca (Sanchez Teixeira, 1990:122).

²⁴ A "fala" é visto por Maffesoli, como fonte do poder. Segundo ele, "a palavra monopolizada garante a legitimidade e a manutenção do poder, ao mesmo tempo em que pode subvertê-lo" (Sanchez Teixeira, 1990:121).

Portanto, as próprias instituições (e os indivíduos) constituem obstáculos "perigosos" para "uma participação 'activa, consciente, deliberada, organizada, eficiente, decisiva e intensiva' dos grupos-alvos", pois, normalmente "realiza-se reuniões com as comunidades para estimular sua 'participação consciente no processo decisório', mas essa possibilidade de a comunidade poder decidir sobre o que é do seu interesse, confina-se à escolha entre o que constitui sua preocupação e aquilo que os planificadores das instituições já idealizaram antecipadamente"²⁵ (Francisco, 2003:37-38).

Portanto, em suma, os principais constrangimentos que afectam a participação comunitária no país são *insuficiência dos recursos financeiros e materiais, fraca capacidade técnica e humana, elevado índice de pobreza e do analfabetismo da maioria dos membros das comunidades, dificuldades na definição das agendas e programas de desenvolvimento, fraca articulação sectorial e entre actores sociais, metodologias e estratégias não adequadas de intervenção comunitária, desconhecimento e insuficiência dos dispositivos legais devido à fraca ou mesmo falta de divulgação e abrangência na sua discussão, insuficiência de quadro institucional, principalmente de apoio às estruturas de base.*

5.5. Oportunidades e perspectivas futuras da participação em Moçambique

Valá (2002:14) refere que os problemas das comunidades locais devem ser resolvidos a níveis territoriais mais amplos e não apenas ao nível local²⁶, porque elas não vivem em autarcia e, portanto, todos os planos comunitários devem ser discutidos a níveis sucessivamente mais elevados até se encontrarem com o movimento de planificação vindo de cima e que atinge actualmente o Distrito. Para este autor, o grande desafio para estimular a "participação" no processo de desenvolvimento comunitário está na *capacidade de implementação* e o problema principal está na vontade de empreender uma *descentralização efectiva*.

Neste quadro, considera o autor, os oficiais do Estado devem *mudar de atitude e mentalidade* de modo a estimular e apoiar as iniciativas comunitárias de desenvolvimento e as comunidades, por sua vez, devem alterar a sua postura no sentido de elas próprias envolverem-se na busca de soluções para os seus problemas. Antes de tudo, *as instituições distritais devem ser capacitadas ao nível técnico e metodológico* para apoiar as comunidades a encontrar os caminhos do desenvolvimento e não as substituírem e, as ONG's devem continuar a desenvolver *intervenções de pequena dimensão* que reflectam directamente na capacitação das comunidades.

²⁵ Ammann (1997) critica essa atitude nos seguintes termos: 'Proclama-se, destarte, uma pseudo-participação, dá-se-lhe o foro de "consciente", omite-se e disfarça-se a estrutura de dominação e procura-se convencer as classes subalternas de que elas estão participando do poder decisório (...)' (Fernandes, 1999:38).

²⁶ Neste aspecto é preciso romper com "mito de comunidade homogénea" (Negrão, 1997:125), fechada em si mesma.

Por outro lado, o mesmo autor, considera ainda que, os *empreendimentos conjuntos* desenvolvidos pelas comunidades, Estado, sociedade civil e sector privado são fundamentais na perspectiva pedagógica e de capacitação dos actores envolvidos, em particular as comunidades, e estas devem ter a possibilidade de planificar e implementar acções de índole comunitário, gerir recursos e infra-estruturas, tomar decisões sobre assuntos do seu interesse e negociar com os parceiros externos.

Por seu turno, Ballerstaedt (1999) baseando-se nos resultados da sua pesquisa sobre "o que se espera" do processo de participação popular em Moçambique, sugere, em primeiro lugar, que para criar melhores oportunidades de participação e de cooperação deve-se melhorar os níveis de *coordenação* com as ONG's, a nível nacional através da *institucionalização de um espaço sectorial* onde pode-se fazer a revisão dos convénios com base nas prioridades nacionais e a própria sociedade civil²⁷ deve aprofundar a sua organização de modo a criar laços de aliança entre vários sectores que lhe confirmam maior força de pressão perante o governo.

Côntudo, o *apoio às ONG's e às organizações de produtores ou de interesse* para a *construção duma sociedade civil forte* é fundamental para o incremento da participação no processo de desenvolvimento devendo-se, para efeito aprofundar as *campanha de educação cívica e advocacia* de acordo com a realidade do país, e defesa da posse da terra.

Reconhece-se que as oportunidades para melhorar a participação comunitária depende de aspectos como o *impacto real das políticas do Governo e dos Agentes de Apoio* no aumento do emprego, boa informação pública e aprofundamento da democracia. E assim, com o objectivo de adoptar *políticas sensíveis ao género* é necessário criar oportunidades de desenvolvimento para as mulheres e também providenciar a formação em género e desenvolvimento participativo para os directores, técnicos e pessoal das ONG's e das direcções distritais.

Por outro lado, a *paz e a estabilidade*, a variedade de recursos por explorar no meio rural constituem ocasiões favoráveis para o aumento do envolvimento das comunidades, sua mobilização e capacitação para as tarefas do desenvolvimento sócio-económico do país. Enfim, a insistência no apoio à uma melhor organização social e produtiva das comunidades, como é o caso de promoção de associações comunitárias de produtores nas zonas rurais, bem como a aposta noutras fontes de rendimento familiar como, por exemplo, a produção de carvão, são essenciais para estimular a participação das comunidades no processo de desenvolvimento.

²⁷ Sociedade Civil refere-se a "todas as relações sociais, instituições e organizações voluntariamente constituídas que não são redutíveis a mera compreensão administrativa do estado. Na sua história, o significado da sociedade civil ou relações civilizadas, oposta à 'natureza de estado' (Locke, Rousseau). No emprego moderno, a esfera da 'sociedade' contra o domínio do estado (Hegel, Marx e Gramsci)" (Grupo de Pesquisa - Moç., 1996:84). Ballerstaedt (1999:3) define sociedade civil como "um espaço onde diferentes actores intervenientes criam e geram a opinião pública, propõem alternativas próprias, impulsionam o debate público, dialogam, discutem e negociam entre eles e com os poderes do Estado. Ao mesmo tempo refere-se a capacidade dos actores sociais para gerar coesão e mobilização entre si".

VI – O ESTUDO DE CASO DA “ASSOCIAÇÃO GERAR”

6.1. As formas de organização sócio-económica da população local

Desde os tempos remotos, as comunidades rurais vêm-se organizando em grupos de várias naturezas como forma de fazer face aos problemas que de forma individual seria difícil ou mesmo impossível solucionar. Em Moçambique, as populações desenvolveram muitas relações sociais por forma a garantir a sobrevivência a curto e longo prazo, como por exemplo as actividades de ajuda mútua, nomeadamente *Kupfunana* e *Xitique* (Vugt, 1992), *Tsima*, *Xikropa*, etc.

Ultimamente estas organizações estão sendo reconhecidas pelas organizações governamentais e ONG's, como essenciais para garantir a participação das comunidades e para o desenvolvimento rural em Moçambique, apesar de maior parte delas enfrentar dificuldades de várias ordens como por exemplo uma fraca gestão e organização interna, conflitos de interesses entre os seus membros, dificuldade para a sua legalização.

Mesmo assim, as organizações e associações de base local e de pequenos produtores constituem movimentos sociais chave para a *participação* e para a operacionalização do *capital social* local de forma a assegurar um desenvolvimento sócio-económico sustentável, na medida em que podem formar um “espírito colectivo e cooperativo” e influenciar políticas sociais e económicas do governo e das agências de apoio ao seu favor, bem como desenvolver actividades sócio-económicas concretas para o desenvolvimento das suas localidades, comunidades, etc.

É sabido que desde os tempos remotos as *organizações associativas* vem sendo reconhecida como *capital social* importante nas tarefas *desenvolvimento* em muitas partes do mundo, visto que possibilitam a *participação das populações* em diferentes actividades e na tomada de decisões e na sua mobilização para a cooperação entre si e com outros parceiros de desenvolvimento.

Como argumenta Putnam, “as regiões onde historicamente existe tradições associativas além dos laços de parentesco, sejam comunitárias, de ajuda mútua, paroquiais, guildas, enfim, sentimentos de comuna – pesem as forças adversas como guerras, epidemias que as afectam – são mais propensas a recuperar esse espírito colectivo e potencializá-lo em todas as actividades que exigem actuação colectiva e, consequentemente, promover o bem comum, e o desenvolvimento” (Matsinhe, 1999:12-13), ao contrário daquelas com fraca ou nenhuma tradição associativa.

Putnam (1996) atribui maior importância ao espírito colectivo e mobilização das pessoas na realização de todas as actividades que exigem uma actuação conjunta. Portanto, em Putnam o associativismo constitui o elemento fundamental para o alcance de objectivos comuns, isto é, o desenvolvimento local. Segundo ele, “as tradições cívicas permitem-nos prever o grau de desenvolvimento, e não o contrário. A ‘performance institucional’ está condicionada pela comunidade cívica” (Milani, 2003:17).

Mauss considera que *"não é o cálculo das necessidades individuais que se encontra o método da melhor economia, mas para desenvolver a economia é preciso ser mais que puros financiadores, tornando melhores contabilistas e melhores gestores. A perseguição brutal dos objectivos individuais é prejudicial para os objectivos e para a paz do conjunto, para o ritmo do seu trabalho e das suas alegrias e – pelo efeito do retorno – para o próprio indivíduo"* (Mauss, 1988:198).

Assim, em Massingir o trabalho colectivo é predominante, uma vez constatado que individualmente seria difícil as pessoas alcançarem o bem-estar desejado. O associativismo é potenciado em detrimento do individualismo que minaria os objectivos comuns.

As comunidades locais encontram-se *organizadas em associações de pequenos produtores de base intercomunitária*, nomeadamente *associação de agricultores*, que se beneficia dos sistemas de regadio, construídos com a participação activa dos próprios camponeses com o apoio financeiro do PMA, na filosofia de "Comida Pelo Trabalho", em parceria técnica com a DDADR local; *associação de pescadores* que exploram o pescado na albufeira do rio dos Elefantes, na barragem de Massingir; e, *associação dos carvoeiros* (ACARMA/GERAR) que explora os ricos recursos florestais para a produção do carvão e vela pela manutenção dos recursos naturais.

A associação GERAR é a que mais *impacto* tem ao nível distrital integrando membros de todas as comunidades do distrito e carvoeiros externos que operam no local. A GERAR é uma das *"associações locais promovidas, em Massingir, para conseguir uma maior participação das comunidades, não só na produção de carvão, mas também em diversas actividades sócio-económicas viradas para o seu próprio desenvolvimento"*²⁸, e ela constitui o objecto de análise deste estudo.

Portanto, as organizações associativas locais, são reconhecidas pelos agentes de apoio como capital social importante que possibilitam a participação das populações no processo de desenvolvimento local.

6.2. A Associação GERAR: sua origem e objectivos

A Associação da Gestão dos Recursos Naturais de Gaza (GERAR) surgiu em Março de 2003, no Posto Administrativo de Massingir-Sede. Na fase da sua criação, esta associação tinha 170 membros e denominava-se ACARMA – Associação dos Carvoeiros de Massingir, que cumpria apenas um objectivo: a exploração florestal para a *produção do carvão*, tendo tomado recentemente a designação GERAR, convista a incluir nos seus objectivos a componente *conservação e gestão dos recursos naturais*, que implica uma exploração racional e sustentável das florestas, fonte de matéria-prima para a produção do carvão.

²⁸ Entrevista com Raimo Barraca, Xai-Xai, 26.04.2004.

A ideia da criação da ACARMA, actual GERAR, nasce da constatação de que a produção de carvão era feita por indivíduos vindos de fora do distrito que conseguiam obter dinheiro para o benefício próprio, enquanto que os nativos, "donos" dos recursos continuavam na pobreza. A partir daí, alguns locais tomaram a iniciativa de negociar com os "forasteiros", de forma a cooperar naquela actividade, porque *"nós de Massingir não viamos a importância da floresta senão para obtenção de material para construção de casas e celeiros e de lenha, não sabíamos como se fabrica carvão, não sabíamos que o carvão traz rendimentos (...)"*²⁹.

Dessa maneira, *"a DPADR-Gaza ao tomar conhecimento dessa ideia, e também, constatando que a agricultura não era solução devido às cheias e secas, decidiu promover a associação, de forma efectiva orientando as pessoas a usar os recursos naturais para conseguir rendimentos familiares"*³⁰. Para o bom funcionamento da associação, a DPADR-Gaza fez o inventário da associação, delimitando as áreas de exploração. Portanto, sobre a origem da GERAR,

- *"o mais certo é que a ideia de uma associação de exploradores de carvão surgiu das próprios comunidades, mas ganha materialização, quando a DPADR-Gaza e DDADR-Massingir, através dos sector de florestas e fauna bravia mobiliza todos os carvoeiros locais e externos que operam no local a se integrar naquele primeiro grupo que formava a associação (ACARMA) (...)"*³¹.

A partir daí, a aderência foi enorme porque os argumentos apresentados pelas autoridades da agricultura foram claros tanto para as comunidades locais como para os operadores externos, porque todos saíam a ganhar. Para as comunidades significava o combate à pobreza absoluta através da geração dos rendimentos com os seus próprios recursos e, para os exploradores externos facilitava a aquisição de licença, ou seja, possibilitava-lhes a se tornar exploradores legais, porque com esta iniciativa o Estado, através da DDPDR-Gaza pretendia:

- *"facilitar o processo de licenciamento para o exercício da actividade e dar prioridade às comunidades locais na exploração e usufruo dos seus recursos, porque o que antes acontecia é que a produção de carvão em Massingir era feita grandemente pelos agentes privados externos, para venda em Maputo, Xai-Xai e Chókwè (...) enquanto os locais não tinham consciência da importância das florestas para a sua sobrevivência (...)"*³²

- *"estimular a participação das populações no desenvolvimento local, através de outras fontes de rendimento, visto que, a agricultura, principal actividade económica, já não dava rendimentos, devido às calamidades naturais, cheias e agora seca e também facilitar a*

²⁹ Entrevista com Lodovina da Silva, Panguene, 28. 04. 2004.

³⁰ Entrevista com Raimo Barraca, DPADR-Xai-Xai, 26.04.2004.

³¹ Idem.

³² Idem.

conservação das florestas, usado uma gestão participativa comunitária feita pelos membros da associação e das comunidades".³³

A partir da *"a definição dos seus objectivos, a associação passou a designar-se GERAR, que para além da produção do carvão, tem a preocupação de gerir e conservar aqueles recursos florestais, incluindo a fauna"*³⁴

Actualmente, a GERAR possui 200 membros, distribuídos em sete comunidades: Chinhonganine, Banga, Chitare, Década da Vitória, Panguene, Zulo e Manhiça, daí costumar-se chamar, no local, uma "associação intercomunitária". A comunidade³⁵ de Panguene, que é a extensão territorial da Década da Vitória, é a sede da GERAR, onde estão instalados vários indivíduos provenientes de diferentes lugares, inclusive de fora de Massingir como Maputo, Chókwè e Xai-Xai, atraídos pela lucrativa exploração carvoeira.

A GERAR possui um Presidente, vice-Presidente e um Secretário-geral, que gerem e coordenam todas as actividades da associação: *"a mobilização e sensibilização dos seus membros e outros exploradores não associados, intermediação entre associação com governo, ONG's e líderes comunitários e gestão técnica, material e humana para o funcionamento e cumprimento dos objectivos da associação"*³⁶. E *"envolve todas as comunidades do distrito, os respectivos líderes e o administrador"*³⁷.

Os fundos para o funcionamento da associação provém do pagamento de quotas – a jóia. Essa quota constitui o fundo da associação, que serve para questões administrativas e correntes da vida da associação. Com o tempo a sua direcção acredita que, *"a jóia vai permitir a abertura de projectos como carpintarias e colmeias"*³⁸.

Um dos dilemas com que se debate a GERAR é a dificuldade em conseguir a sua legalização. Devido à complexidade dos mecanismos burocráticos para conseguir a oficialização e uma base jurídica de existência, a GERAR firmou parceria com a ORAM, uma ONG que trata desse processo. A falta desse estatuto legal constitui um grande constrangimento para a consecução dos objectivos preconizados.

Entretanto, a GERAR foi promovida pela DPADR-Gaza para aumentar a participação das comunidades locais na busca de alternativas para a minimização dos efeitos das calamidades naturais que tornam a agricultura incapaz de garantir a subsistência das famílias locais.

³³ Entrevista com Alexandre Filimone, DDADR-Massingir, 28.04.2004.

³⁴ Entrevista com Cláudio Zitha, Panguene, 29.04.2004.

³⁵ "Comunidade", refere-se à aldeia, segundo a divisão administrativa local.

³⁶ Entrevista com Mário Chongo, Panguene, 29.04.2004.

³⁷ Entrevista com Raimo Barraca, Xai-Xai, 26.04.2004.

³⁸ Entrevista com Cláudio Zitha e Mário Chongo, Panguene, 29.04.2004.

6.3. A produção de carvão como principal fonte de rendimentos alternativos

A grande preocupação das populações e autoridades de Massingir quando tomaram a iniciativa e consciência do papel que o trabalho conjunto joga na vida sócio-económica era de procurar alternativas para minimizar os efeitos de calamidades naturais (as cheias de 2000 e depois, a estiagem) que tornavam a agricultura incapaz de prover alimentos para a sobrevivência. Então algumas pessoas viam no carvão a única fonte de rendimento para a superação das dificuldades económicas, nomeadamente a subsistência.

- *"O carvão explorado é vendido fora do distrito, principalmente em Chókwè, Xai-Xai e Maputo. A população que é o sustentáculo da GERAR participa de forma determinada porque já consegue ver os rendimentos com a venda do carvão e já perspectiva o futuro".*³⁹

Quanto à mão-de-obra, o projecto "carvão para o desenvolvimento" beneficia-se de indivíduos activos que trabalhavam na África do Sul, dos desmobilizados do exército governamental e da RENAMO. Portanto, *"o trabalho de exploração carvoeira não exige a absorção de mão-de-obra externa, mas a mão-de-obra familiar, visto que são famílias extensas, o que reduz os custos – que seria o pagamento de salários"*⁴⁰.

O trabalho da associação GERAR, quanto à produção de carvão limita-se na coordenação das actividades entre os carvoeiros juntamente com as comunidades através dos líderes comunitários e autoridades administrativas e das áreas de exploração demarcadas. *"Cada carvoeiro produz por conta própria, não havendo uma produção colectiva que seja propriedade da associação. O único compromisso entre o associado e a associação é o cumprimento das regras estabelecidas, nomeadamente o respeito das áreas de exploração e de pousio, o pagamento de quotas, o que não tem sido regular"*⁴¹.

Segundo a direcção da associação, *"as quotas tornariam sustentável e serviriam também para criação dentro da GERAR de um departamento de apoio à comunidade para apoiar as populações locais no campo da educação e da saúde ou para a abertura de novos projectos como carpintarias e espaços turísticos, visto que Massingir tem um potencial faunístico muito rico"*⁴².

Ainda não se definiu um sistema de controlo e contabilização da quantidade de sacos de carvão produzidos num determinado período de tempo, nem o número exacto de exploradores, porque nem todos já foram licenciados. Porém, isso facilitaria à associação o controlo de pagamento de quotas, para o fundo da associação e renovação de licenças e para outras actividades em vista.

³⁹ Entrevista com Cláudio Zitha e Mário Chongo, Panguene, 29.04.2004.

⁴⁰ Entrevista com João Ngovene, Panguene, 29.04.2004.

⁴¹ Entrevista com Jacob Santos, Panguene, 28.04.2004.

⁴² Entrevista Mário Chongo e com Cláudio Zitha, Panguene, 29.04.2004.

Segundo os entrevistados, a produção de carvão veio modificar a vida das famílias, na medida em que com a sua comercialização, embora deficiente devido à intermediação e especulação, as famílias conseguem ter rendimentos em dinheiro que lhes possibilita a aquisição de bens e serviços básicos para a satisfação das suas necessidades e, também acredita-se que com uma boa gestão desta actividade pode contribuir para a redução da pobreza que assola a maior parte da população do distrito de Massingir.

Alguns entrevistados referiram que com a venda de carvão conseguiram abrir *outro tipo de negócio* – como pequeno comércio informal de venda de produtos de primeira necessidade adquiridos em Maputo e Chókwè. Com afirma Cláudio Zitha *“as populações estão determinadas porque vem os rendimentos de carvão. E com a capacitação dos exploradores de carvão para ter acesso directo ao mercado sem intermediários para acabar com a especulação por parte deste e a padronização do saco de forma a contribuir para a gestão eficiente da floresta, vai estimular uma maior produção para os produtores locais”*⁴³ e uma maior confiança dos “magwevas” aos locais.

Como a venda de carvão aos “magwevas” de Maputo, Xai-Xai e Chókwè, alguns produtores já *“conseguem comprar gado bovino e caprino para criação, conseguem ter casas melhoradas e acesso à educação dos seus filhos”*⁴⁴ e outros bens e serviços necessários para uma vida satisfatória.

6.4. A Sustentabilidade da exploração carvoeira

Castanheira & Cossa (1999) citando Prank J. Et al. (1992), considera que sustentabilidade⁴⁵ é *um conceito genérico que pode ser definido como o processo pelo qual o desenvolvimento opera, respondendo as necessidades das presentes gerações, mas sem contudo comprometer as capacidades das futuras gerações*. Assim, o desenvolvimento sustentável é aquele que se promove sem, no entanto, prejudicar as gerações vindouras, fazendo um uso racional dos recursos e preservar para a sua reposição de forma a sustentar as futuras gerações.

Este conceito vem resolver o problema do mau uso e aproveitamento dos recursos, por si só escassos, havendo necessidade de racionalização e preservação dos mesmos. Portanto, para o

⁴³ Entrevista com Cláudio Zitha, Massingir-Sede, 28.04.2004

⁴⁴ Entrevista com Anselmo Cossa, Massingir-Sede, 28.04.2004.

⁴⁵ De acordo com Kanshahu (1996), existem onze (11) critérios para a sustentabilidade de um projecto do desenvolvimento rural, nomeadamente, investimentos a baixos custos; adaptação e uso dos conhecimentos locais com ou sem treinamento especial; uso de matéria-prima local a grande medida; os bens e serviços devem beneficiar os beneficiários locais; substituição dos impostos e poupanças de divisas; criação de emprego; deve gerar lucros ou criar excedente para auto-sustento; deve manter uma harmonia e um bom nível ambiental; deve usar tecnologias simples e fáceis de aprendizagem; produção contínua – o projecto deve ter um esquema de manutenção que permite a continuidade do processo de produção mesmo que o suporte financeiro e de gestão deixem de existir; e, instituição de auxílio – um projecto deve ter planos que garantam a continuidade através de instituição de auxílio (Castanheira & Cossa, 1999).

âmbito de participação comunitária e desenvolvimento local pode-se considerar que sustentabilidade é a continuidade das actividades pela comunidade-alvo depois que o suporte técnico e financeiro da instituição ou projecto cesse. Pressupõe também o uso racional dos recursos, garantido a sua conservação e manutenção.

Em Massingir, a organização dos carvoeiros em associação visa a sustentabilidade na exploração florestal. Porque são os locais a fazer o uso e a gestão dos seus recursos a possibilidade do desenvolvimento da actividade é maior e evita-se a devastação prematura da floresta.

A gestão comunitária dos recursos naturais tem sido estudada por vários autores. Por exemplo, Matsimbe (2000) considera que o envolvimento das comunidades tem sido a "fórmula mágica" que facilita o acesso a projectos que têm como aspecto principal a manutenção dos recursos naturais.

Assim, o envolvimento activo das comunidades locais nos projectos de desenvolvimento, torna-os mais viáveis, na medida em que, passam a ser elas a tomarem decisões que lhes são favoráveis *"permitindo que os beneficiários que são os melhores conhecedores das suas necessidades, potencialidades e circunstâncias de vida, possam se envolver directamente e desde o início em todas as acções que visem o seu desenvolvimento"* (Valá, 1998).

Em Massingir exploração de carvão começa em 1999, mas ganha maior intensidade, no ano 2000, no período das cheias, quando o troço que liga os distritos de Guijá e Mabalana ficou interrompido, dificultando o acesso a estes distritos. Massingir era a única alternativa para abastecer de carvão as cidades de Maputo, Xai-Xai e Chókwè, visto que possui recursos florestais muito abundantes.

- *"(...) portanto, até 1999, a exploração carvoeira era feita por "gente de fora", vinda daquelas cidades e outros pontos do país, que o fazia de forma desordenada, sem se preocupar com a sua manutenção. Quando se constatou que essa exploração dos recursos florestais era feita de forma desenfreada e insustentável, os "donos da terra" foram mobilizados pela DPADR-Gaza, através da DDADR-Massingir, a se organizarem em associação para serem eles próprios a explorar os seus recursos florestais de modo a garantir a sustentabilidade"*⁴⁶.

A GERAR é uma associação nova, pelo que os seus líderes traçaram uma série de estratégias para garantir a participação das comunidades na conservação dos recursos naturais daquele distrito, nomeadamente florestais e faunísticos. Assim, *"está em processo ao nível da GERAR a descentralização que consiste em dar autonomia a cada comunidade representada na associação tanto para a concessão da licença como para a gestão dos recursos existentes em cada área da exploração comunitária"*⁴⁷.

⁴⁶ Entrevista com Anselmo Cossa, Massingir-Sede, 28.04.2004.

⁴⁷ Entrevista com António Tamele, DDADR-Massingir, 28.04.2004.

Este processo implica o envolvimento da DDADR para a condução do processo. O objectivo desta descentralização é de *"facilitar a exploração regrada dos recursos, redução do fluxo de licenciamentos individuais, controlo e redução de queimadas descontroladas com a criação de "Comissões Comunitárias" de gestão dos recursos, ligadas à GERAR"*⁴⁸.

De acordo com Alexandre Filimone, *"através da associação GERAR, as comunidades locais se envolvem activamente na exploração dos recursos florestais como base da sustentabilidade e, a DPADR ao promover e organizar os carvoeiros em associação visava essa exploração sustentável"*⁴⁹.

Portanto, *"a participação da GERAR na gestão dos recursos consiste também na fiscalização comunitária. Todo o abate na floresta é controlado. Para garantir a participação activa dos associados desenvolve-se um processo de divulgação de dispositivos legais existentes e delimitação das áreas comunitárias de acção de cada comunidade, organização de seminários para a capacitação dos líderes comunitários, visto que estes, constituem os vectores de ligação entre associação e a comunidade e com as estruturas administrativas locais, pessoas influentes, como é o caso dos membros da AMETRAMO e das congregações religiosas. Esses seminários são organizados pela ORAM"*⁵⁰.

Foram criados ao nível associativo e comunitário os Comités de Gestão Participativa/Gestão Comunitária – COGEP's, braços da associação GERAR, com a função de garantir a gestão participativa dos recursos, através da mobilização e sensibilização das comunidades e associados e controlo de todo o tipo de exploração. O manuseio comunitário é feito através de operadores florestais da GERAR para garantir gestão dos recursos e criou-se os comités das comunidades para a gestão e controlo de queimadas descontroladas.

Segundo António Tamele, o objectivo é *"dar a conhecer as comunidades que o recurso é delas, dar autonomia a elas, o empowerment, para decidirem a melhor forma de usá-lo correctamente, isto é, assegurar a sustentabilidade, porque eles têm filhos e netos e amanhã vão precisar desse recurso"*.

Nesse âmbito, tratando-se de um recurso muito procurado no local, não só por nativos, mas também indivíduos provenientes de outros locais, a fiscalização comunitária é efectiva e *"quando alguém é surpreendido a fazer abates ilegais, sem licença é preso e o valor da multa que lhe é aplicada, uma parte reverte para a comunidade e a outra para o Estado"*⁵¹. É por isso que o *"Estado não-encoraja os produtores privados, isto é, individuais para evitar a devastação da*

⁴⁸ Entrevista com António Tamele, DDADR-Massingir, 28.04.2004.

⁴⁹ Entrevista com Alexandre Filimone, DDADR-Massingir, 28. 04. 2004.

⁵⁰ Entrevista com Cláudio Zitha, Panguene, 29.04.2004.

⁵¹ Entrevista com António Tamele, DDADR-Massingir, 28. 04. 2004.

*mata. O interesse do Estado é promover uma exploração sustentável virada para o auto-sustento das famílias locais e não para a obtenção de grandes rendimentos*⁵²

Segundo Alexandre Filimone, *"a área de floresta é mais concorrida devido ao desemprego e à pobreza, e assim, os privados devem licenciar para explorar num certo período e num certo limite. Mas para eles explorar, a comunidade deve ser consultada e tomar as decisões sobre os procedimentos. Cada comunidade representada na GERAR possui uma cotada ou área de exploração. Cada cotada é explorada num determinado período de tempo e possui um outro período de pousio, para o reflorestamento"*⁵³.

Como pode-se depreender a participação das comunidades na gestão dos recursos florestais, através da associação minimiza os custos do Estado de fiscalização. Por outro lado, a exploração das florestas em molde associativo é sustentável porque: *"há coordenação entre todos os actores envolvidos, procura-se eliminar os privados e incorporá-los na associação, delimita-se e controla-se as áreas florestais de exploração para os associados, evitando-se assim, a exploração desenfreada e a devastação das florestas"*⁵⁴.

O grande impulso para o envolvimento comunitário na gestão dos recursos naturais foi dado pelo sector de Florestas e Fauna Bravia da DPADR-Gaza e DDADR-Massingir, promovendo a GERAR, de modo *"a criar a sustentabilidade económica e estabilidade política"* (Matsimbe, 2000). Segundo Alexandre Filimone⁵⁵, *"o governo mobiliza as populações para a tomada de consciência em relação à exploração sustentável e a associação GERAR é o grande parceiro e executor desta actividade"*.

O objectivo de se incentivar o envolvimento comunitário ao nível associativo é garantir que a exploração florestal para a produção de carvão seja sustentável - ou seja, *"que façamos o abate de árvores para o fabrico de carvão, mas tendo em conta a conservação desses recursos, porque se esgotam e são de difícil reposição, já que levam muito tempo"*⁵⁶.

6.5. A GERAR e a promoção da participação das comunidades

A GERAR integra membros de sete comunidades/aldeia e alguns exploradores de carvão vindos de Maputo, Xai-Xai e Chókwè e, engaja-se como um movimento cooperativo e participativo das populações de Massingir. Como diz Kindleberg, *'o Movimento Cooperativo representa um dos meios mais eficientes de se obter a participação das massas populares no processo de desenvolvimento'*; constitui, diz Hans Wilbrandt (1967), *'a base do desenvolvimento*

⁵² Entrevista com Raimo Baraca, DPADR-Xai-Xai, 26. 04. 2004.

⁵³ Entrevista com Alexandre Filimone, DDADR-Massingir, 28. 04. 2004.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Entrevista com Alexandre Filimone, DDADR-Massingir, 28. 04. 2004.

⁵⁶ Entrevista com Lucas Macie, Panguene, 27. 04. 2004.

nos países em via de desenvolvimento' e, portanto, segundo Pierre Viguier (1961:116) 'é impossível conceber que o Movimento Cooperativo possa ser dissociado de desenvolvimento rural' (Ferrinho, 1978:15) e da sua forma de promoção - a participação comunitária.

O movimento cooperativo é, segundo Ferrinho (1978:45) a manifestação de uma "solidariedade de consciências" individuais harmonizadas pelo pensamento cooperativo. E a própria cooperação conduz como processo à humanização crescente do indivíduo (Idem:44). Portanto, a associação GERAR constitui essa manifestação de solidariedade entre as populações de Massingir convida a participar e cooperar na solução dos seus problemas económicos e sociais, porque elas acreditam que individualmente seria difícil alcançar o desenvolvimento social e económico desejado.

- *"A representação de cada comunidade na associação consiste na delegação, composta por um delegado, corpo fiscal (fiscalização florestal), e líder comunitário (estes são os conselheiros da associação ao nível comunitário e formam o conselho de anciãos). Estes elementos constituem os vectores da ligação entre a associação e os membros das comunidades. Através deles as preocupações das populações de cada comunidade chegam à direcção da associação, (...) a participação das comunidades na associação consiste não só na sua auscultação pelos seus líderes sobre como deve ser feito o uso dos recursos florestais para o fabrico de carvão para garantir rendimentos, mas também o modo da gestão dos recursos naturais locais"*⁵⁷.

É neste âmbito que a GERAR aparece como instrumento promotor da participação das comunidades na busca de alternativas para a satisfação das suas necessidades básicas através da exploração e venda de carvão e também a conservação dos recursos florestais, contribuindo para o desenvolvimento local. A GERAR garante o incremento da participação das populações nos projectos de desenvolvimento local, através da mobilização e sensibilização das comunidades.

- Como afirma Lourenço Tchaúque *"a Associação GERAR acaba formando um único 'corpo' - dentro dela não há conflitos porque o sentimento comunitário é esquecido, trabalhamos dia-a-dia numa acção colectiva intercomunitária e com carvoeiros de outras zonas do país"*⁵⁸.

- *"A GERAR mostrou-nos que é preciso trabalhar em conjunto para ajudar um ao outro, porque não temos meios suficiente, somos cidadãos livres e a floresta pertence a todos nós de Massingir, a divulgação das leis é muito importante para o conhecimento e afirmação dos nossos direitos e deveres cívicos"*⁵⁹.

- *"As comunidades já sabem o que é participar, têm noções de democracia, associativismo, a solidariedade entre as pessoas já existia, mas os dirigentes da GERAR e da ORAM falam, nas reuniões e seminários, da necessidade do seu reforço, de combate e prevenção de doenças como*

⁵⁷ Entrevista com Dinis Tsucana, Cubo, 29.04.2004.

⁵⁸ Entrevista com Lourenço Tchaúque, Década da Vitória, 29.04.2004.

⁵⁹ Entrevista com Joana Bila, Cubo, 29.04.2004.

cólera, malária e HIV-SIDA. Dizem-nos também o que é que o governo quer de nós e como podemos apresentar ao governo e ONG's os nossos problemas. A GERAR está a mudar a consciência das pessoas"⁶⁰.

Deste modo, segundo Sanchez Teixeira (1990:140), *"pode-se ver as associações como experiências sociais do quotidiano. Tanto ao nível da comunidade ou associação o ethos do grupo favorece o conformismo estrito dos seus membros, possibilita um devotamento, muitas vezes sem restrições, que reforça o que é comum a todos."*

6.6. As motivações da participação comunitária no desenvolvimento local

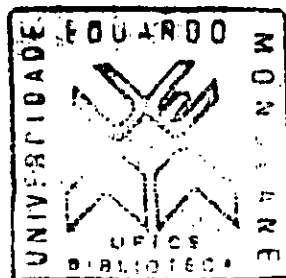
O uso da abordagem participativa tem as suas motivações aliadas às suas vantagens. No estudo feito por Pijnenburg & Nhantumbo (1998), em que analisaram experiências com participação de 23 organizações em Moçambique, chegaram a conclusão de que o uso da abordagem participativa em Moçambique tem as seguintes motivações:

- a participação permite melhor conhecimento da realidade, através do contacto directo com a população; permite melhor planificação no sentido de garantir a eficiência e a sustentabilidade; garante que os planos sejam relevantes para a comunidade; cria um sentido de posse de decisões e responsabilidade na implementação; a população escolhe e determina as prioridades, portanto, as decisões são assumidas pela população, pois são suas e se comprometem a implementá-las; e, permite a capacitação da população na resolução dos seus próprios problemas. Desse modo, a população ganha habilidade para tomar conta do seu destino (Jeremias, 1999:4).

No contexto em análise, além da vontade política do governo e das instituições de apoio em ver as populações envolvidas e a participar activamente no desenvolvimento local, interessa perceber o que motiva as pessoas a se organizar e participar no processo de desenvolvimento local. Ferrinho (1978) lembra o Dr. E. H. Jacoby que afirmava que o problema deles era como motivar os rurais para participar activamente no progresso visto que precisavam da sua colaboração e não da sua obediência e, portanto, a planificação institucional tinha de prever a motivação que os rurais necessitam para participarem activamente no desenvolvimento do seu próprio país (Ferrinho, 1978:169).

De acordo com Ferrinho, um dos mais importantes motivos para o comportamento dos indivíduos é a procura de *status* bem definido e estável num grupo social. O *status* bem definido é imprescindível ao equilíbrio interior do homem, é a 'identidade', uma parte do 'eu' resultante da interiorização de valores ligados ao *status*. O indivíduo não é levado a comportar-se duma dada maneira apenas por agentes exteriores, mas também pela sua própria personalidade (Idem:171).

⁶⁰ Entrevista com João Tinga, Cubo, 27.04.2004.



A pesquisa feita em Massingir, no seio dos membros da GERAR, corrobora com as considerações de Ferrinho, porque segundo os entrevistados não são apenas motivos económicos, ligados à subsistência nem pressões externas que os motiva a participar nos programas de desenvolvimento local, mas também a necessidade de partilhar com outros membros da comunidade e da associação e aderir um mesmo sistema de valores e um mesmo projecto que levam a satisfação individual por contribuir num projecto comum. Assim, *"cada um se envolve pessoalmente visto que todos querem sucesso através de rendimentos que provêm da venda do carvão e serem bem falados na comunidade"*⁶¹.

A GERAR também constitui um instrumento de motivação porque *"convida os indivíduos a trabalhar em prol do desenvolvimento comum, não só das suas comunidades como de todo o distrito. As pessoas percebem que para além de vantagens económicas que podem alcançar com o seu maior envolvimento ao nível associativo, podem ganhar prestígio na comunidade"*⁶².

Como sustenta Ferrinho (1978:173), cooperativa (e portanto, associação) é um dos factores de prestígio da comunidade, prestígio de que os rurais são extraordinariamente ciosos e daqui resulta uma maior dedicação à consecução dos seus objectivos.

É desta forma que em Massingir todos estão cientes desta vantagem das abordagens participativas. Reconhece-se que *"todo o projecto de desenvolvimento visa beneficiar a comunidade convista a sair da pobreza, e assim, deve ser ela a se envolver no seu desenvolvimento com o apoio do governo e das ONG's. (...) o desenvolvimento sem a participação da comunidade não será sustentável. Temos o exemplo do regadio de Mucatine e não só, que foi construído pelos próprios camponeses e qualquer avaria são eles mesmos que se encarregam de reparação, porque estão capacitadas"*⁶³.

Ao participar em todos os níveis, as comunidades têm a possibilidade de escalonar as suas prioridades, e isso lhes motiva bastante. Por exemplo, *"o PMA quando trabalha com as comunidades procura incentivar com a comida para participar e ver os seus projectos sustentáveis e o governo apoia na tomada de decisões (...) ora, as comunidades já participam, tomam decisões e apresenta prioridades. Ao nível da exploração e conservação florestal, as comunidades sentem-se donas dos recursos e participam na sua gestão (...) esses aspectos estimulam grandemente o envolvimento comunitário (...)"*⁶⁴.

Mas a participação das comunidades depende, em grande medida, da sua própria organização e motivação internas, das modalidades e metodologias de intervenção e políticas dos agentes externos de apoio e do tipo de acções levadas a cabo por estes com vista ao

⁶¹ Entrevista com Luís Machava, Cubo, 27. 04. 2004.

⁶² Entrevista com Paulino Nhussi, Cubo, 27. 04.2 004.

⁶³ Entrevista com Alexandre Filimone, DDADR-Massingir, 28. 04. 2004.

⁶⁴ Entrevista com Paulino Nhussi, Cubo, 27. 04. 2004.

melhoramento da vida das populações. Depende também da *confiança mútua entre os diferentes agentes sociais, do respeito e divulgação das leis, normas e valores instituídos e do fortalecimento institucional*. A organização, as modalidades e metodologias de intervenção e as políticas públicas devem ir ao encontro dos beneficiários e não partir da vontade do agente de apoio para aumentar a motivação do envolvimento comunitário.

6.7. A articulação entre a GERAR e outros agentes de desenvolvimento

Jeremias (1999), mostra que a implementação de um projecto depende do próprio projecto, de relacionamento entre os membros da comunidade, as estruturas administrativas e das prioridades e do relacionamento do projecto e a comunidade. O autor considera ainda que o projecto deve ser enquadrado dentro do contexto, isto é, deve ser flexível e adaptável a qualquer ambiente sócio-económico. O projecto deve dar grande peso às comunidades na tomada de decisões, mas ter em conta que estes querem resultados a curto prazo. Portanto implica uma intervenção adequada.

A intervenção no meio comunitário implica o respeito pela cultura, e a combinação do conceito de capital social com as abordagens participativas nos projectos de desenvolvimento local, constitui uma mais-valia para o conhecimento de hábitos, práticas, normas, crenças e outros valores culturais que rodeiam a vida comunitária e influenciam a formação de redes sociais e os processos de desenvolvimento, porque *"o desenvolvimento local como projecto, não é apenas um problema do poder e da política, mas também de cultura"* (Milani, 2003).

Essa intervenção implica também a metodologia *"down-top"*, isto é, colocar as comunidades em primeiro lugar, como diz Chambers, *"fazer dos últimos os primeiros"*, portanto, auscultar as comunidades antes de agir. Segundo ele, esta atitude pode ser benéfica para o sucesso do projecto de desenvolvimento rural, a partir da mudança no *estilo de comunicação* - onde os apoiantes devem falar menos e escutar mais; a *descentralização*; as *políticas e práticas de transferências* - em que os funcionários são transferidos rapidamente, impedindo a estabilidade; a *capacitação e concessão de mais poder aos pobres*, isto é, transferir o poder e a iniciativa para baixo e para a periferia (tomada de decisões) (Chambers, 1995: 219 a 224).

Entretanto, em termos legais o decreto nº 15/2000 e o seu regulamento, respeitante aos mecanismos de articulação nas zonas rurais refere a existência de *conselhos locais* como órgãos de consulta das autoridades da administração local, na busca de soluções para questões fundamentais que afectam a vida das populações, o seu bem-estar e o desenvolvimento sustentável, integrado harmonioso das condições de vida da comunidade local, no qual participa também, as autoridades comunitárias (Valá, 2002:14).

A participação dos líderes comunitários ou régulos situa-se ao nível da *intermediação*. Eles constituem o elo de ligação entre os diferentes actores sociais. Ao nível da GERAR, os líderes

comunitários funcionam como *"catalizadores da associação e também têm um papel de intermediários entre a associação, as comunidades e o governo"*⁶⁵. Por outro lado, eles são os *"representantes do Estado ao nível das comunidades e da GERAR. São legitimados pelas comunidades e reconhecidos pelo Estado"*⁶⁶.

Para poderem participar activa e conscientemente, os líderes comunitários beneficiam-se de uma capacitação em seminários organizados pela ORAM em parceria com a GERAR, onde dentre vários assuntos aborda-se a questão da participação, associativismo, gestão e conservação dos recursos naturais, HIV-SIDA, exploração sustentável, liderança e coordenação intersectorial. Os conhecimentos adquiridos são disseminados ao nível das suas comunidades.

Para além do trabalho com a GERAR, os líderes comunitários são os intermediários entre as suas comunidades e as ONG's que actuam no local, por exemplo, *"ao nível do PMA, tudo é enviado e encarregue ao líder comunitário e o PMA apenas secunda. O líder comunitário ausculta a sua comunidade e informa ao PMA (...) "*⁶⁷

Entre a GERAR e outros actores de desenvolvimento como o Estado e as ONG's existe *"uma enorme coordenação. A GERAR como representante de interesses dos produtores de carvão e das comunidades locais "coordena, através dos seus dirigentes, todas as suas actividades com a DDADR local/DPADR-Gaza, mantendo diálogo permanente e encontros regulares com o sector de florestas e fauna bravia ao nível distrital e provincial e também com os líderes comunitários que são o elo de ligação entre a GERAR e as comunidades e entre comunidades e o Governo"*⁶⁸.

Por outro lado, *"na medida do possível, alguns membros do sector de Florestas e Fauna Bravia têm desenvolvidos actividades concretas com a associação GERAR. Também ONG's como a ORAM tem sido parceira activa da GERAR. Assim, a DDADR/DPADR apoia a associação realizando o inventário florestal e delimitando as áreas comunitárias de exploração. Esta atitude evita choques entre actividades da GERAR e os interesses do Governo(...)"*⁶⁹

- *"A ORAM trabalha com a GERAR no aspecto jurídico, tratando dos procedimentos legais para a oficialização da associação. Porquanto, juridicamente a GERAR não existe, porque ainda não possui nenhuma base legal de existência reconhecida pelo Estado. Outras ONG's como LWF, PMA, CEDES tem coordenado as suas actividades com a associação, através de consulta das áreas ou actividades prioritárias, bem como o envolvimento dos seus membros na execução dos projectos"*⁷⁰.

⁶⁵ Entrevista com Raimo Barraca, DPADR-Xai-Xai, 26. 04. 2004

⁶⁶ Entrevista com Alexandre Filimone, DDADR-Massingir, 28. 04. 2004.

⁶⁷ Entrevista com Terezinha Maibasse, DDADR-Massingir, 27. 04. 2004.

⁶⁸ Entrevista com Mário Chongo, Massingir-Sede, 28. 04. 2004.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Entrevista com Cláudio Zitha, Massingir-Sede, 28. 04. 2004.

Em suma, a articulação entre a GERAR e outros actores de desenvolvimento basea-se na *consulta* permanente, formação e capacitação dos seus membros em matérias de associativismo, participação, cidadania, etc. Estas actividades são asseguradas pelas ONG's, principalmente a ORAM e CARITAS em parceria com o governo local. Todas as actividades que a GERAR tenciona desenvolver em prol de desenvolvimento consulta às autoridades administrativas locais e às comunidades através dos seus líderes comunitários e, o governo local e as ONG's também actuam no mesmo sentido.

Nisto, a participação comunitária implica o envolvimento de todos os grupos sociais, através de alianças e parcerias para que os ideais se tornem realistas. Cada estratégia de promoção de parcerias deve ter em conta as circunstâncias locais, mas também procurar identificar e criar áreas de interesse comum, explorar as diferenças entre as elites (PNUD, 1997:100-101).

6.8. O fortalecimento da participação comunitária

As entrevistas efectuadas permitem apresentar algumas ideias sobre as medidas que podem permitir o fortalecimento da participação das comunidades em programas e acções de desenvolvimento local. Para todos os entrevistados, a *intervenção do Estado* através da criação de dispositivos legais e institucionais é imprescindível para um maior envolvimento comunitário.

O Estado deve *promover a participação social de todos*, permitindo o envolvimento activo das pessoas a muitos níveis de debate, diálogo e tomada de decisões, o que exige instituições governamentais tolerantes e discussões abertas sobre política, desenvolvimento e mudança, liberdade de expressão e democratização das instituições; *encorajar parcerias público-privadas*, criando um espaço adequado para as ONG's e inclui-las na discussão de políticas; *facilitar o planeamento de baixo para cima*, fornecendo os meios adequados às comunidades para que estas possam fazer chegar suas opiniões, informação e recomendações de políticas a cada camada de administração (PNUD, 1997:105-106).

O Estado deve ainda *promover o activismo judicial*, para que as ONG's, grupos comunitários e movimentos populares utilizem a acção legal para alcançar os seus objectivos; *promover a educação cívica*, para que as pessoas conheçam o modo como o seu sistema político funciona; *garantir a responsabilização e a transparência*; *evitar a criminalização política*; e *proteger a liberdade de imprensa* (Idem:106).

De acordo com Barraca, para o fortalecimento da participação comunitária é necessário "*promover e divulgar a importância das associações locais, mostrar as vantagens da tomada de decisões próprias da comunidade e cumpri-las. É preciso mostrar seriedade no associativismo, fazer o acompanhamento, monitoria e formação, para que as associações durem e não percam*

interesse e é preciso envolver apenas os locais nas associações locais para se evitar sabotagens e traição (...)”⁷¹

- “É necessário também, mobilizar as pessoas porque elas não têm iniciativas (...) e o Estado é o promotor e deve mostrar que elas são os beneficiários de todos os projectos de desenvolvimento. E para o caso de Massingir que é rico em recursos naturais, deve-se tirar benefícios da exploração e gestão desses recursos, desencorajar os produtores individuais para evitar a devastação da mata e promover uma exploração sustentável pelos locais para o seu próprio benefício”⁷².

- “A promoção da educação escolar e cívica é um elemento essencial para uma participação activa e consciente. A educação humana permite criar oportunidades para as pessoas, permite a tomada de decisões conscientes, certas. Por isso, são inquietantes os problemas que afectam a educação ao nível do distrito: casamentos e gravidez prematuros, desistências, emigração para a RSA e falta duma instituição do nível secundário (...) e a participação da população não pode ser apenas ao nível baixo, mas deve partir do topo para a base, isto é, em todos os níveis de tomada de decisões e de execução dos trabalhos de desenvolvimento e assim o governo deve agir”⁷³.

Em Massingir a preocupação pelo combate à pobreza absoluta através da participação comunitária é notória e encontrou-se na exploração florestal para a produção de carvão um dos meios para o seu combate e alívio em que se deve apostar seriamente, por isso, “é preciso divulgar mais as leis para tirar o receio às populações de que estão a explorar à margem dela, o que vai permitir saberem o que devem e não devem fazer. Fortalecer e divulgar o associativismo é fundamental para o aumento do envolvimento comunitário (...)”⁷⁴

A necessidade de uma maior participação das comunidades é imprescindível para que haja desenvolvimento. “Essa participação da população deve ser em todos os níveis: planificação, implementação e execução e, sobretudo, na tomada de decisões que afectam as suas vidas. O envolvimento da mulher deve ser activo, a remuneração da população como é o caso do projecto do PMA, “Comida Pelo Trabalho”, incentivos materiais e redução de conflitos são elementos essenciais para o fortalecimento da participação da população”⁷⁵.

Para Alione Piosse, “a comunidade deve participar em todos os níveis para ter um desenvolvimento sustentável e ela deve ser colocada em primeiro plano”⁷⁶. É necessário ter em conta que “as comunidades têm um conhecimento a ensinar a outros agentes sociais, fortalecem

⁷¹ Entrevista com Raimo Barraca, DPADR-Xai-Xai, 26.04.2004.

⁷² Idem.

⁷³ Entrevista com Alexandre Filimonc, DDADR-Massingir, 28. 04. 2004.

⁷⁴ Entrevista com António Tamele, DDADR-Massingir, 28. 04. 2004.

⁷⁵ Entrevista com Floriana Nombora, EP-Completa-Thovenc, 28. 04.2 004

⁷⁶ Entrevista com Alione Piosse, Administração-Massingir, 28. 04. 2004.

as ideias de quem os ajuda (...), por isso, os indivíduos facilitadores e representantes das comunidades devem ser activos e o governo deve facilitar o seu trabalho"⁷⁷.

Para Anselmo Cossa, a eliminação de *tabus* que se situam na divisão de trabalho ao nível do género é um bom passo para fortalecer a participação comunitária. Segundo ele, "*a sensibilização das comunidades sobre as relações do género é importante para se quebrar o tabu de que a mulher deve trabalhar mais que o homem porque este trabalhou muito para obter cabeças de gado para suportar o lobolo pelo que a mulher deve pagar os bens que o homem deu à sua família. Existe ainda o tabu alimentar, em que certos alimentos só podem ser consumidos por homens adultos (...)*"⁷⁸

Este facto é corroborado por um outro entrevistado que considera que a o poligamia chega ser uma estratégia masculina, porque algumas mulheres são tidas como força de trabalho para o homem. "*As mulheres trabalham mais que os homens porque, segundo alguns homens locais, elas foram "loboladas" com 3 a 4 bovinos, daí que devem trabalhar em casa, machamba e exploração de lenha e carvão para sustentar o maridos, os filhos, os genros (...), os homens limitam-se à vedação de machambas, construção de casas, celeiros e pasto de gado*"⁷⁹

Para Cláudio Zitha, a participação da comunidade é importante porque "*ela é que detém o recurso e dá credibilidade tanto à associação como à comunidade, e assim, para uma forte participação é necessário estimular a criação de mais associações locais e capacitar as já existente, promover projectos viáveis (...) que correspondam aos interesses da comunidade*"⁸⁰.

Por outro lado, deve-se "*aumentar o envolvimento da comunidade na tomada de decisões e execução de actividades, promover campanhas de mobilização em todas as áreas da vida social, educação, saúde (HIV-SIDA), explicar atempadamente às populações os benefícios de cada projecto, dar incentivos alimentares (desenvolver programas de alívio à fome), porque as populações querem projectos práticos e imediatos*"⁸¹.

Contudo, o fortalecimento da participação comunitária depende, sobretudo do fortalecimento da sociedade civil rural. Esta proposta supõe uma maior participação do beneficiários no *desenho, gestão e rendição (?) de contas dos projectos e programas públicos*. Estas reformas se baseam em pressupostos chaves, como condição necessária, a capacidade de os integrantes dos grupos sociais e as comunidades de cooperar entre si, numa gestão colectiva, coordenada com o apoio externo. Supõe-se também, que existe um capital social, a partir do qual a capacitação e a prática poderão fortalecer a participação da comunidade na execução dos programas (Durstun, 2002).

⁷⁷ Entrevista com Teresinha Maibasse, DDADR-Massingir, 27. 04. 2004.

⁷⁸ Entrevista com Anselmo Cossa, Massingir-Sede, 28. 04. 2004.

⁷⁹ Entrevista com Filipe Mahazala, Massingir-Sede, 29. 04. 2004.

⁸⁰ Entrevista com Cláudio Zitha, Massingir-Sede, 28. 04. 2004.

⁸¹ Entrevista com João Tinga, Cubo, 27. 04. 2004.

Para Durston, o fortalecimento da participação supõe também o empoderamento (*empowerment*) dos actores sociais em diversos níveis territoriais, incluindo a ética de equidade social e participação democrática, sem descurar a eficiência no uso dos recursos públicos. Esta transformação na prática da política social se centra na proposta para fomentar uma nova sinergia entre o Estado e o capital social comunitário (Idem).

Segundo o autor, o papel do servidor público também se redefine radicalmente nas propostas do capital social, onde o funcionário público deve contrair um profundo compromisso e uma identificação emocional com o grupo que atende e, não trabalhar com alguns indivíduos em particular, mas sim com a comunidade o grupo total, em forma associativa. Estas novas sinergias entre o Estado e a sociedade civil se tem produzido em alguns campos da saúde, da educação, da gestão municipal, da gestão dos recursos naturais e no desenvolvimento rural.

Como afirma Putnam (1993), *"a existência de uma densa rede de organizações cívicas contribui para o êxito económico duma região"*. É desta forma que ele explica o fenómeno dos distritos industriais na Itália e seu desenvolvimento em contraste com as regiões do sul, apesar de formar parte do mesmo contexto económico e político. Este autor, partiu da hipótese de que *"a rede de organizações a nível local tem influência sobre a competitividade da região"* (Molina, 2001).

Esta perspectiva 'cívica republicana' de Putnam sobre a vida associativa na Itália, sustenta "que a multiplicidade de organizações voluntárias com estruturas de autoridade horizontais e mecanismos internos de responsabilização, cria a 'comunidade cívica', caracterizada por confiança mútua, respeito, normas e valores partilhados, que facilitam uma acção colectiva e tem impacto positivo na actuação da economia"⁸².

Assim, torna imprescindível o fortalecimento da sociedade civil local, representada pelas associações e organizações cívicas e comunitárias, agentes e empreendedores privados locais, que são os vectores para a mobilização dos recursos comuns, criação de um espírito colectivo e cooperativo, e garantir a reciprocidade interpessoal e a cooperação comunitária. Portanto, é preciso buscar o capital social para impulsionar a participação comunitária com vista ao alcance do desenvolvimento desejado – através da promoção de associações locais e parceria as associações, o Estado e o sector privado.

6.9. Mecanismos de ajuda mútua e de solidariedade social em Massingir

A percepção de muitos organismos é de que as comunidades por si só não são capazes de procurar formas de ultrapassar dificuldades ou uma situação de crise que pode ser causada pelas secas, cheias ou guerra. Pelo contrário, as comunidades possuem as suas próprias formas

⁸² O Movimento Associativo em Moçambique Numa Governação Democrática. Grupo De Pesquisa-Moçambique KULIMA, 1996, Maputo, pp 84.

tradicionais de sobrevivência em caso duma catástrofe, a que designam-se por estratégias de sobrevivência⁸³. Geralmente, as estratégias são desenvolvidas de acordo com os sistemas sócio-económicos e culturais em que as comunidades se inserem.

Segundo Feliciano (1998), devido à existência de níveis baixos de produção na agricultura, em certos anos, resultante da irregularidades da chuva e, às vezes, devido à pragas, a economia dos *thonga* integra diferentes ramos produtivos. Esse modelo *thonga* apresenta-se como estratégia económica para assegurar os níveis mínimos de sobrevivência nos tempos de fome ou crises alimentares profundas (Feliciano, 1998:165).

Ribeiro (1997) chama "estratégias de reprodução sócioeconómica" para designar as formas como as unidades familiares mobilizam os recursos de que dispõem e/ou podem aceder, tendo em vista a realização dos meios que lhes permitam a sobrevivência material e social. O objectivo principal é a satisfação das necessidades dos membros da unidade familiar. Essas necessidades são cultural e socialmente definidas e variam no tempo e no espaço (Ribeiro, 1997:23).

Existem diferentes práticas tradicionais de ajuda mútua baseadas em relações de parentesco, de amizade ou apenas de convivência na aldeia. As práticas identificadas são fundamentalmente orientadas para a agricultura, criação de animais, financiamento mútuo e em casos de falecimentos, doenças e casamento (Dava et al., 1998) e provisão e busca de alimentos para a família em casos de crises (Manghezi, 1983).

Dava et al. (1998), referem que as estratégias de sobrevivência podem jogar um papel importante no reforço da capacidade produtiva e acesso à alimentos e acumulação de activos por parte dos agregados familiares rurais e de alguma forma contribuem para o envolvimento da população no processo de desenvolvimento das comunidades. Portanto, elas reflectem a participação das comunidades na busca de soluções para os seus problemas e para o desenvolvimento local.

Essas estratégias de "sobrevivência" desenvolvidas pelas populações rurais manifestam-se nos mecanismos de ajuda mútua e de solidariedade social dentro das comunidades e também nos esforços das comunidades em se envolver no combate à pobreza absoluta, catástrofes naturais e outros males que assolam as regiões rurais e, desta forma, participarem no desenvolvimento local.

As formas de cooperação e reciprocidade comunitárias são tão remotas que muitos antropólogos como Bronislaw Malinowski, Marcel Mauss, Claude Lévi-Strauss, Marshall Sahlins e outros analisaram a sua importância do ponto de vista da racionalidade económica, coesão do grupo, solidariedade social e aquisição ou reforço de *status* ou de prestígio.

⁸³ Van Vugt (1992), define estratégia de sobrevivência como um "mecanismo tradicional encontrado pelas sociedades camponesas para garantir condições à manutenção da família e minimizar os riscos". As estratégias de sobrevivência podem variar consoante a gravidade da crise, condições disponíveis de luta contra a irregularidade dos fenómenos "naturais" e habilidades das pessoas.

Malinowski no estudo sobre os trobriandes, na Milânésia, mostra como o *kula* desempenhava um papel importante na reciprocidade e solidariedade entre os grupos sociais. Mauss, ao sistematizar a teoria do dom, concluiu que as sociedades com essas práticas vêm no "dar" e "receber" fontes de prestígio. Segundo Mauss a dádiva tem um sentido moral, envolve o indivíduo ao estado de espírito, onde se misturam o sentimento dos direitos que ele tem e outros sentimentos mais puros como de caridade, de 'serviço social', de solidariedade – liberdade e obrigação são motivos dominantes da dádiva (Mauss, 1988:188-189).

A solidariedade e a ajuda mútua possuem muitas dimensões sociais. Como dizia Mauss, "*os dons recíprocos não têm um carácter económico (...), mas são colocados como 'um facto social total' – porque são dotados de significado simultaneamente social e religioso, mágico e económico, utilitário e sentimental, jurídico e moral*" (Lévi-Strauss, 1982:92). Portanto, Firth (1965), no estudo feito na Polinésia, mostra que essas trocas cerimoniais são realizados em casos de nascimentos, casamentos, falecimentos, iniciações, doenças e outros incidentes da vida social ou fases do ritual (Idem).

Lévi-Strauss encontra nas trocas matrimoniais uma estratégia de reprodução social dos grupos sociais com economias menos avançadas, onde o controlo e circulação de mulheres constituem o garante de mão-de-obra e de reprodução social. A dádiva constitui o valor mais nobre dessas sociedades. Para Lévi-Strauss, a reciprocidade constitui um modo, normal ou privilegiado conforme o grupo, de transmissão de bens, não com fins de obter benefícios ou vantagens de natureza económica, mas veículos e instrumentos de potência, poder, simpatia, emoção (Lévi-Strauss, 1982:94).

Nos seus estudos, nas ilhas Andaman, Radcliffe-Brown conclui que a finalidade dessas estratégias sociais como a reciprocidade, o dom, a solidariedade é principalmente moral, tendo por objectivo produzir um sentimento amistoso entre as pessoas em questão, mas elas "*não perdem todo o carácter económico, pois impelem ao trabalho e estimulam a necessidade de cooperação* (...) (Idem: 95).

Todos esses estudos mostram que a busca de formas de sobrevivência como solidariedade social, reciprocidade, ajuda mútua são elementos que estruturam, de certa maneira, as relações sociais e mostram a existência de um sentimento colectivo e comunitário entre as pessoas.

Uma estratégia social que os *thonga*, normalmente desenvolve é aquela que procura "*produzir e reproduzir redes privilegiadas de parceiros, situadas na mesma zona e noutras mais distantes, que garantem a transferência de bens entre grupos onde haja produção e outras carenciadas. Na mesma zona habitam os parentes da mesma linhagem, noutras mais distantes as linhagens aliadas, entre as quais circulam, pessoas, presentes e maior quantidade de comida, nos tempos de fome*" (Feliciano, 1998:165).

Em Massingir esses mecanismos comunitários de ajuda mútua desenvolvem-se no âmbito de "trabalhos agrícolas, criação de gado, fabrico de carvão e construção de habitação, celeiros ou currais e, a solidariedade social manifesta-se em casos de doenças, casamentos ou falecimentos, em que ao nível comunitário, familiar, de parentesco, de vizinhança ou outros laços afins faz-se uma contribuição para apoiar o indivíduo abrangido pelo incidente"⁸⁴. Essa contribuição "pode ser em dinheiro, gado, trabalho ou géneros alimentícios"⁸⁵. A estratégia mais usada em Massingir, principalmente pelas famílias pobres, é *xikropa* (ganho-ganho) e *tsima* e donativos de agentes externos.

Portanto, quando os *stocks* dos alimentos de base esgotam as famílias pobres e as vezes médias trabalham em troca de comida, reduzem o número de refeições, recebem donativos de vizinhos e de comunidade religiosa ou pedem empréstimos. Só em tempos de fome há consumo de plantas silvestres (D.N.S., 1998:2). Mas também recebem donativos de algumas ONG's em troca de trabalho. Mas a estratégia encontrada e que gera rendimentos visíveis é, sem dúvidas, o fabrico e venda de carvão. Nesta actividade a cooperação comunitária é significativo.

Conforme pode-se depreender, essas estratégias de sobrevivência não têm apenas um sentido económico, mas também moral e cívico. As pessoas entram em esquemas de entajuda e solidariedade para ultrapassar diversas fases da vida social, portanto, o sentimento de ajudar e cooperar com o próximo em casos de fome, festividades e infortúnios, e permite desenvolver relações sociais proveitosas para todos.

Como afirma Mauss "*todas as sociedades progrediram numa medida em que elas próprias, os seus subgrupos e, enfim, os seus indivíduos, souberam estabilizar as suas relações, dar, receber, enfim, restituir. Os povos, as classes, as famílias, os indivíduos poderão enriquecer, mas não serão felizes senão quando souberem sentar-se tal como cavaleiros, à volta da riqueza comum. É inútil ir procurar longe o bem e a felicidade, pois ele está ali, na paz imposta, no trabalho bem ritmado, comum e solitário alternativamente, na riqueza acumulada e depois redistribuída - não respeito mútuo e na generosidade recíproca que a educação ensina*" (Mauss, 1988:204-205).

6.9.1. Fontes de rendimentos das famílias rurais de Massingir

No distrito de Massingir existe uma diferenciação em relação as fontes que geram rendimento para as famílias. Essa diferenciação resulta das possibilidades e oportunidades que cada família tem consoante a sua posição sócio-económica.

O estudo feito no local pela Direcção Nacional de Saúde, resumido no *Perfil Distrital de Segurança Alimentar*, em 1998, indica os dados que se apresenta na tabela abaixo:

⁸⁴ Armando Nhomela, Cubo, 29. 04. 2004.

⁸⁵ Delfina Zimba, Cubo, 29. 04. 2004.

Tipo de família	Fontes de rendimento
Pobre	Venda de bebidas tradicionais; Ganho-ganho e remessas de familiares que trabalham em Maputo, Xai-Xai e África do Sul; Pesca e venda de produtos artesanais. A maioria das famílias só têm uma única fonte de rendimento.
Média	Venda de milho, animais e bebidas tradicionais; Remessas de familiares que trabalham fora do distrito; Venda de produtos florestais; Comércio informal (barraca); Pesca e emprego no serviço público. Cada família tem 1 – 2 fontes de rendimento.
Rica	Venda de animais e remessas de familiares; Venda de culturas. Algumas famílias vendem bebidas tradicionais, fazem comércio, pescam ou têm emprego formal.

Tabela 3: Fonte: Direcção Nacional de Saúde – Repartição de Nutrição, 1998.

O critério usado pela D.N.S para classificar as famílias em pobre, média e rica baseou-se nas características sócio-económicas das famílias, a saber a porção de terra, a quantidade de produção e de mão-de-obra, forma de sobrevivência, tipo de habitação, tipo e número de animais criados e bens móveis e utensílios que cada família possui.

Ultimamente o fabrico e venda de *carvão* constitui a fonte de rendimento mais importante para as famílias locais, onde sua exploração é feita de forma regradada e em molde associativo.

6.9.2. Os conflitos e as dificuldades no seio da GERAR

Os conflitos que se têm verificado no seio da GERAR, não só se relacionam com as disputas internas, mas também devido à certas contradições entre a GERAR e os seus parceiros externos, portanto, as ONG's e as autoridades governamentais de fauna e bravia do sector da agricultura e desenvolvimento rural. O primeiro e principal pólo de conflitos situa-se ao nível da tomada de decisões que afectam a Associação e as comunidades.

Em primeiro lugar, algumas decisões e actuações das instituições de apoio de discordância dos associados e comunidades não são acatadas, gerando alguns conflitos que acabam influenciando negativamente no processo de desenvolvimento participativo. Algumas ONG's como a ORAM são conotadas com interesses obscuros. Porque, segundo a direcção da GERAR, *"a ORAM parece mais partido político que ONG, não colabora devidamente, às vezes impõe as suas decisões na associação e nas comunidades onde actua não quer ouvir as opiniões das comunidades e dos associados, razão pela qual ainda nem conseguiu oficializar a nossa associação"*⁸⁶.

- *"Apesar da coordenação, ao fim ao cabo são as vontades do mais forte que valem, nomeadamente as ONG's ou da DDADR/DPADR que são satisfeitas e isso resulta em resistências por parte da população"*⁸⁷.

A ORAM é apenas um exemplo de conflitos institucionais no local. Porém, são raros os casos de contradições institucionais, visto que todos os sectores sociais precisam do desenvolvimento do distrito e do bem-estar da sua população.

⁸⁶ Entrevista com Cláudio Zitha, Massingir-Sede, 28.04.2004.

⁸⁷ Entrevista com Alione Piosse, Administração-Massingir, 28.04.2004.

O outro pólo de conflitos, que se insere ao nível da produção de carvão são os privados, porque alguns licenciados e reconhecidos pela associação e com suas áreas de exploração, *"não cumprem as leis e regras estabelecidas. Roubam, desviam os produtos sem pagar as taxas, deixando dívidas insuperáveis e desestabilização para a associação. O privado é autorizado a escoar produtos da sua área de exploração e não pode escoar produto de um associado, mas eles não acatam isso"*⁸⁸. Isto gera conflitos entre privado e a associação.

Ao nível da GERAR não se verifica muitos conflitos, somente quando um associado não obedece a lei e as normas estabelecidas localmente, isto é, *"quando faz abate e fabrica carvão sem licença ou na área doutra comunidade. O grande problema que afecta a participação da GERAR no desenvolvimento local é o facto de a associação ser nova e tem dificuldade em cobrar e gerir as quotas, licenças e a falta de capacidade de escoamento de produtos, o que dificulta a renovação das licenças de exploração"*⁸⁹.

A GERAR ainda não é sustentável, visto que a participação dos seus membros é limitado por diversos constrangimentos. *"A maior parte dos seus membros é pobre, sem segurança económica nem meios técnicos e materiais para a execução dos seus trabalhos e sua preocupação é produzir uma pequena quantidade de carvão e conseguir vender para comprar produtos de primeira necessidade, não se preocupa em acumular nem com o pagamento de quotas"*⁹⁰.

A falta de escolarização dificulta a compreensão de diversas informações e técnicas veiculadas no local. O outro constrangimento tem a ver com *"as dificuldades de escoamento do carvão para a sua venda, o acesso directo do produtor aos mercados é difícil, precisa de capacitação e de recursos que muitos não têm"*⁹¹.

Por outro lado, *"o associativismo é um fenómeno novo em Massingir e nós achamos difícil trabalhar em associação (...) e também há oportunismo por parte dos dirigentes da associação que procuram tirar proveitos próprios em nome das comunidades..."*⁹² e também muitos ainda não conhecem as suas obrigações para com a associação e isso limita a sua participação.

A maior parte dos entrevistados referem que os objectivos da associação nem sempre coincidem com os seus interesses, daí que por vezes preferem trabalhar à margem daquilo que está programado na associação. Por exemplo, *"eu fiz abate de árvores na área da exploração reservada à associação produzi o carvão e vendi sem coordenar com a associação(...) tinha minhas preocupações e não podia tirar parte do rendimento depositar na associação, se não ficava prejudicado"*⁹³.

⁸⁸ Entrevista com Cláudio Zitha, Massingir-Sede, 28.04.2004.

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Entrevista com Cláudio Zitha, Massingir-Sede, 28.04.2004.

⁹² Entrevista com Joana Bila, Cubo, 29.04.2004.

⁹³ Entrevista com Anónimo A, Chinhongane, 27.04.2004..

-“O que nos «irrita» é que alguns dos nossos dirigentes mobilizam-nos a trabalhar em conjunto, a contribuir para a associação com uma parte dos nossos rendimento(...) tomam decisões em nome de todos os membros e dizem lá no governo que fomos consultados e todos concordamos(...) às vezes é mentira, nós não gostamos porque eles crescem em relação a nós e tiram benefícios económicos e ainda políticos, porque quando aparece o apoio eles são os primeiros...”⁹⁴

Segundo Raimo Barraca, “há falta de seriedade por parte do governo e dos dirigentes das associações na promoção de participação associativa. É preciso mobilizar e mostrar vantagens da associação às populações para se integrar e participar na promoção do bem comum(...)”. A luta deve orientar-se no sentido de divulgar e enriquecer os dispositivos legais e institucionais para o conhecimento das comunidades e das organizações associativas locais e externas.

Em Massingir, “a ORAM tem lutado para a divulgação das leis, organizando palestras e seminários onde participam as comunidades, os líderes comunitários e pessoas influentes nas comunidades”⁹⁵. As leis mais conhecidas são do Meio Ambiente e de Floresta e Fauna Bravia, o que revela maior preocupação em controlar e evitar queimadas, desflorestamentos e cumprimento do período de defeso para o florestamento.

6.9.3. Que se espera do processo de participação das comunidades em Massingir?

a) Sustentabilidade e impacto

Segundo Whiteside (1994:11 e 57) no seu Diagnóstico Rápido Rural (DRR)⁹⁶, a sustentabilidade requer que a comunidade “seja dona” do projecto – só assim, ela poderá dar continuidade ao projecto, mesmo sem o apoio externo. Quando a comunidade sente que participou na planificação do projecto e está segura de que esta representa as suas necessidades prioritárias, o projecto terá maior probabilidade de ser sustentável a longo termo do que quando é apresentado pelas Agências.

A comunidade local tem um conhecimento muito maior das suas vivências e realidade, suas capacidades de ultrapassar dificuldades, das condições oferecidas pelo ambiente natural e social local e das suas tradições culturais que sustentam as suas vidas. Daí a necessidade de colocá-las em primeiro lugar na definição das suas prioridades e na implementação dos programas para o seu

⁹⁴ Entrevista com Anónimo B, Panguene, 29. 04. 2004.

⁹⁵ Entrevista com Alexandre Filimone, DDADR-Massingir, 28. 04. 2004.

⁹⁶ Por DRR entende-se o conjunto de técnicas que envolvem as comunidades a participar em entrevistas, onde poderão dar o seu ponto de vista. O DRR bem como o DRRP consistem num grupo de recolha de informação que podem ser usadas por projecto de desenvolvimento para descobrir as principais características, os problemas prioritários que afectam a população local e as possíveis soluções dentro da comunidade. O DRR é de uma reflexão realística da presente prática, e o DRRP é reservado para casos em que a participação é do nível mais profundo com a comunidade participando no planeamento, entrevista, análise dos resultados obtidos. O DRR é considerado “Rápido”, porque a aplicação desta metodologia produz informações mais rapidamente e a baixo custo comparativamente com outras metodologias (op. cit. pp. 4).

desenvolvimento. Chambers (1995:85), mostra que *"o saber das populações rurais é muitas vezes superior ao da gente de fora"*.

Os membros da comunidade são os *experts* em termos do conhecimento da realidade, e assim deverão ser eles a gerar a informação e participar na sua análise. Valorizando o saber local possibilita o conhecimento da realidade – daquilo que é necessário para promover o desenvolvimento e, conseqüentemente tornar o programa mais sustentável e eficiente.

Para que os projectos participativos de desenvolvimento sejam sustentáveis, é necessário envolver directamente as comunidades beneficiárias neles. O envolvimento das comunidades deve orientar-se a todos os níveis de tomada de decisões – portanto, sua *auscultação* para o escalonamento de prioridades e definição de áreas concretas de intervenção, desenho e planificação, implementação e execução, monitoria, gestão e expansão do projecto. Isto vai permitir *uma negociação entre os projectos dos externos e as práticas locais e daí um desenvolvimento menos conflituoso assente em sistemas sócio-culturais locais*.

É fundamental que se esclareça suficientemente à comunidade sobre os objectivos e mostrar as vantagens do projecto para não *"pensar que-está a ser usada por indivíduos que desejam extrair benefícios pessoais dos programas. Assim, é preciso garantir um efectivo controle social sobre a gestão dos programas e assegurar-se a total transparência"* (Francisco, 2003:39). Ao actuar desta forma terá um *impacto positivo*, porque todas as acções vão reflectir no melhoramento da vida das populações, fortalecimento das instituições e da democracia, na capacitação das comunidades e, enfim, no desenvolvimento sócio-económico sustentável.

Porquanto, já se registam sinais positivos em Massingir, onde com a produção de carvão, o poder de compra das populações aumentou significativamente e a alguns já têm acesso a bens e serviços básicos. Por outro lado, na área da agricultura houve construção de sistemas de regadio em todas as terras agrícolas principais com a participação dos próprios camponeses e, em caso de avaria técnica, eles mesmos reparam porque estão capacitados.

Desta forma, mesmo que os agentes de apoio cessem assistência aos projectos, as comunidades – carvoeiros e agricultores, darão continuidade a eles porque o impacto reflecte no melhoramento das suas condições de vida e de trabalho.

b) Oportunidade e perspectivas

Uma das grandes oportunidades para a consecução dos objectivos do desenvolvimento é a paz e estabilidade, portanto ausência da guerra e de tensões sociais. Por outro lado, existe um potencial sócio-económico muito forte no meio rural, nomeadamente o capital humano e social (os indivíduos e as suas redes de relações sociais, os seus conhecimentos e habilidades) pouco

aproveitado, que bem mobilizado pode trazer benefícios maiores. Existe ainda muitos recursos naturais subaproveitados ou mesmo não explorados.

No distrito de Massingir as perspectivas são boas tendo em conta as oportunidades existentes. Assim, projecta-se envolver as populações em mais associações como de sequeiro, reabilitar e construir regadios, alargar os programas de HIV-SIDA onde serão envolvidas algumas pessoas para formação e difundir a informação. E o projecto turístico do Parque Nacional de Limpopo pode aumentar a participação das comunidades locais se forem envolvidas nas suas actividades.

Ao nível da GERAR, os projectos não param na produção de carvão, *"atendendo que o carvão pode acabar a qualquer momento"* (Entrevista com Cláudio Zitha). Segundo o entrevistado *"reserva-se uma área de 16000ha para a fauna e exploração turística que pode dar emprego a muita gente, mas que precisamos de ajuda para o projecto"*. Outros projectos em vista são o desenvolvimento da apicultura para a extracção de mel que vai ser uma grande fonte de rendimentos tangíveis, criação de aves e carpintarias que também criam receitas e na agricultura prevê-se o apoio às pessoas com capacidade de praticá-la nas próprias comunidades.

Portanto, a participação comunitária depende principalmente da criação das oportunidade às pessoas e da operacionalização daquelas que já existem. É preciso boa vontade das organizações de apoio que actuam nos contextos locais e engajamento da população beneficiária para levar o desenvolvimento a bom porto.

VII - SÍNTESE E REFLEXÃO FINAIS

Nos capítulos precedentes procurou-se analisar o papel duma das mais significativa e sustentável estratégias de promoção do desenvolvimento rural, nos últimos anos, a partir de um estudo de caso dos carvoeiros da Associação GERAR, no distrito de Massingir. Procurou-se cruzar o processo de participação comunitária com o capital social, ao enfatizar a importância da articulação entre actores da sociedade civil (ONG's e associações locais) e o Estado no processo de transformação social e de desenvolvimento local integrado e sustentado.

Não se esgota no que se abordou, os elementos que permeiam a participação das comunidades através da GERAR no processo de desenvolvimento local; os esforços levados a cabo pelos associados situam-se na mobilização e sensibilização dos carvoeiros para o uso racional dos recursos florestais e organização e coordenação da produção de carvão. Ficaram de fora do âmbito deste trabalho o estudo aprofundado das seguintes questões: relações de género, para analisar a relação entre homens e mulheres; o papel e o nível de participação de cada um na produção de carvão e no desenvolvimento local; o papel das ONG's e as hierarquias sociais ao nível comunitário. Porém, tratando-se de um projecto, a sua relevância para tema de estudo, sugere que futuras pesquisas abordem essas questões.

Neste projecto, foi adoptado a teoria de capital social que dá maior ênfase ao *local*, como escala de análise e intervenção, negando o universalismo do desenvolvimento, para evidenciar a diversidade e a particularidade dos contextos locais. A ênfase no *local* para abordar o desenvolvimento, é adoptada nos últimos anos, com o reconhecimento de que cada contexto tem necessidades próprias que exigem respostas particulares dependendo das dimensões políticas, sociais, económicas, culturais e naturais locais, mas que podem se extravasar para o contexto global, porque o local insere-se num contexto político, económico, social que se relaciona com toda a nação e com o mundo.

Findas estas considerações, cabe sublinhar apenas o que se considera serem os pontos fundamentais do trabalho de pesquisa que se realizou, que situam na análise holista, nas metodologias de intervenção comunitária e na acção dos agentes sociais de desenvolvimento.

1. A participação comunitária como estratégia de desenvolvimento local e de operacionalização do capital social e do "empowerment".

Do ponto de vista analítico, este estudo mostra que a participação comunitária contribui significativamente para o desenvolvimento local, visto que permite o envolvimento das populações locais na tomada de decisões—o *empowerment*—que afectam as suas vidas e na execução de actividades que permitem a satisfação das suas necessidades sociais.

Por outro lado, a participação permite o reconhecimento e o reforço das capacidades humanas. Do lado do agente de apoio permite a que este explore de forma proveitosa as potencialidades técnicas, humanas e sócio-culturais, portanto o *capital social* existente, a partir de um diálogo franco, coordenação, capacitação e envolvimento das comunidades para uma melhor intervenção e sustentabilidade das actividades.

A participação possibilita estimular o envolvimento das comunidades a mobilizar os recursos comuns de que dispõem no quadro de relações sociais, e nesse contexto, como refere Valá (1997) "*o Estado, as ONG's, as associações e as comunidades devem ser parceiros responsáveis no processo de desenvolvimento*". Para operacionalizar o capital social é necessário que se envolva as pessoas a aplicar todas as suas sinergias, capacidades e habilidades físicas e mentais, o seu conhecimento colectivo em diversas actividades económicas e sociais, portanto, é necessário que os indivíduos se juntem e estabeleçam redes de cooperação, de ajuda mútua e de trabalho colectivo e associativo, e parcerias com o Estado e as ONG's.

O conceito de capital social associado ao de participação enriquece as abordagens de desenvolvimento, na medida em que enfatiza a *promoção de parcerias, coordenação, cooperação, confiança mútua e inter-relação entre os diversos actores sociais* na consecução dos objectivos comuns e *evitar conflitos de interesses* e, assim empreenderem conjuntamente os esforços rumo ao desenvolvimento sustentável, sobretudo para os beneficiários.

Portanto, a participação comunitária permite a *interacção e coordenação entre os diversos agentes sociais envolvidos no processo de desenvolvimento, onde as comunidades locais são envolvidas directamente na tomada de decisões e execução de actividades sociais e económicas, contribuindo para a sua capacitação e crescimento do seu capital social*.

2. O associativismo como instrumento de participação comunitária e de desenvolvimento

A organização associativa permite a conjugação de esforços entre os diferentes membros, possibilitando e facilitando o acesso a vários recursos e a articulação com outros agentes de desenvolvimento. O trabalho colectivo e a cooperação devem ser mantidos como normas e valores fundamentais para o alcance do desenvolvimento que se opõe radicalmente ao individualismo que se mostra pouco proveitoso para o bem-estar comunitário, sobretudo no tocante à comunidades relativamente pobres.

Estas associações locais e as ONG's constituem pedra angular da sociedade civil e a sua promoção e fortalecimento é fundamental porque enriquece e complexifica a dinâmica social. Na América Latina, as associações da sociedade civil (Terceiro Sector) tem um papel insubstituível na mobilização de recursos humanos e materiais para o combate à pobreza, à desigualdade e à

exclusão social, complementa a acção do Estado e são seus interlocutores e parceiros principais (Cardoso, s/d:9).

Como refere o PNUD, no *Relatório de Desenvolvimento Humano 1997*, isoladas e dispersas as pessoas pobres não têm poder ou influência sobre as decisões políticas que afectam as suas vidas, mas organizadas, têm o poder de garantir que os seus interesses sejam promovidos, daí que é preciso mobilizar as pessoas para uma acção colectiva. É a pressão que as pessoas exercem na defesa dos seus direitos, na remoção de obstáculos e no melhoramento das suas oportunidades, mobilização das Comunidades, as ONG's, dos Sindicatos e dos Movimentos populares que conduzirá ao desenvolvimento social e económico sustentável (PNUD, 1997: 96 a 98).

Actualmente, em Massingir, as associações locais de pequenos produtores, como organizações sócio-económicas, são *promovidas* pelo Estado e assessoradas pelas ONG's como forma de garantir uma maior participação das comunidades em diversas actividades sócio-económicas viradas para o seu próprio desenvolvimento e uma maior competitividade do Distrito. A GERAR foi promovida pelo sector de FFB da DDPDR-Gaza e apoiada pela ORAM e CARITAS, para o provimento de rendimentos familiares através de produção do carvão e para a gestão comunitária dos recursos florestais de forma a conseguir a sustentabilidade.

Quanto aos valores e normas sociais que constituem o capital social, o estudo mostra que existe em Massingir uma relação entre espírito colectivo harmonizado pela GERAR e a *transformação social*: todas as noções de associativismo, participação, cooperação, ajuda mútua, solidariedade, sociedade civil relacionam-se com a GERAR. Vários entrevistados afirmam que a GERAR é principal agente de disseminação de práticas de mudança social em Massingir, onde através da promoção da participação das comunidades e cooperação entre os seus membros, estimula a construção de um espírito colectivo intercomunitário, embora ainda de não uma forma abrangente.

Portanto, a GERAR tem um papel mobilizador e sensibilizador das comunidades locais. Primeiro inculca nos seus membros e nas comunidades os valores comuns como o espírito colectivo através do trabalho de sensibilização. Mostra a importância do uso dos recursos florestais locais na geração de rendimentos alternativo das famílias através da produção do carvão e a necessidade de conservação desses recursos apartir da gestão comunitária e uso racional dos recursos para garantir a sustentabilidade e cria a possibilidade de as comunidades locais ampliarem sua participação na sociedade, estimulando neias o sentido crítico, consciência sobre liberdade, responsabilidades e direitos do cidadão com vista ao desenvolvimento local, ao lutar pela divulgação dos dispositivos legais.

Porém, a GERAR não é ainda uma associação operacional nem funcional que interligue efectivamente os seus membros e as comunidades de forma sistemática, porque é nova, data de

2001, e carece de uma base legal e jurídica e ainda não conseguiu afirmar a confiança e coesão dos seus membros e parceiros. Por outro lado, a participação da GERAR não é sustentável porque enfrenta constrangimentos de várias ordens como falta de meios materiais, dificuldade de escoamento do carvão, conflitos de interesses como oposição entre interesse da comunidade e projecto do governo, e a situação de pobreza da maior parte dos seus membros.

O outro constrangimento da GERAR é a falta de parceiros. O único parceiro é o Estado, através da DDADR-Massingir e DPADR-Gaza, que foi o promotor da associação e é assessorada juridicamente pela ORAM que, no entanto, não está a colaborar. A GERAR precisa de capacitação institucional, seminários e formação dos seus membros.

As organizações da sociedade civil como ONG's e associações locais são as maiores agências de envolvimento das comunidades nas tarefas de desenvolvimento. Porém, a sua participação é condicionada, grandemente pelo ambiente político estabelecido pelo Estado numa sociedade, daí que este tem um papel primordial na facilitação da participação e fortalecimento das organizações da sociedade civil.

3. O Estado como principal promotor da participação comunitária

A participação efectiva das comunidades nas actividades de desenvolvimento exige um Estado activo, isto é, depende da conjuntura criada pela acção governamental. *"O Estado tem um papel central – não apenas através das suas actividades, mas também pela influência que exerce sobre muitos outros elementos da sociedade. Todavia, um governo que actua no interesse dos pobres é mais fácil de alcançar em sistemas democráticos"* (PNUD, 1997:102).

A participação do Estado deve alterar a ênfase *'repressiva, ou pode deixar de dar ênfase ao aspecto coercitivo (...)'* para enfatizar o lado do consenso" (Francisco, 2003:36). O Estado como instituição suprema na sociedade harmoniza os interesses e as vontades de todos outros actores sociais e garante a estabilidade, através das suas diversas instituições que envolve o governo e regulamentação de todos os aspectos de vida social, económica e política e garantia do respeito pelos direitos e deveres cívicos dos cidadãos.

Entretanto, ao governo cabe, em primeiro lugar, *"garantir os direitos essenciais e universais dos cidadãos, os quais, por sua vez, devem exigir que isso se faça de modo eficiente e equitativo"* (Cardoso, s/d:10), de forma a que os indivíduos se sintam livres de tomar decisões que afectam as suas vidas e assumam plenamente as suas responsabilidades na sociedade.

O objectivo principal do Estado, neste âmbito, deve consistir na *"criação de condições e mecanismos para uma melhor participação das organizações da sociedade civil no desenvolvimento social através de acções integradas em três áreas prioritárias: aperfeiçoamento do marco legal e institucional que regula o relacionamento destas organizações com o governo,*

produção de conhecimento e informação sobre o Terceiro Sector, promoção do voluntariado"
(Cardoso, s/d:11).

O fortalecimento da sociedade civil e a facilitação da sua participação no campo do desenvolvimento social, por parte do Estado é um caminho correcto para a superação de injustiça e exclusão, visto que enfrenta questões diagnosticadas pela própria sociedade, busca e experimenta soluções inovadoras para os problemas das populações locais e fortalece a sua participação no desenvolvimento sócio-económico.

4. Os constrangimentos da participação comunitária e a necessidade da sua remoção

Ao procurar os constrangimentos da participação deve se ter em conta, em primeiro lugar, o indivíduo "participante" e as instituições e não olhar no conceito em si. Maffesoli mostra que o indivíduo pode fazer jogo duplo, vestindo-se da máscara disfarçando participar na vida do grupo, mas essa participação é perversa.

Segundo o autor, o indivíduo *'para não ser quebrado, para não ser rejeitado, se participa, se é submisso, mas ao mesmo tempo, esta participação é perversa, sempre aleatória e perigosa'* (Sanchez Teixeira, 1990:148). Este tipo de atitude e de prática no processo de participação, muitas vezes não se toma consciência delas ou simplesmente ignoradas devido a interesses obscuros.

O presente estudo permite concluir que a falta de meios materiais e de escolarização da maioria da população reduzem as suas capacidades de intervenção na vida social. A pobreza absoluta arrasta as pessoas à procura de meios de subsistência e não permite a acumulação da riqueza nem tomada de decisões conscientes. Como afirma Francisco, *o agravamento da pobreza faz com que as pessoas dirijam todas as suas energias na luta para a sobrevivência diária e constitui elemento chave para o não estabelecimento e a não consolidação de organizações das populações. A pobreza económica conduz a uma pobreza do poder* (Francisco, 2003:38).

Por isso, o combate à pobreza absoluta, ao analfabetismo, às desigualdades, exclusão e conflitos sociais conduz ao aumento de participação e constitui prioridade de todos quanto actuam no meio rural. Por outro lado, torna importante o *desenvolvimento humano*, que significa, segundo Wanderley (1993:129) *"oferecer às pessoas maiores oportunidades"*. Essas oportunidades relacionam-se com *uma vida prolongada e saudável, educação e acesso à liberdade política, garantia dos direitos humanos* (Idem:27), acesso às leis, redução e eliminação das desigualdades sociais. As pessoas para participarem precisam de boa saúde, de escolarização, de alimentos e de outras condições básicas como acesso a água e terra, habitação decente e políticas transparentes.

Os conflitos resultantes de oposição entre interesses das comunidades e os agentes de apoio limitam e dificultam o envolvimento comunitário. A participação real deve ser visto como *"um processo de lutas, em que a população tenta assumir a sua parte (...) naquilo que é de todos"*



passa a ser uma forma de lutas por direitos. E quando é assim, ela ganha uma postura activa, torna-se num processo forte" (Francisco, 2003: 39-40).

Nos capítulos anteriores apresentou-se, dentre estes aqui sublinhados, outros factores que limitam a participação comunitária, bem como algumas ideias que podem reforçar o envolvimento das comunidades nos processos de desenvolvimento local. Esses factores situam-se no âmbito estrutural, conjuntural e institucional. As soluções apresentadas exigem a mudança de atitude, organização, capacitação e flexibilidade por parte dos indivíduos e instituições (o Estado, ONG's, organizações locais), cooperação, coordenação, confiança mútua e formação de parcerias fortes e sérias entre os actores sociais, liberdades e autonomia, descentralização e respeito pelos valores, normas e práticas culturais locais.

Sahlins enfatiza a importância da cultura local no processo de transformação social, referindo que ela *"funciona como uma síntese de estabilidade e mudança, de passado e presente, de diacronia e sincronia. Toda a mudança prática também é uma reprodução cultural. Toda a reprodução da cultura é uma alteração (...) O significado de qualquer forma cultural específica consiste nos seus usos particulares na comunidade como um todo"* (Sahlins, s/d: 180 a 190).

A cultura é um elemento principal, porque molda o comportamento dos indivíduos e que influencia a sua maneira de ser, de estar, de sentir e de agir, daí que qualquer projecto de transformação social tem a necessidade de a ter em consideração para se obter uma maior participação e os objectivos desejados.

5. A necessidade de encontrar outras fontes de rendimentos familiares "alternativos"

Em algumas partes das regiões rurais, a agricultura constitui a principal actividade económica e ocupa grande parte da sua população. Nos últimos anos, nestas regiões do país, a actividade agrícola tem sido afectada por crises cíclicas devido, principalmente aos desastres naturais com destaque para cheias e seca. Estes constrangimentos naturais tornam esta actividade económica insustentável e incapaz de prover alimentos para o auto-sustento das famílias. Face a esta situação os camponeses e a maior parte da população tornam dependentes do clima, agravando a situação de pobreza em que se encontram. Assim, *torna-se prioritário desenvolver outras alternativas para a geração de rendimentos familiares que garantam não só a subsistência mas também a criação de riqueza.*

Em Massingir, a insuficiência da agricultura e a escassez ou precaridade de outras formas locais de ocupação e de rendimento têm obrigado as populações e autoridades locais a optarem pela exploração de florestas para a produção de carvão. O projecto *"carvão para o desenvolvimento"* mostra que em locais de insuficiência agrícola, *é possível as populações rurais engajarem-se em outras actividades alternativas, através do aproveitamento dos recursos*

naturais locais e conseguirem rendimentos suficientes para a satisfação das suas necessidades básicas.

As populações de Massingir tem vindo a ser orientados para a exploração de recursos florestais para a produção de carvão, mas que não substitui completamente, o trabalho de terra e, isto tem significado não só para o local, mas também para fora do distrito, para fora da província, porque converte-se numa grande referência de interesses, motivações e expectativas da maior parte dos indivíduos e famílias de todos os quadrantes do país que têm contacto com o distrito.

BIBLIOGRAFIA

ACNUR & PNUD (1997). *Perfis de Desenvolvimento Distrital - Distrito de Massingir, Província de Gaza*. Dezembro de 1997, Maputo.

ARTUR, L. (2001). *ONG's e a Participação Comunitária em Moçambique: o caso da ONG's Save The Children (Uk) em Mocha, na Zambézia*. In: Vijfhuizen, C. & Cavane, E. (org.), Aprendendo a Entender Os Aspectos do Desenvolvimento Rural. FAEF-UEM, Maputo. pp. 101 - 106. Trabalho de Diploma.

BALLERSTAEDT, E. (1999). *Participação Popular no Processo de Desenvolvimento em Moçambique*. LINK-Fórum das ONG's em Moçambique, Maputo.

BOURDIEU, P. (1992). *A Economia das Trocas Simbólicas*. Editora Perspectiva S. A. 3ª Edição, São Paulo, Brasil.

BOURDIEU, P. (1980). "Le Capital Social: Notes provisoires". In: Carlos Milani (2003). Teorias do Capital Social e Desenvolvimento: Lições a Partir da Experiência de Pintadas (Bahia), Brasil. IV Conferencia Regional ISTR-LAC, 8-10 de Outubro de 2003, San José, Costa Rica.

BURKE, P. (1990)(1980). *Sociologia e História*. Afrontamento, Porto.

CANCELAS, A. (1966). *A Terra e o Desenvolvimento Comunitário em Moçambique*. Dissertação de licenciatura apresentada à cadeira de Política Ultramarina, no ano lectivo de 1965-1966.

CARDOSO, R. (s/d). *Fortalecimento da Sociedade Civil*. USP, São Paulo.

CARVALHO, M. C. M. (1994). *Karl Popper: A Falsificabilidade Como Critério Da Demarcação Do Discurso Empírico Científico*, In: M. Carvalho (org.)(1994). Metodologia Científica- Fundamentos e Técnicas, Papirus Editora, São Paulo.

CASTANHEIRA e COSSA, L. (1998). *Comparação do Relacionamento/Métodos de Trabalho das ONG's Nacionais e Internacionais Com os Grupos Alvos na Comunidade*. Trabalho de Licenciatura. FAEF-UEM.

CHAMBERS, R. (1983)(1995). *Desenvolvimento Rural: Fazer dos Últimos os Primeiros*, ADRA, Luanda, Angola.

CHICHAHA, J. (1999). *Participação Comunitária e Desenvolvimento: o caso dos Grupos Dinamizadores*. Assembleia Municipal de Maputo, Maputo.

COLEMAN, J. (1990). *Foundations of Social Theory*. In: Carlos Milani, (2003). Teorias do Capital Social e Desenvolvimento: Lições a Partir da Experiência de Pintadas (Bahia), Brasil. IV Conferencia Regional ISTR-LAC, 8-10 de Outubro de 2003, San José, Costa Rica.

DAVA et al. (1998). Mecanismos de Ajuda Mútua e Redes Informais de Protecção Social. FAEF-UEM.

DDADR & ICRISAT (2003). *Perfil do Sistema de Sementes do distrito de Massingir*, DDADR-Massingir – ICRISAT-Moçambique, Massingir.

D.N.S. (1998). *Perfil de Segurança Alimentar em Massingir*, Direcção Nacional de Saúde – Repartição de Nutrição, MISAU.

DURSTON, J. (2003). *Capital Social: Parte del Problema, Parte de la Solución, Su Papel en la Persistencia y la Superación de la Pobreza en América Latina y el Caribe*. In: Carlos Milani, (2003). Teorias do Capital Social e Desenvolvimento: Lições a Partir da Experiência de Pintadas (Bahia), Brasil. IV Conferencia Regional ISTR-LAC, 8-10 de Outubro de 2003, San José, Costa Rica.

-----, ----- (2002). *El Capital Social Campesino en la Gestión del la Desarrollo Rural*. Diadas, Equipos y Escaleras. CEPAL. Documento consultado na Internet. www.eclac.cl/cgi-bin.

FELICIANO, J. F. (1998). *Antropologia Económica dos Thongas do Sul de Moçambique*. AHM – Estudos 12, Maputo.

FERREIRA de ALMEIDA, J. (1977). *Sobre a Monografia Rural*. In: Análise Social (1977), vol. XIII (52), 4º, pp. 789-803.

FERRINHO, H. (1978). *Cooperativas e Desenvolvimento Rural*. Coleção Técnica Agrária nº 12, Livraria Clássica Editora, Lisboa.

FIRTH, R. (1965) (1939). *Primitive Polynesian Economy*. Routledge & Kegan Paul, London.

FRANCISCO, A. A. (2003). *Planeamento Social*. Texto de Apoio. UFICS-UEM, Maputo.

FUNDAÇÃO RURAL DA ÁFRICA DO OESTE (FRAO) (1993). *A Análise Institucional das Organizações Rurais em África*. Guia Prática, Versão 3, Junho de 1993.

GODELIER, M. (2000). *O Enigma da Dádiva*. Edições 70, Lisboa.

GRANOVETTER, M (1973). *The Strength of Weak Ties*. In: Carlos Milani (2003). Teorias do Capital Social e Desenvolvimento: Lições a Partir da Experiência de Pintadas (Bahia), Brasil. IV Conferencia Regional ISTR-LAC, 8-10 de Outubro de 2003, San José, Costa Rica.

GRUPO DE PESQUISA-MOÇAMBIQUE (1996). *O Movimento Associativo em Moçambique Numa Governação Democrática*. KULIMA, Maputo.

JEREMIAS, T. B. N. (1999). *A Participação Comunitária no Projecto CCGRN da Helvetas em Matutuíne*. Secção da Economia Agrária e Extensão. Dissertação de.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. (1999). *Sociologia Geral*. Sétima Edição, Editora, Atlas S.A. São Paulo.

-----, ----- & -----, ----- (1992). *Metodologia Do Trabalho Científico: Procedimentos Básicos, Pesquisa Bibliográfica, Projecto e Relatório, Publicação e Trabalhos Científicos*. Quarta Edição, Editora Atlas S.A. São Paulo.

LÉVY-BRUHL, L. (1949). *Mentalidade Primitiva*. In: Benedito Silva (coord.)(1986). Dicionário das Ciências Sociais. Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação, Rio de Janeiro.

LÉVI-STRAUSS, C. (1982)(1949). "Princípios de Reciprocidade". In: Claude Lévi-Strauss (1982)(1949). Estruturas Elementares do Parentesco, Cap. V, Introdução à Obra de Marcel Mauss, Petrópolis, Vozes.

MADUREIRA PINTO, J. (1977). *A Etnologia e a Sociologia na Análise das Colectividades Rurais*. In: Análise Social (1977). Vol. XIII (52), 4º, pp. 805-825.

MAIR, L. (1984). *Anthropology and Development*. The MacMillan Press Ltd, London and Basingstoke.

MANGUEZI, A. (1983). "Ku Thekela": *Estratégia de Sobrevivência Contra a Fome no Sul de Moçambique*. In: Estudos Moçambicanos nº4, pp.19-44, Maputo.

MATSIMBE, Z. A.(2000). *A Participação da Comunidade na Gestão dos Recursos Naturais: o caso do Posto Administrativo da Praia de Bilene*. UFICS – UEM. Maputo Dissertação de Licenciatura.

MATSINHE, C. (1999). *Abordagens Desenvolvimentistas: Ainda Sobre a Cultura Cívica e Ethos Social*. Projecto-tese de doutoramento - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MAUSS, M. (1988)(1924). *Ensaio Sobre a Dádiva*. Edições 70, Lisboa.

MEILLASSOUX, C. (1977). *A Reprodução Doméstica*. In: Claude Meillassoux (1977). Mulheres, Celeiros e Capitais. Afrontamento, Porto, pp. 61 – 87.

MILANI, C. (2003). *Teorias do Capital Social e Desenvolvimento: Lições a Partir da Experiência de Pintadas (Bahia), Brasil*. IV Conferencia Regional ISTR-LAC, 8-10 de Outubro de 2003, San José, Costa Rica.

MOLINA, J. L. (2001). *El Capital Social y la Gestión de Conocimiento*. Universidad de la Barcelona, Espanha.

MOLYNEUX, M. (2002). "Gender and the Silences of Capital Social: Lessons From Latin America". In: Carlos Milani (2003). Teorias do Capital Social e Desenvolvimento: Lições a Partir da Experiência de Pintadas (Bahia), Brasil. IV Conferencia Regional ISTR-LAC, 8-10 de Outubro de 2003, San José, Costa Rica.

NEGRÃO, J. (2001). *Cem Anos da Economia da Família Rural Africana (o Delta do Zambeze em Análise Retrospectiva)*. 2º Edição, PROMEDIA, Maputo.

-----, ----- (1997). *Re-thinking Fashions of Rural Development*- In: Perspectives on Aid the Civil Sector (editor David Sogge) GOM. Amsterdam. The Netherlands, pp.107-123.

-----, ----- (1996). *A Participação Comunitária na Gestão dos Recursos Naturais*.
Projecto COMRES - GTA - MICOA, Relatório final. Maputo.

NEVES, J. C. (1990). *Quadro Institucional ao Nível da Base*. Segundo Seminário Sobre o
Estudo do Sector Agrário- Maputo, 16 a 20 de Abril de 1990, Estudo:06, Segunda Edição. CDA-
MAP, Maputo.

NHANTUMBO, I. & PIJNENBURG, B. (1998). *Experiência do Projectos Participativos
em Moçambique*. FAEF-UEM. Maputo.

O'NEILL, B. J. (1988). *Entre a Sociologia Rural e a Antropologia: Repensando a
"Comunidade" Camponesa*. In: *Análise Social* (1988). Vol. XXIV (103-104), 4º, 5º, pp. 1331-
1335.

PINA CABRAL, J. (1989). *Filhos de Adão, Filhas da Eva: A Visão do Mundo Camponesa
no Alto Minho*. D. Quixote, Lisboa, pp. 151-152.

PNUD (1997). *Relatório do Desenvolvimento Humano*. PNUD, 1 UN; Plaza, New York,
10017, USA. TRINOVA Editora, Lisboa.

PUTNAM, R. (1996)(1993). *Comunidade e Democracia - A experiência da Itália*. FGV, Rio
de Janeiro. Documento consultado na Internet.

-----, ----- (1995). "Bowling Alone: America's Declining Social Capital". In: Carlos
Milani (2003). *Teorias do Capital Social e Desenvolvimento: Lições a Partir da Experiência de
Pintadas (Bahia), Brasil*. IV Conferência Regional ISTR-LAC, 8-10 de Outubro de 2003, San
José, Costa Rica.

QUADROS, C. (1998). *Manual Para Melhor Compreender a Nova Lei de Terras*. Campanha
Terra, Edições Mercedes Sayagues, Maputo.

QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências
Sociais*. Segunda Edição, Gradiva, Publicações Lda., Lisboa.

RIBEIRO, M. (1997). *Estratégia de Reprodução sócioeconómica das Unidades Familiares
Camponesas, em Regiões de Montanha (Barroso, 1940 - 1990). (Um estudo de Sociologia em que
as mulheres também contam)*. Fundação Calouste Gulbenkian. Junta Nacional de Investigação
Científica e Tecnológica, Braga, Portugal.

ROBINSON, D. (org.) (2002). "Building Social Capital". In: Carlos Milani (2003). *Teorias
do Capital Social e Desenvolvimento: Lições a Partir da Experiência de Pintadas (Bahia), Brasil*.
IV Conferência Regional ISTR-LAC, 8-10 de Outubro de 2003, San José, Costa Rica.

SAHLINS, M. (s/d). *Ilhas de História*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.

-----, ----- (1972), "The Spirit of Gift". In: Marshall Sahlins (1972), *Stone Age
Economics*. Aldine, Chicago.

SANCHEZ-TEIXEIRA, M. C. (1990). *Antropologia, Quotidiano e Educação*. Coleção Tempo e Saber, Imago Editora, Rio de Janeiro.

SILVA, B. (1986). *Dicionário das Ciências Sociais*. Instituto de Documentação Fundação Getúlio Vargas, MEC- Fundação de Assistência ao Estudante, Rio de Janeiro.

SMITH, T. L. (1981). *Organização Rural: Problemas e Soluções*, Editora USP, São Paulo.

VALÁ, S. (2002). *Desenvolvimento Comunitário, Participação e "Empowerment" em Moçambique (1997-2002): Percepções, realidade e perspectiva num contexto de mudança*. CFA-DNER - MADER, Maputo.

-----, ----- (1998). *Políticas e Estratégias de Desenvolvimento Rural*. Textos de Apoio da Cadeira de Problemática de Desenvolvimento - 2º Ano - Parte 1, UFICS - UEM.

-----, ----- (1998). *Os Imperativos da Participação Comunitária no Desenvolvimento Rural*-In: *Jornal Domingo*, nº 833 de 11 de Janeiro de 1998, pp.18.

VIJFHUIZEN, C. & CAVANE, E. (org.) (2001). *Aprendendo a Entender os Aspectos de Desenvolvimento Rural*. Estudos de trabalhos de diploma ao nível de licenciatura e mestrado. FAEF- UEM.

VIJFHUIZEN, C. & ARTUR, L. (eds.)(2002). *Discursos, Práticas e Complexidade de Desenvolvimento em Moçambique - Estudos de Caso*. FAEF- UEM.

VIRTON, P. (1979). *Os Dinamismos Sociais: Iniciação à Sociologia*. 3ª Edição, Coleção Manuais Universitários, Moraes Editores, Lisboa.

VUGT, V. A. (1992). *Estratégia de sobrevivência: A Organização da Força de Trabalho*. Série: Comunidade Rural, MADER/DNER, Maputo.

WHITESIDE, M. (1994). *Diagnóstico (Participativo) Rápido Rural*.

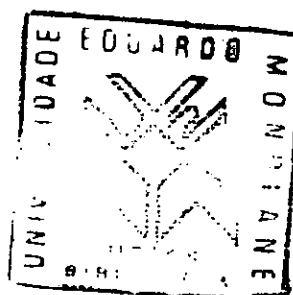
GUIÃO DE ENTREVISTAS

As entrevistas efectuadas procuravam reponder às seguintes questões de pesquisa:

1. Como e quando é que surge a GERAR. Com que objectivos.
2. Qual é a relação entre a GERAR com as comunidades, ONG's e o Estado.
3. Que tipo de articulação se desenvolve entre estes agentes.
4. Que problemas existe ao nível da GERAR e na relação com outros agentes sociais.
5. Quais são as actividades desenvolvidas por esta associação (GERAR).
6. Será que essas actividades são sustentáveis. Até que ponto.
7. Porquê é necessária a participação comunitária.
8. A que nível as comunidades locais devem participar (diagnóstico, plano, execução, tomada de decisões, contribuição com o trabalho).
9. As comunidades e os outros actores de desenvolvimento conhecem as leis e têm contacto com as instituições que facilitam a participação.
10. Como é veiculada essa informação.
11. Quem são os intermediários entre as comunidades/associação e os agentes de apoio (Estado e ONG's).
12. O que é que limita (constrangimentos) a participação das comunidades nas tarefas de desenvolvimento local.
13. Como enfocar o fortalecimento da participação das comunidades.
14. Que oportunidades e perspectivas para o futuro.

LISTA DE ENTREVISTADOS

1. ANÓNIMO A: Entrevista, Chinhongane, 27.04.2004.
2. ANÓNIMO B: Entrevista, Panguene, 29.04.2004.
3. BARRACA, Raimo: Entrevista, Xai-Xai, 26.04.2004. Responsável do Sector de Florestas e Fauna Bravia da DPADR-Gaza.
4. BILA, Joana: Entrevista, Cubo, 29.04.2004. Carvoeira e membro da GERAR.
5. CHONGO, Mário Bada: Entrevista, Panguene e Massingir-Sede, 28 - 29.04.2004. Vice-presidente da GERAR e Representante das CARITAS, em Massingir.
6. COSSA, Anselmo: Entrevista, Massingir-Sede, 28.04.2004. Funcionário da CEDES, em Massingir.
7. DA SILVA, Lodovina: Entrevista, Panguene, 28.04.2004. Carvoeira e membro da GERAR.
8. DOS SANTOS, Jacob: Entrevista, Panguene, 28.04.2004. Carvoeiro e membro da GERAR.
9. FILIMONE, Alexandre: Entrevista, Massingir-Sede, 28.04.2004. Director Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Massingir.
10. MACHAVA, Luís: Entrevista, Cubo, 27.04.2004. Líder da comunidade de Cubo.
11. MACIE, Lucas: Entrevista, Panguene, 27.04.2004. Carvoeiro e membro da GERAR.
12. MAHAZULA, Filipe, Massingir-Sede, 28.04.2004. Professor primário.
13. MAIBASSE, Teresinha: Entrevista, Massingir-Sede, 27.04.2004. Representante do PMA, em Massingir.
14. NGOVENE, João: Entrevista, Panguene, 28.04.2004. Líder da comunidade de Panguene e Conselheiro da GERAR.
15. NHOMELA, Armando: Entrevista, Cubo, 29.04.2004. Criador de gado e camponês. É membro da Associação dos Agricultores de Massingir (ASAMA).
16. NHUSSI, Paulino: Entrevista, Cubo, 27.04.2004. Camponês e membro da Associação do Regadio de Mucatini.
17. NOMBORA, Floriania: Entrevista, Massingir-Sede, 28.04.2004. Professora da Escola Primária Completa de Thovene.
18. PIOSSE, Alione: Entrevista, Massingir-Sede, 28.04.2004. Director Pedagógico, na Direcção Distrital de Educação de Massingir.
19. TAMELE, António: Entrevista, Massingir-Sede, 29.04.2004. Responsável do Sector de Florestas e Fauna Bravia da DDADR-Massingir.
20. TCHAUQUE, Lourenço: Entrevista, Década da Vitória, 29.04.2004. Líder comunitário e conselheiro da GERAR.
21. TCHAUQUE, Rebeca: Entrevista, Chinhongane, 27.04.2004. Carvoeira e membro da GERAR.
22. TINGA, João: Entrevista, Cubo, 27.04.2004. Carvoeiro e criador de gado bovino.
23. TSUCANA, Dinis: Entrevista, Cubo, 29.04.2004. Carvoeiro e Camponês da zona de Albufeira de Massingir.
24. ZIMBA, Delfina: Entrevista, Cubo, 29.04.2004. Camponesa e Membro da ASAMA.
25. ZITHA, Cláudio: Entrevista, Panguene e Massingir-Sede, 28 - 29.04.2004. Carvoeiro e Secretário-geral da GERAR.



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACARMA	-	Associação dos Carvoeiros de Massingir
ACNUR	-	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AMETRAMO	-	Associação dos Médicos Tradicionais de Moçambique
ASAMA	-	Associação dos Agricultores de Massingir
BM	-	Banco Mundial
CARITAS	-	Acção Social ligada à Igreja Católica
CCM	-	Conselho Cristão de Moçambique
CDA	-	Centro de Documentação Agrária
CEDES	-	Comité Ecuménico para o Desenvolvimento Social
COGEP	-	Comité de Gestão Participativa
CVM	-	Cruz Vermelha de Moçambique
DNDER	-	Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural
DNS	-	Direcção Nacional de Saúde
DDADR	-	Direcção Distrital de Agricultura de Desenvolvimento Rural
DDE	-	Direcção Distrital de Educação
DDS	-	Direcção Distrital de Saúde
DPADR	-	Direcção Provincial de Agricultura de Desenvolvimento Rural
DRR	-	Diagnóstico Rápido Rural
DTS	-	Doença de Transmissão Sexual
EDM	-	Electricidade de Moçambique
EP1	-	Escola Primária do 1º Grau
EP2	-	Escola Primária do 2º Grau
FAEF	-	Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal
FFB	-	Florestas e Fauna Bravia
FMI	-	Fundo Monetário Internacional
FRELIMO	-	Frente de Libertação de Moçambique
GD	-	Grupo Dinamizador
GERAR	-	Associação de Gestão dos Recursos Naturais de Massingir
HIV	-	Vírus de Imunodeficiência Humana
LINK	-	Fórum das ONG's em Moçambique
LWF	-	Lutheran Word Federation (Federação Mundial Luterana)
ICRISAT	-	Instituto Científico Regional de Investigação de Sementes da África Tropical
MADER	-	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MONASO	-	Rede Moçambicana das Organizações contra Sida
NET	-	Núcleo do Estudo da Terra
OJM	-	Organização da Juventude Moçambicana
OMM	-	Organização da Mulher Moçambicana
ONG	-	Organização Não-Governamental
OTM	-	Organização dos Trabalhadores Moçambicanos
PMA	-	Programa Mundial de Alimentação
PNUD	-	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRE	-	Programa de Reabilitação Económica
PRM	-	Polícia da República de Moçambique
RENAMO	-	Resistência Nacional de Moçambique
SIDA	-	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SNS	-	Sistema Nacional de Saúde
UEM	-	Universidade Eduardo Mondlane
UFICS	-	Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais
ZCC	-	Zione Christian Church

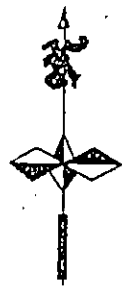
PERFIS DE DESENVOLVIMENTO DISTRITAL

ACNUR
PNUD



Distrito de Massingir
Província de Gaza

Maputo, Dezembro de 1997



CHICUALACUALA

LEGENDA



6
4
2
Nº DE SALAS DE AULAS EXISTENTE
EM CADA CENTRO HABITACIONAL

REP. SUL AFRICANA

MABALANE

LEGENDA



ESCOLA DO EP1



SEDE DO DISTRITO



FRONTEIRA



LIMITE DA PROVÍNCIA



LIMITE DE DISTRITO



LIMITE DE P. ADMINISTRATIVO



ESTRADAS PRINCIPAIS



OUTRAS ESTRADAS

3 Navodze

2 Cubo

Chinhanga

Massingir

Macarringue

Zulo

Txaque

Conhanc

4 Tihovene

Mucatino

MAPUTO

CHÓKWÊ

BANCO DE DADOS

DISTRITO DE MASSINGIR

DISTRIBUIÇÃO DA REDE ESCOLAR

Fontes :
DDM/PNUD/ACNUR
DINAGECA
DIREC. DISTRITAL

Data, Abril de 1997 Escala

Desenhou

D.N.A.L - Direcção Nacional de Administração Local